

LT 500 KV POÇÕES III – MEDEIROS NETO II – JOÃO NEIVA 2 E SUBESTAÇÃO ASSOCIADA

CAPÍTULO 4.5

DIAGNÓSTICO DO MEIO SOCIOECONÔMICO

– ÁREA DE ESTUDO MUNICIPAL –

SUMÁRIO

4	DIAGNÓSTICO AMBIENTAL	4-14
4.5	MEIO SOCIOECONÔMICO	4-14
4.5.1	<i>Levantamento de Dados</i>	<i>4-14</i>
4.5.2	<i>Caracterização dos Aspectos do Meio Socioeconômico</i>	<i>4-16</i>
4.5.2.1	Área de Estudo Municipal (AEM).....	4-16
4.5.2.1.1	População	4-17
4.5.2.1.1.1	Contextualização histórica	4-17
4.5.2.1.1.2	Dados demográficos.....	4-52
4.5.2.1.1.3	Território e densidade populacional	4-55
4.5.2.1.1.4	População urbana e rural	4-57
4.5.2.1.1.5	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	4-59
4.5.2.1.2	Aspectos econômicos	4-62
4.5.2.1.2.1	Produto Interno Bruto (PIB)	4-62
4.5.2.1.2.2	Principais atividades econômicas	4-64
4.5.2.1.2.3	interferência em propriedades produtivas	4-68
4.5.2.1.3	Uso e ocupação do solo	4-70
4.5.2.1.3.1	Projetos de Assentamento	4-76
4.5.2.1.3.2	Plano Diretor	4-80
4.5.2.1.3.3	Aeródromos e estruturas restritivas	4-96
4.5.2.1.3.4	Paralelismos com outras linhas de transmissão	4-102
4.5.2.1.4	Saúde	4-104
4.5.2.1.5	Educação.....	4-109
4.5.2.1.6	Estrutura viária	4-122
4.5.2.1.6.1	Ferrovias.....	4-122
4.5.2.1.6.2	Hidrovias	4-124
4.5.2.1.6.3	Portos.....	4-127
4.5.2.1.6.4	Rodovias.....	4-129
4.5.2.1.7	Comunicação e informação	4-133
4.5.2.1.8	Terras indígenas.....	4-137
4.5.2.1.9	Terras quilombolas	4-140
4.5.2.1.10	Patrimônio histórico, cultural, arqueológico e paisagístico	4-147
4.5.2.1.10.1	Patrimônio histórico	4-147
4.5.2.1.10.2	Patrimônio cultural.....	4-148
4.5.2.1.10.3	Patrimônio arqueológico.....	4-148
4.5.2.1.10.4	Patrimônio paisagístico	4-154

**LT 500 KV POÇÕES III – MEDEIROS NETO II – JOÃO NEIVA 2 E
SUBESTAÇÃO ASSOCIADA**

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA

PROCESSO IBAMA 02001.001772/2021-17

AGOSTO/2021



LISTA DE FIGURAS

FIGURA 4-1: USO DO SOLO NA AEM DEFINIDA PARA O EMPREENDIMENTO.	4-74
FIGURA 4-2: USO DO SOLO NA AEM DEFINIDA PARA O EMPREENDIMENTO.	4-75
FIGURA 4-3: PROJETOS DE ASSENTAMENTO NA AEM.	4-77
FIGURA 4-4: PROJETOS DE ASSENTAMENTO NA AEM.	4-78
FIGURA 4-5: LOCALIZAÇÃO DA LT DE ACORDO COM O PLANO DIRETOR DE ITAPETINGA.	4-84
FIGURA 4-6: LOCALIZAÇÃO DA LT DE ACORDO COM O PLANO DIRETOR DE MUCURI.	4-86
FIGURA 4-7: LOCALIZAÇÃO DA LT DE ACORDO COM O PLANO DIRETOR DE LINHARES.	4-88
FIGURA 4-8: LOCALIZAÇÃO DA LT DE ACORDO COM O PLANO DIRETOR DE NOVA VENÉCIA.	4-90
FIGURA 4-9: LOCALIZAÇÃO DA LT DE ACORDO COM O PLANO DIRETOR DE RIO BANANAL.	4-92
FIGURA 4-10: LOCALIZAÇÃO DA LT DE ACORDO COM O PLANO DIRETOR DE SÃO MATEUS.	4-95
FIGURA 4-11: AERÓDROMOS IDENTIFICADOS NA AEM.	4-97
FIGURA 4-12: AERÓDROMOS IDENTIFICADOS NA AEM.	4-98
FIGURA 4-13: GASODUTOS IDENTIFICADOS NA AEM.	4-100
FIGURA 4-14: GASODUTOS IDENTIFICADOS NA AEM.	4-101
FIGURA 4-15: LTS EM OPERAÇÃO IDENTIFICADAS NA AEM.	4-103
FIGURA 4-16: LTS EM OPERAÇÃO IDENTIFICADAS NA AEM.	4-104
FIGURA 4-17: FERROVIAS IDENTIFICADAS NA AEM.	4-123
FIGURA 4-18: HIDROVIAS IDENTIFICADAS NA AEM.	4-125
FIGURA 4-19: HIDROVIAS IDENTIFICADAS NA AEM.	4-126
FIGURA 4-20: PORTOS IDENTIFICADOS NA AEM.	4-128
FIGURA 4-21: RODOVIAS IDENTIFICADAS NA AEM.	4-131
FIGURA 4-22: RODOVIAS IDENTIFICADAS NA AEM.	4-132
FIGURA 4-23: TERRITÓRIOS INDÍGENAS ENCONTRADOS NA AEM DO EMPREENDIMENTO. FONTE: FUNAI, 2020.	4-138
FIGURA 4-24: TERRITÓRIOS INDÍGENAS ENCONTRADOS NA AEM DO EMPREENDIMENTO. FONTE: FUNAI, 2020.	4-139
FIGURA 4-25: COMUNIDADES QUILOMBOLAS IDENTIFICADAS NA AEM. FONTE: INCRA, 2020.	4-143
FIGURA 4-26: COMUNIDADES QUILOMBOLAS IDENTIFICADAS NA AEM. FONTE: INCRA, 2020.	4-144
FIGURA 4-27: SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS IDENTIFICADOS NA AEM. FONTE: IPHAN, 2021.	4-152
FIGURA 4-28: SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS IDENTIFICADOS NA AEM. FONTE: IPHAN, 2021.	4-153

LISTA DE FOTOS

FOTO 4-1: ÁLCOOL EM GEL DISPONIBILIZADO PARA OS MORADORES ANTES E DEPOIS DAS VISITAS. ENTREVISTA COM MORADOR EM GUARATINGA/BA.....	4-15
FOTO 4-2: DISTRIBUIÇÃO DE MÁSCARAS DESCARTÁVEIS COM TRIPLA CAMADA. ENTREVISTA COM MORADORA EM MONTANHA/ES.....	4-15
FOTO 4-3: COLETA DE DADOS MEDIANTE A UTILIZAÇÃO DO FORMULÁRIO DIGITAL. ENTREVISTA COM O PREFEITO DE PLANALTO/BA. ..	4-16
FOTO 4-4: COLETA DE DADOS MEDIANTE A UTILIZAÇÃO DO FORMULÁRIO DIGITAL. ENTREVISTA COM MORADORA EM PINHEIROS/ES. .	4-16
FOTO 4-5: VISTA PARCIAL DA CIDADE DE CAATIBA. FONTE: IBGE [19-].....	4-18
FOTO 4-6: PRAÇA DA BANDEIRA EM CAATIBA. FONTE: IBGE [19-].....	4-18
FOTO 4-7: IGREJA DA CIDADE. CAATIBA, BAHIA. COORDENADAS: -14° 58' 46,22", -40° 24' 21,83". DATA: 01/04/2021.	4-18
FOTO 4-8: VISTA PARCIAL DA CIDADE. CAATIBA, BAHIA. COORDENADAS: -14,97601, -40,40812. DATA: 01/04/2021.	4-18
FOTO 4-9: CATEDRAL DE SANTO ANTÔNIO. CARAVELAS, BAHIA. FONTE: IBGE [19-].	4-19
FOTO 4-10: RUA SETE DE SETEMBRO. CARAVELAS, BAHIA. FONTE: IBGE [19-].	4-19
FOTO 4-11: CIDADE. CARAVELAS, BAHIA. COORDENADAS: -17° 44' 12,45", -39° 15' 50,85". DATA: 19/03/2021.	4-19
FOTO 4-12: CATEDRAL DE SANTO ANTÔNIO. CARAVELAS, BAHIA. COORDENADAS: -17° 44' 1,47", -39° 15' 57,62". DATA: 19/03/2021.....	4-19
FOTO 4-13: VISTA PANORÂMICA DA CIDADE DE GUARATINGA. FONTE: IBGE [19-].....	4-21
FOTO 4-14: PARÓQUIA NOSSA SENHORA IMACULADA CONCEIÇÃO EM CAATIBA. FONTE: IBGE [19-].	4-21
FOTO 4-15: VISTA DA CIDADE. GUARATINGA, BAHIA. COORDENADAS: -16° 34' 18,8", -39° 46' 26,45". DATA: 25/03/2021.....	4-21
FOTO 4-16: TEMPLO RELIGIOSO. GUARATINGA, BAHIA. COORDENADAS: -16° 35' 1,2", -39° 46' 46,32". DATA: 25/03/2021.....	4-21
FOTO 4-17: CAPELA DE NOSSA SENHORA APARECIDA NA PRAÇA MATRIZ EM IBIRAPUÃ. FONTE: IBGE [19-].....	4-22
FOTO 4-18: PRAÇA DA INDEPENDÊNCIA. IBIRAPUÃ. FONTE: IBGE [19-].	4-22
FOTO 4-19: PRAÇA DA CIDADE. IBIRAPUÃ, BAHIA. COORDENADAS: -17° 41' 16,87", -40° 6' 34,75". DATA: 18/03/2021.	4-22
FOTO 4-20: PREFEITURA MUNICIPAL. IBIRAPUÃ, BAHIA. COORDENADAS: -17° 41' 17,1", -40° 6' 34,53". DATA: 18/03/2021.	4-22
FOTO 4-21: RUA RUI BARBOSA EM ITAMBÉ, BAHIA. FONTE: IBGE [1957].	4-23
FOTO 4-22: VISTA PANORÂMICA DO MUNICÍPIO DE ITAMBÉ, BAHIA. FONTE: IBGE [1957].	4-23
FOTO 4-23: ENTRADA DA CIDADE. ITAMBÉ, BAHIA. COORDENADAS: -15° 15' 11,67", -40° 37' 18,6". DATA: 31/03/2021.	4-23
FOTO 4-24: PAÇO MUNICIPAL. ITAMBÉ, BAHIA. COORDENADAS: -15° 14' 26,03", -40° 37' 20,38". DATA: 31/03/2021.	4-23
FOTO 4-25: VISTA PANORÂMICA DA CIDADE DE ITANHÉM, BAHIA. FONTE: IBGE [19-].....	4-24
FOTO 4-26: PRAÇA DA LIBERDADE EM ITANHÉM, BAHIA. FONTE: IBGE [19-].	4-24
FOTO 4-27: VISTA DA CIDADE. ITANHÉM, BAHIA. COORDENADAS: -17° 10' 22,97", -40° 19' 27,73". DATA: 22/03/2021.	4-24
FOTO 4-28: ENTRADA DA CIDADE. ITANHÉM, BAHIA. COORDENADAS: -17° 10' 22,97", -40° 19' 27,73". DATA: 22/03/2021.	4-24
FOTO 4-29: VISTA PANORÂMICA DA CIDADE DE ITAPETINGA, BAHIA. FONTE: IBGE [19-].....	4-25
FOTO 4-30: PRAÇA AUGUSTO CARVALHO EM ITAPETINGA, BAHIA. FONTE: IBGE [1957].	4-25
FOTO 4-31: LOJA MAÇÔNICA. ITAPETINGA, BAHIA. COORDENADAS: -15° 14' 45,75", -40° 14' 55,69". DATA: 31/03/2021.	4-26
FOTO 4-32: PARQUE POLIESPORTIVO DA LAGOA. ITAPETINGA, BAHIA. COORDENADAS: -15° 15' 12,01", -40° 15' 24,75". DATA: 31/03/2021.....	4-26
FOTO 4-33: PREFEITURA MUNICIPAL. JUCURUÇU, BAHIA. COORDENADAS: -16° 50' 34,96", -40° 9' 29,03". DATA: 24/03/2021.....	4-26
FOTO 4-34: IGREJA DA CIDADE. JUCURUÇU, BAHIA. COORDENADAS: -16° 50' 35,18", -40° 9' 29,95". DATA: 24/03/2021.	4-26

FOTO 4-35: VISTA PARCIAL DA CIDADE. JUCURUÇU, BAHIA. COORDENADAS: -16° 50' 43,86", -40° 9' 30,45". DATA: 24/03/2021..	4-27
FOTO 4-36: VISTA PARCIAL DA CIDADE. JUCURUÇU, BAHIA. COORDENADAS: -16° 50' 28,61", -40° 9' 21,49". DATA: 24/03/2021..	4-27
FOTO 4-37: CENTRO DE ABASTECIMENTO EM LAJEDÃO, BAHIA. FONTE: IBGE [19-].	4-28
FOTO 4-38: AVENIDA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS EM LAJEDÃO, BAHIA. FONTE: IBGE [19-].	4-28
FOTO 4-39: RUAS DA CIDADE. LAJEDÃO, BAHIA. COORDENADAS: -17° 37' 3,12", -40° 20' 30,06". DATA: 17/03/2021.	4-28
FOTO 4-40: PRAÇA DA CIDADE. LAJEDÃO, BAHIA. COORDENADAS: -17° 36' 43,13", -40° 20' 42,89". DATA: 17/03/2021.	4-28
FOTO 4-41: IGREJA SÃO PEDRO EM MACARANI, BAHIA. FONTE: IBGE [19-].	4-29
FOTO 4-42: RUA DOUTOR HÉLIO MEIRA EM MACARANI, BAHIA. FONTE: IBGE [19-].	4-29
FOTO 4-43: PAÇO MUNICIPAL. MACARANI, BAHIA. COORDENADAS: -15° 33' 51,7", -40° 25' 24,76". DATA: 30/03/2021.	4-29
FOTO 4-44: VISTA PARCIAL DA CIDADE. MACARANI, BAHIA. COORDENADAS: -15° 33' 26,86", -40° 25' 31,19". DATA: 30/03/2021.	4-29
FOTO 4-45: VISTA PARCIAL DA CIDADE DE MAIQUINIQUE, BAHIA. FONTE: IBGE [19-].	4-30
FOTO 4-46: PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIQUINIQUE, BAHIA. FONTE: IBGE [19-].	4-30
FOTO 4-47: ENTRADA DA CIDADE PELA BA-130. MAIQUINIQUE, BAHIA. COORDENADAS: -15° 37' 8,08", -40° 15' 24,24". DATA: 29/03/2021.	4-30
FOTO 4-48: VISTA PARCIAL DA CIDADE. MAIQUINIQUE, BAHIA. COORDENADAS: -15° 37' 12,9", -40° 16' 3,26". DATA: 29/03/2021.	4-30
FOTO 4-49: PONTE SOBRE O RIO ITANHÉM, BAHIA. FONTE: IBGE [19-].	4-31
FOTO 4-50: VISTA PANORÂMICA DA CIDADE MEDEIROS NETO, BAHIA. FONTE: IBGE [19-].	4-31
FOTO 4-51: VISTA PARCIAL DA CIDADE. MEDEIROS NETO, BAHIA. COORDENADAS: -17° 22' 34,38", -40° 13' 14,65". DATA: 18/03/2021.	4-31
FOTO 4-52: RUAS DA CIDADE. MEDEIROS NETO, BAHIA. COORDENADAS: -17° 22' 15,74", -40° 13' 10,25". DATA: 21/03/2021.	4-31
FOTO 4-53: VISTA PANORÂMICA DA CIDADE. MUCURI, BAHIA. FONTE: IBGE [19-].	4-32
FOTO 4-54: PORTO DE MUCURI, BAHIA. FONTE: IBGE [19-].	4-32
FOTO 4-55: ENTRADA DA CIDADE PELA BA-698. MUCURI, BAHIA. COORDENADAS: -18° 4' 34,43", -39° 32' 58,02". DATA: 19/03/2021.	4-32
FOTO 4-56: COSTA LITORÂNEA. MUCURI, BAHIA. COORDENADAS: -18° 5' 7,52", -39° 32' 46,41". DATA: 20/03/2021.	4-32
FOTO 4-57: RUA RUI BARBOSA. PLANALTO, BAHIA. FONTE: IBGE [19-].	4-33
FOTO 4-58: AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY, IGREJA MATRIZ DO SENHOR DO BONFIM. PLANALTO, BAHIA. FONTE: IBGE [19-].	4-33
FOTO 4-59: PREFEITURA MUNICIPAL. COORDENADAS: -14° 40' 7,67", -40° 28' 31,32". DATA: 02/04/2021.	4-33
FOTO 4-60: MONUMENTO DA CIDADE. PLANALTO, BAHIA. COORDENADAS: -14° 40' 4,27", -40° 28' 30,34". DATA: 02/04/2021.	4-33
FOTO 4-61: IGREJA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO. POÇÕES, BAHIA. FONTE: IBGE [19-].	4-34
FOTO 4-62: RUA ITÁLIA. POÇÕES, BAHIA. FONTE: IBGE [19-].	4-34
FOTO 4-63: PRAÇA DA PREFEITURA MUNICIPAL. POÇÕES, BAHIA. COORDENADAS: -14° 31' 41,61", -40° 22' 2,11". DATA: 02/04/2021.	4-34
FOTO 4-64: IGREJA MATRIZ. POÇÕES, BAHIA. COORDENADAS: -14° 31' 41,61", -40° 22' 2,11". DATA: 02/04/2021.	4-34
FOTO 4-65: IGREJA MATRIZ. VEREDA, BAHIA. COORDENADAS: -17° 13' 26,02", -40° 5' 8,99". DATA: 21/03/2021.	4-35

FOTO 4-66: MONUMENTO DA CIDADE. VEREDA, BAHIA. COORDENADAS: -17° 13' 29,88", -40° 5' 11,33". DATA: 21/03/2021.	4-35
FOTO 4-67: RUAS DA CIDADE. VEREDA, BAHIA. COORDENADAS: -17° 13' 25,33", -40° 5' 8,93". DATA: 21/03/2021.	4-35
FOTO 4-68: RUAS DA CIDADE. VEREDA, BAHIA. COORDENADAS: -17° 13' 25,33", -40° 5' 8,93". DATA: 21/03/2021.	4-35
FOTO 4-69: VISTA AÉREA DE JACINTO, MINAS GERAIS. COORDENADAS: -16° 9' 8,79", -40° 17' 42,68". DATA: 27/03/2021.	4-36
FOTO 4-70: RUAS DA CIDADE, MINAS GERAIS. COORDENADAS: -16° 9' 8,79", -40° 17' 42,68". DATA: 27/03/2021.	4-36
FOTO 4-71: VISTA PARCIAL DA CIDADE. JORDÂNIA, MINAS GERAIS. COORDENADAS: -15° 53' 31,62", -40° 11' 29,94". DATA: 29/03/2021.	4-37
FOTO 4-72: IGREJA MATRIZ. JORDÂNIA, MINAS GERAIS. COORDENADAS: -15° 53' 55,81", -40° 10' 44,52". DATA: 28/03/2021.	4-37
FOTO 4-73: VISTA PARCIAL DA CIDADE. JORDÂNIA, MINAS GERAIS. COORDENADAS: -15° 53' 56,27", -40° 10' 45,53". DATA: 29/03/2021.	4-37
FOTO 4-74: VISTA PARCIAL DA CIDADE. JORDÂNIA, MINAS GERAIS. COORDENADAS: -15° 53' 56,27", -40° 10' 45,53". DATA: 29/03/2021.	4-37
FOTO 4-75: IGREJA MATRIZ. NANUQUE, MINAS GERAIS. COORDENADAS: -17° 50' 24,23", -40° 21' 3,17". DATA: 16/03/2021.	4-38
FOTO 4-76: ENTRADA DA CIDADE. NANUQUE, MINAS GERAIS. COORDENADAS: -17° 50' 12,35", -40° 21' 52,21". DATA: 16/03/2021.	4-38
FOTO 4-77: VISTA PARCIAL DA CIDADE. NANUQUE, MINAS GERAIS. COORDENADAS: -17° 50' 49,42", -40° 20' 34,74". DATA: 16/03/2021.	4-38
FOTO 4-78: VISTA PARCIAL DA CIDADE. NANUQUE, MINAS GERAIS. COORDENADAS: -17° 50' 49,42", -40° 20' 34,74". DATA: 16/03/2021.	4-38
FOTO 4-79: VISTA PARCIAL DA CIDADE. SANTO ANTÔNIO DO JACINTO, MINAS GERAIS. COORDENADAS: -16° 31' 56,98", -40° 10' 31,72". DATA: 26/03/2021.	4-39
FOTO 4-80: RUAS DA CIDADE. SANTO ANTÔNIO DO JACINTO, MINAS GERAIS. COORDENADAS: -16° 32' 16,64", -40° 10' 28,48". DATA: 26/03/2021.	4-39
FOTO 4-81: VISTA PARCIAL DA CIDADE. SANTO ANTÔNIO DO JACINTO, MINAS GERAIS. COORDENADAS: -16° 31' 56,98", -40° 10' 31,72". DATA: 26/03/2021.	4-39
FOTO 4-82: RUAS DA CIDADE. SANTO ANTÔNIO DO JACINTO, MINAS GERAIS. COORDENADAS: -16° 32' 10,18", -40° 10' 32,91". DATA: 26/03/2021.	4-39
FOTO 4-83: PREFEITURA MUNICIPAL. SERRA DOS AIMORÉS, MINAS GERAIS. COORDENADAS: -17° 47' 32,75", -40° 14' 45,89". DATA: 17/03/2021.	4-40
FOTO 4-84: ENTRADA DA CIDADE. SERRA DOS AIMORÉS, MINAS GERAIS.	4-40
FOTO 4-85: CAPELA MUNICIPAL. SERRA DOS AIMORÉS, MINAS GERAIS. COORDENADAS: -17° 47' 13,34", -40° 14' 52,58". DATA: 17/03/2021.	4-40
FOTO 4-86: IGREJA MATRIZ. SERRA DOS AIMORÉS, MINAS GERAIS. COORDENADAS: -17° 47' 15,27", -40° 14' 33,91". DATA: 17/03/2021.	4-40
FOTO 4-87: VISTA PANORÂMICA DA CIDADE: BOA ESPERANÇA, ESPÍRITO SANTO. FONTE: IBGE [19].	4-41
FOTO 4-88: IGREJA CATÓLICA: BOA ESPERANÇA, ESPÍRITO SANTO. FONTE: IBGE [19].	4-41
FOTO 4-89: VISTA DA PRAÇA CENTRAL EM BOA ESPERANÇA, ESPÍRITO SANTO. COORDENADAS: -18° 32' 17,34", -40° 17' 42,08". DATA: 15/03/2021.	4-41
FOTO 4-90: PREFEITURA, BOA ESPERANÇA, ESPÍRITO SANTO. COORDENADAS: -18° 32' 17,34", -40° 17' 42,08". DATA: 15/03/2021.	4-41

FOTO 4-91: PASSAGEM DO TREM DA V.M. EM COLATINA – 1952. FONTE: IBGE [19-].....	4-42
FOTO 4-92: VISTA DA CIDADE DE COLATINA/ES – 1952. FONTE: IBGE [19-].	4-42
FOTO 4-93: VISTA PARCIAL DA CIDADE. COLATINA, ESPÍRITO SANTO. COORDENADAS: -19° 32' 4,87", -40° 37' 49,18". DATA: 07/03/2021.....	4-42
FOTO 4-94: PREFEITURA MUNICIPAL. BOA ESPERANÇA, ESPÍRITO SANTO. COORDENADAS: -19° 32' 13,9", -40° 38' 6,81". DATA: 07/03/2021.....	4-42
FOTO 4-95: PRAÇA EM JOÃO NEIVA/ES. FONTE: IBGE [19-].....	4-43
FOTO 4-96: ESCOLA DE 1º GRAU: JOÃO NEIVA/ES. FONTE: IBGE [19-].....	4-43
FOTO 4-97: VISTA DA PRAÇA CENTRAL. JOÃO NEIVA, ESPÍRITO SANTO. COORDENADAS: -19° 45' 26,44", -40° 23' 7,04". DATA: 08/03/2021.....	4-43
FOTO 4-98: PREFEITURA MUNICIPAL. JOÃO NEIVA, ESPÍRITO SANTO. COORDENADAS: -19° 45' 26,44", -40° 23' 7,04". DATA: 08/03/2021.....	4-43
FOTO 4-99: VISTA AÉREA DA CIDADE: LINHARES/ES. FONTE: IBGE [19-].....	4-44
FOTO 4-100: PRAÇA INTERLAGOS: LINHARES/ES – 1982. FONTE: IBGE [19-].....	4-44
FOTO 4-101: VISTA AÉREA. LINHARES, ESPÍRITO SANTO. COORDENADAS: -19° 24' 22,22", -40° 4' 2,39". DATA: 08/03/2021. ..	4-44
FOTO 4-102: VISTA AÉREA. LINHARES, ESPÍRITO SANTO. COORDENADAS: -19° 24' 22,22", -40° 4' 2,39". DATA: 08/03/2021. ..	4-44
FOTO 4-103: AVENIDA DOM BOSCO: MARILÂNDIA/ES – 1983. FONTE: IBGE.	4-45
FOTO 4-104: VISTA PANORÂMICA DA CIDADE: MARILÂNDIA/ES – 1983. FONTE: IBGE.....	4-45
FOTO 4-105: VISÃO GERAL DA CIDADE. MARILÂNDIA, ESPÍRITO SANTO. COORDENADAS: -19° 24' 38,44", -40° 32' 36,08". DATA: 09/03/2021.....	4-45
FOTO 4-106: PREFEITURA MUNICIPAL. MARILÂNDIA, ESPÍRITO SANTO. COORDENADAS: -19° 24' 38,44", -40° 32' 36,08". DATA: 09/03/2021.....	4-45
FOTO 4-107: VISTA PANORÂMICA DA CIDADE MONTANHA/ES – 1983. FONTE: IBGE [19-].	4-46
FOTO 4-108: IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA APARECIDA: MONTANHA/ES. FONTE: IBGE [19-].....	4-46
FOTO 4-109: VISÃO GERAL DA CIDADE. MONTANHA, ESPÍRITO SANTO. COORDENADAS: -18° 7' 31,96", -40° 22' 8,51". DATA: 16/03/2021.....	4-46
FOTO 4-110: PREFEITURA. MONTANHA, ESPÍRITO SANTO. COORDENADAS: -18° 7' 31,96", -40° 22' 8,51". DATA: 16/03/2021.	4-46
FOTO 4-111: VISTA PARCIAL DA CIDADE NOVA VENÉCIA/ES. FONTE: IBGE [19-].....	4-47
FOTO 4-112: VISTA PANORÂMICA DA CIDADE NOVA VENÉCIA/ES. FONTE: IBGE [19-].	4-47
FOTO 4-113: VISÃO GERAL. NOVA VENÉCIA, ESPÍRITO SANTO. COORDENADAS: -18° 42' 8,79", -40° 24' 6,86" DATA: 12/03/2021.	4-47
FOTO 4-114: PONTE. NOVA VENÉCIA, ESPÍRITO SANTO. COORDENADAS: -18° 42' 8,79", -40° 24' 6,86". DATA: 12/03/2021. ..	4-47
FOTO 4-115: AV. AGENOR LUIZ HERINGER PINHEIROS/ES.....	4-48
FOTO 4-116: AV. AGENOR LUIZ HERINGER PINHEIROS/ES. FONTE: IBGE [19-].	4-48
FOTO 4-117: VISTA DA PRAÇA CENTRAL. PINHEIROS, ESPÍRITO SANTO. COORDENADAS: -18° 24' 43,89", -40° 12' 52,26". DATA: 14/03/2021.....	4-48
FOTO 4-118: AV. AGENOR LUIZ HERINGER. PINHEIROS, ESPÍRITO SANTO. COORDENADAS: -18° 24' 43,89", -40° 12' 52,26" DATA: 14/03/2021.....	4-48
FOTO 4-119: VISTA PANORÂMICA DA CIDADE RIO BANANAL/ES. FONTE: IBGE [19-].....	4-49
FOTO 4-120: RUA ENGENHEIRO FIRMO DUTRA, RIO BANANAL/ES. FONTE: IBGE [19-].	4-49

FOTO 4-121: PREFEITURA MUNICIPAL. RIO BANANAL, ESPÍRITO SANTO. COORDENADAS: -19° 16' 22,69", -40° 19' 38,12". DATA: 10/03/2021.....	4-49
FOTO 4-122: ZONA CENTRAL RIO BANANAL, ESPÍRITO SANTO. COORDENADAS: -19° 16' 22,69", -40° 19' 38,12". DATA: 10/03/2021.....	4-49
FOTO 4-123: PRAÇA SÃO BENEDITO, IGREJA DE SÃO BENEDITO. SÃO MATEUS/ES. FONTE: IBGE [19-].	4-50
FOTO 4-124: VISTA PANORÂMICA DA CIDADE, RIO SÃO MATEUS. SÃO MATEUS/ES. FONTE: IBGE [19-].	4-50
FOTO 4-125: PREFEITURA MUNICIPAL. SÃO MATEUS, ESPÍRITO SANTO. COORDENADAS: -18° 42' 51,97", -39° 51' 18,63". DATA: 12/03/2021.....	4-50
FOTO 4-126: AV. JONAS DOS SANTOS NEVES, SÃO MATEUS, ESPÍRITO SANTO. COORDENADAS: -18° 42' 51,97", -39° 51' 18,63". DATA: 12/03/2021.	4-50
FOTO 4-127: PREFEITURA MUNICIPAL. VILA VALÉRIO, ESPÍRITO SANTO. COORDENADAS: -19° 0' 2,6", -40° 23' 25,68". DATA: 11/03/2021.....	4-51
FOTO 4-128: VISTA PARCIAL DO MUNICÍPIO. VILA VALÉRIO, ESPÍRITO SANTO.	4-51
FOTO 4-129: IGREJA. VILA VALÉRIO, ESPÍRITO SANTO. COORDENADAS: -18° 59' 51,95", -40° 23' 23,28". DATA: 11/03/2021..	4-51
FOTO 4-130: VISTA PARCIAL DO MUNICÍPIO. VILA VALÉRIO, ESPÍRITO SANTO. COORDENADAS: -18° 59' 40,27", -40° 23' 33,29". DATA: 11/03/2021.	4-51
FOTO 4-131: PLANTAÇÃO DE CAFÉ NO ENTORNO DO MUNICÍPIO DE VILA VALÉRIO/ES. DATA: 11/03/2021. COORDENADAS UTM: 24K 352892E 7899381N.	4-72
FOTO 4-132: A MAIOR HORTA DO NORTE DO ESPÍRITO SANTO, EM PINHEIROS. DATA: 15/03/2021. COORDENADAS UTM: 24K 363280E 7970066N.	4-72
FOTO 4-133: PRODUÇÃO DE CLONES DE PIMENTA-DO-REINO NO VIVEIRO STOCCO EM VILA VALÉRIO/ES. DATA: 11/03/2021. COORDENADAS UTM: 24K 359661E 7902576N.	4-72
FOTO 4-134: PLANTAÇÃO DE CAFÉ NA ZONA RURAL DE ITANHÉM/BA. DATA: 23/03/2021. COORDENADAS UTM: 24K 362980E 8250943.04N.	4-72
FOTO 4-135: CRIAÇÃO DE CAPRINOS NA ZONA RURAL DE JORDÂNIA/MG. DATA: 29/03/2021. COORDENADAS UTM 24 k– UTM 24K 363280/7970066.	4-72
FOTO 4-136: CRIAÇÃO DE GADO EM JUCURUÇU/BA. DATA: 24/03/2021. COORDENADAS UTM: 24K 363280/7970066.	4-72
FOTO 4-137: PASTAGEM NA MARGEM DA MG-405, EM JACINTO. DATA: 27/03/2021. – UTM 24K 365609/8196034.	4-73
FOTO 4-138: PLANTAÇÃO DE MAMÃO EM COLATINA/ES. DATA: 09/03/2021. COORDENADAS UTM: 24K 352374E 7830054N.	4-73
FOTO 4-139: PREPARAÇÃO DO SOLO PARA O PLANTIO DE CANA EM LAJEDÃO/BA. DATA: 15/03/2021. COORDENADAS UTM: 24K 372946E 8057282N.	4-73
FOTO 4-140: USINA DE ÁLCOOL NA MARGEM DA BA-693. DATA: 18/03/2021. COORDENADAS UTM: 24K 374443E 8048724N.	4-73
FOTO 4-141: UNIDADE DE SAÚDE ASTROGILDO FREITAS. POÇÕES. DATA: 02/04/2021. COORDENADAS: -14° 32' 0,97", -40° 23' 13,85".	4-106
FOTO 4-142: UNIDADE INTEGRADA DE REABILITAÇÃO MUNICIPAL. MEDEIROS NETO. DATA: 18/03/2021. COORDENADAS: -17° 22' 17,56", -40° 13' 17,73".	4-106
FOTO 4-143: SAMU. CARAVELAS. DATA: 19/03/2021. COORDENADAS: -17° 44' 31,75", -39° 14' 39,16".	4-106
FOTO 4-144: AMBULÂNCIA. IBIRAPUÃ. DATA: 18/03/2021. COORDENADAS: -17° 41' 13,32", -40° 6' 30,31".	4-106
FOTO 4-145: HOSPITAL MUNICIPAL DE JUCURUÇU. DATA: 24/03/2021. COORDENADAS: -16° 50' 25,39", -40° 9' 19,29".	4-107

**LT 500 KV POÇÕES III – MEDEIROS NETO II – JOÃO NEIVA 2 E
SUBESTAÇÃO ASSOCIADA**

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA
PROCESSO IBAMA 02001.001772/2021-17
AGOSTO/2021



FOTO 4-146: HOSPITAL. RIO BANANAL. DATA: 11/03/2021. COORDENADAS: -19° 16' 27,41", -40° 19' 19,67"	4-107
FOTO 4-147: HOSPITAL RIO DOCE. LINHARES. DATA: 08/03/2021. COORDENADAS: -19° 23' 41,21", -40° 4' 7,7"	4-108
FOTO 4-148: HOSPITAL SÃO BERNARDO. COLATINA. DATA: 07/03/2021. COORDENADAS: -19° 31' 3,86", -40° 36' 22,51"	4-108
FOTO 4-149: ESCOLA MUNICIPAL AUGUSTO DE CARVALHO. ITAPETINGA/BA. DATA: 31/03/2021. COORDENADAS: -15° 15' 1,03", - 40° 14' 59,94"	4-113
FOTO 4-150: BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL. ITANHÉM/BA. DATA: 22/03/2021. COORDENADAS: -17° 10' 15,22", -40° 19' 51,63"	4-113
FOTO 4-151: TRANSPORTE ESCOLAR. BOA ESPERANÇA/ES. DATA: 14/03/2021. COORDENADAS: -18° 32' 27,84", -40° 17' 26,94".	4-114
FOTO 4-152: BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL. VEREDA/BA. DATA: 21/03/2021. COORDENADAS: -17° 13' 21,47", -40° 5' 5,92".	4-114
FOTO 4-153: RUÍNAS DA IGREJA VELHA. SÍTIO HISTÓRICO DO PORTO DE SÃO MATEUS. SÃO MATEUS, ESPÍRITO SANTO. DATA: 13/03/2021. COORDENADAS: -18° 42' 55,91", -39° 51' 30,19"	4-148
FOTO 4-154: RUÍNAS DA IGREJA VELHA. SÍTIO HISTÓRICO DO PORTO DE SÃO MATEUS. SÃO MATEUS, ESPÍRITO SANTO. DATA: 13/03/2021. COORDENADAS: -18° 42' 55,91", -39° 51' 30,19"	4-148

LISTA DE QUADROS

QUADRO 4-1: HISTÓRICO POPULACIONAL NA AEM.....	4-53
QUADRO 4-2: ÁREA TERRITORIAL E DENSIDADE DEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS DA AEM.....	4-56
QUADRO 4-3: QUANTITATIVO E PERCENTUAL DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL NA AEM.....	4-58
QUADRO 4-4: ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDHM) NOS MUNICÍPIOS DA AEM NOS ANOS DE 1991, 2000 E 2010.....	4-60
QUADRO 4-5: VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS CORRENTES POR ATIVIDADE ECONÔMICA NA AEM.....	4-65
QUADRO 4-6: LAVOURAS TEMPORÁRIAS E PERMANENTES NA AEM.....	4-67
QUADRO 4-7: QUANTITATIVO DO USO DO SOLO NA AEM.....	4-70
QUADRO 4-8: PROJETOS DE ASSENTAMENTO IDENTIFICADOS NA AEM.....	4-79
QUADRO 4-9: MUNICÍPIOS COM PLANO DIRETOR NA AEM.....	4-80
QUADRO 4-10: LISTA DOS AERÓDROMOS PRIVADOS IDENTIFICADOS NA AEM.....	4-96
QUADRO 4-11: LISTA DOS GASODUTOS IDENTIFICADOS NA AEM.....	4-99
QUADRO 4-12: LTS EM OPERAÇÃO IDENTIFICADAS NA AEM.....	4-102
QUADRO 4-13: HOSPITAIS PÚBLICOS IDENTIFICADOS NOS MUNICÍPIOS DA AEM.....	4-107
QUADRO 4-14: HOSPITAIS PÚBLICOS DE REFERÊNCIA À POPULAÇÃO DA AEM.....	4-109
QUADRO 4-15: DADOS DA EDUCAÇÃO NA AEM.....	4-111
QUADRO 4-16: INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR IDENTIFICADAS NA AEM.....	4-114
QUADRO 4-17: INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA PRESENTES NA AEM.....	4-118
QUADRO 4-18: TAXA DE ANALFABETISMO NA AEM.....	4-121
QUADRO 4-19: HIDROVIAS EXISTENTES NA AEM.....	4-124
QUADRO 4-20: PORTOS IDENTIFICADOS NA AEM.....	4-127
QUADRO 4-21: RODOVIAS NA AEM.....	4-129
QUADRO 4-22: MEIOS DE COMUNICAÇÃO NA AEM.....	4-134
QUADRO 4-23: INFORMAÇÕES E DISTÂNCIAS DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS IDENTIFICADOS MAIS PRÓXIMOS DA AEM DO EMPREENDIMENTO.....	4-140
QUADRO 4-24: INFORMAÇÕES DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS IDENTIFICADAS NA AEM E NAS IMEDIAÇÕES DO EMPREENDIMENTO... 4-145	4-145
QUADRO 4-25: SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS IDENTIFICADOS NA AEM.....	4-149
QUADRO 4-26: REFERÊNCIAS PAISAGÍSTICAS, DE TURISMO E LAZER NA AEM.....	4-155

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 4-1: QUANTITATIVO POPULACIONAL POR MUNICÍPIO NA AEM.	4-54
GRÁFICO 4-2: ÁREA TERRITORIAL E DENSIDADE DEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS DA AEM.	4-57
GRÁFICO 4-3: PERCENTUAL DA POPULAÇÃO URBANA E POPULAÇÃO RURAL POR MUNICÍPIO NA AEM.....	4-59
GRÁFICO 4-4: ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDHM) NA AEM NOS ANOS DE 1991, 2000 E 2010. FONTE: ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. PNUD, 2021.	4-61
GRÁFICO 4-5: PIB <i>PER CAPITA</i> DOS MUNICÍPIOS DA AEM.	4-63
GRÁFICO 4-6: VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS CORRENTES POR ATIVIDADE ECONÔMICA NA AEM. FONTE: PRODUTO INTERNO BRUTO DOS MUNICÍPIOS. IBGE, 2018.	4-65
GRÁFICO 4-7: NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS POR MUNICÍPIO NA AEM.	4-68
GRÁFICO 4-8: USO DO SOLO NA AEM.	4-71
GRÁFICO 4-9: ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE POR MUNICÍPIO NA AEM.	4-105

4 DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

4.5 MEIO SOCIOECONÔMICO

O Diagnóstico do Meio Socioeconômico da alternativa preferencial do traçado da Linha de Transmissão (LT) 500 kV Poções III – Medeiros Neto II – João Neiva 2 e Subestação Associada contém a descrição e a análise dos aspectos socioambientais e suas interações, bem como a caracterização da qualidade de vida da população presente na área de estudo antes da implantação da LT em questão.

A partir de levantamentos primários e secundários, o diagnóstico permite ainda a identificação, a avaliação e a análise integrada dos impactos ambientais associados ao planejamento, à instalação e à operação do empreendimento.

4.5.1 Levantamento de Dados

Para fins de caracterização da área de estudo municipal, o presente Diagnóstico utilizou-se de métodos de pesquisa quantitativos e qualitativos que envolveram a coleta de dados primários e secundários, os quais possibilitaram complementar as informações sobre a área de estudo e subsidiar a tomada de decisão na análise e avaliação dos impactos ambientais associados ao empreendimento, com a consequente obtenção da viabilidade socioambiental do projeto.

A pesquisa dos dados secundários foi realizada entre os meses de março e abril de 2021 por meio do levantamento de informações em bancos de dados oficiais governamentais de acesso público, responsáveis por indicadores sociais, econômicos, culturais e ambientais nas diferentes esferas de poder – municipal, estadual e federal.

Entre as bases de dados em destaque acessadas para a realização das pesquisas estão: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); o Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS); o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), criado pela Organização das Nações Unidas (ONU); o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); a Fundação Nacional do Índio (FUNAI); a Fundação Cultural Palmares (FCP); o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); entre outras fontes de pesquisa dos estados da Bahia, de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Os dados primários, diretamente ligados às atividades de campo, foram levantados entre os dias 8 de março e 2 de abril de 2021, mediante a aplicação de 32 questionários institucionais junto aos gestores da

área de estudo, em especial aqueles responsáveis pelas pastas de agricultura e meio ambiente das prefeituras dos municípios atravessados pela LT.

Vale destacar que, diante da pandemia do novo coronavírus (Covid-19), as ações em campo buscaram seguir as recomendações do Comunicado do IBAMA nº 7337671/2020-GABIN, de 2 de abril de 2020, da Organização Mundial da Saúde (OMS) e da Dossel Ambiental (Anexo 4.5-1) para fins de atendimento das obrigações ambientais no âmbito das atividades vinculadas ao licenciamento ambiental durante a pandemia.

Com isso, a utilização de aparatos de segurança e proteção individual, tais como máscaras, álcool em gel 70%, e o distanciamento de 1,5 m entre as pessoas garantiram a execução segura dos trabalhos. Durante as abordagens, a distribuição de máscaras e de álcool em gel aos entrevistados fez parte igualmente da condução dos trabalhos (Foto 4-1 e Foto 4-2).



Foto 4-1: Álcool em gel disponibilizado para os moradores antes e depois das visitas. Entrevista com morador em Guaratinga/BA.

Foto 4-2: Distribuição de máscaras descartáveis com tripla camada. Entrevista com moradora em Montanha/ES.

Além dos sistemas tradicionais de registro (prancheta, caneta e formulários impressos), a equipe adotou a ferramenta digital ArcGIS Survey123, que possibilitou a otimização da coleta, do compartilhamento e da análise dos dados por meio de uma plataforma completa de gestão. Nela estiveram armazenados os questionários institucionais que foram preenchidos no momento da ação via dispositivos móveis, mesmo na ausência de internet (*off-line*).

Para a realização da campanha a partir da utilização da ferramenta supracitada, a equipe esteve de posse de tablet. Além de áreas de preenchimento e perguntas específicas, a ferramenta digital automaticamente registrava as coordenadas do local e dispunha, ainda, de campo para os registros fotográficos (Foto 4-3 e Foto 4-4).



Foto 4-3: Coleta de dados mediante a utilização do formulário digital. Entrevista com o prefeito de Planalto/BA.



Foto 4-4: Coleta de dados mediante a utilização do formulário digital. Entrevista com moradora em Pinheiros/ES.

Após o preenchimento *in loco*, os formulários eram diariamente enviados via rede Wi-Fi ao banco de dados da Dossel Ambiental, quando as exportações em formato PDF ou DOC permitiam a geração de arquivos com os pontos visitados em formato KML ou *shapefile*, contendo todas as informações coletadas em campo.

Em etapa final, a elaboração do Diagnóstico procedeu com a análise dos formulários digitais, contemplando os registros estatísticos dos dados secundários levantados, realizando-se, assim, a técnica da análise dos conteúdos disponíveis, que consiste em ler, analisar, sistematizar e submeter a recortes, de acordo com a síntese que se busca (QUEIROZ, 1991).

4.5.2 Caracterização dos Aspectos do Meio Socioeconômico

O Diagnóstico Socioeconômico é uma importante ferramenta para compreender a dinâmica econômica e social de uma população que busca investigar de forma integrada as relações econômicas, sociais, culturais e ambientais existentes no território em desenvolvimento.

Em vista disso, o presente documento tem como objetivo caracterizar as áreas de estudo do meio socioeconômico a partir da avaliação das proposições técnicas do projeto e da análise dos itens previstos no Termo de Referência (TR) emitido para a elaboração dos Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da Linha de Transmissão 500 kV Poções III – Medeiros Neto II – João Neiva 2 e Subestação Associada.

4.5.2.1 ÁREA DE ESTUDO MUNICIPAL (AEM)

Nesse contexto, com base na alternativa locacional preferencial selecionada para a LT, foram delineadas as áreas geográficas que experimentarão com maior ou menor intensidade os impactos positivos e negativos do empreendimento, sendo tratada neste tópico somente a AEM, com a itemização, a seguir, que apresenta a caracterização dos territórios acerca dos aspectos populacionais, econômicos, de uso e

ocupação do solo, saúde, educação, estrutura viária, comunicação e informação, terras indígenas, terras quilombolas e patrimônio histórico, cultural, arqueológico e paisagístico, permitindo o amplo conhecimento da região e a tomada de decisão no que diz respeito ao controle e à mitigação dos possíveis impactos socioambientais associados ao empreendimento.

4.5.2.1.1 População

4.5.2.1.1.1 Contextualização histórica

O contexto histórico apresenta o momento e as circunstâncias sob os quais os municípios atravessados pela diretriz preferencial dos projetos lineares tiveram seus territórios formados. Cabe destacar que o cenário histórico do estado da Bahia, por vezes, é marcado pela chegada e colonização portuguesa no Brasil, bem como pelos ciclos econômicos do ouro e do café. De forma similar, o estado de Minas Gerais foi desbravado por bandeirantes que estavam em busca de ouro, entre outros minerais preciosos e mais tarde, com a introdução da cafeicultura, o café se tornou a principal atividade do estado. Por sua vez, o início da ocupação do estado do Espírito Santo foi marcado pela expulsão dos indígenas da região pelos portugueses e pelos engenhos de açúcar, que mais tarde foram substituídos pelo café.

4.5.2.1.1.1.1 Estado da Bahia

4.5.2.1.1.1.1.1 Caatiba

Datado de 1753, o território onde se encontra o município de Caatiba teve origem a partir de sucessivos confrontos sangrentos entre desbravadores e índios Imborés. Mesmo diante das constantes disputas, algumas aldeias resistiram nas imediações da “Serra das Fechas”, local no qual foi registrado o último combate no início do século XIX, um massacre comandado pelo jagunço Olímpio de Carvalho, com a participação de outros capangas: Fulgêncio de Almeida; Lourenço Pacheco; Manoel Borges; entre outros.

Olímpio Carvalho foi um dos primeiros entre eles a estabelecer residência no município, além de Serra Grande, Francisco Sabino, Guilhermino Barros, Gino Nogueira, Capitão Valdemar e Capitão João Antônio. Considerando essa ocupação, Caatiba teve seu crescimento vinculado ao povoado de Riachão, e de fato foi emancipado em 1º de abril de 1961 por meio do Decreto nº 1.401. Porém, foi em 13/05/1982, por meio da Lei nº 4.021, que Caatiba foi separada de Vitória da Conquista (IBGE, 2021) (Foto 4-5 a Foto 4-8).



Foto 4-5: Vista parcial da cidade de Caatiba.
Fonte: IBGE [19-].



Foto 4-6: Praça da Bandeira em Caatiba. Fonte: IBGE [19-].



Foto 4-7: Igreja da cidade. Caatiba, Bahia. Coordenadas: -14° 58' 46,22", -40° 24' 21,83". Data: 01/04/2021.



Foto 4-8: Vista parcial da cidade. Caatiba, Bahia. Coordenadas: -14,97601, -40,40812. Data: 01/04/2021.

4.5.2.1.1.1.1.2 Caravelas

Fundada em 1581, o histórico do município de Caravela coincide em grande parte com a história do Brasil, quando a segunda expedição portuguesa exploradora, em 1503, encontrou o território de Caravelas, logo após descobrir Fernando de Noronha e naufragar o navio-chefe, comandado por Gonçalo Coelho e pilotado por Américo Vespúcio.

Em continuação à expedição anterior, a frota naval dirigiu-se ao sul costeando o litoral, quando entrou no porto de Caravelas e fundou uma feitoria fortificada naquela área estratégica, deixando ali peças de artilharia e homens. Em seguida, a expedição conduzida por Américo Vespúcio e Gonçalo Coelho retornou à cidade de Lisboa.

A partir da implantação das capitanias hereditárias no Brasil, o território de Caravelas pertenceu à capitania de Porto Seguro, que fora doada a Pero de Campos Tourinho, mas logo fracassou pela falta de interesse dos donatários e seus sucessores e pelos constantes ataques dos índios Tupiniquins à região, situada entre os rios Camamu e Cricaré, ou rio São Mateus, atualmente conhecida como Mucuri.

Em 1559, a capitania de Porto Seguro foi vendida a Dom João Lencastre e foi revertida à Coroa no reinado de Dom José I. Sob uma nova fase de colonização, importantes expedições iniciadas na costa litorânea brasileira foram promovidas em busca de minas de metais e pedras preciosas.

Após as inúmeras expedições ao longo dos anos, a história revela que os bandeirantes que chegaram ao rio Caravelas não se estabeleceram no território, e foi em 1581, que um padre francês fundou a aldeia de Caravelas, local onde construiu uma pequena igreja chamada de Santo Antônio do Campo dos Coqueiros, a qual foi posteriormente abandonada e, em 1610, foi ocupada definitivamente mais uma vez.

Em 1700, a localidade foi elevada à categoria de vila, com o nome de Santo Antônio do Rio das Caravelas e, por fim, após 154 anos, Caravelas alcançou a condição de cidade e sede municipal com a denominação Caravelas, por meio da Lei nº 521, de 23/04/1855 (Foto 4-9 a Foto 4-12).



Foto 4-9: Catedral de Santo Antônio. Caravelas, Bahia. Fonte: IBGE [19-].



Foto 4-10: Rua Sete de Setembro. Caravelas, Bahia. Fonte: IBGE [19-].



Foto 4-11: Cidade. Caravelas, Bahia. Coordenadas: -17° 44' 12,45", -39° 15' 50,85". Data: 19/03/2021.



Foto 4-12: Catedral de Santo Antônio. Caravelas, Bahia. Coordenadas: -17° 44' 1,47", -39° 15' 57,62". Data: 19/03/2021.

4.5.2.1.1.1.3 Guaratinga

Na época das capitanias hereditárias, as terras hoje pertencentes ao município de Guaratinga integravam a Capitania de Porto Seguro, onde a cidade nasceu, a partir de uma fazenda cuja proprietária, Maria da Conceição, estipulou doar a propriedade rural após a sua morte para Nossa Senhora da Conceição, onde deveria ser fundado um arraial.

Com sua partida, a fazenda foi ocupada pelos primeiros moradores, que estabeleceram o cultivo de mandioca e cereais na propriedade, atraindo famílias mineiras, as quais fizeram crescer o lugarejo, denominado Jaquetou.

Uma vez que os pioneiros praticavam a agricultura de subsistência e a criação de gado, a produção era vendida em Porto Seguro, a pouco mais de 100 km do arraial, no qual o transporte da carga era feito em tropas e, em situações emergenciais, por meio de aviões de pequeno porte.

Em 1940, o arraial dispunha de uma extensa área ocupada pelo cultivo de cacau e, ao mesmo tempo, o produto alcançava bons preços no mercado internacional, o que de fato impulsionou a economia local.

O pleno de desenvolvimento elevou o arraial à condição de povoado, denominado Novo Horizonte, e em 1953, à categoria de distrito de Porto Seguro, intitulada Guaratinga, que significa garça branca na língua indígena Tupi. Por fim, em 1961, foi elevada à categoria de município por meio da Lei nº 1.466, de 31/08/1961 (Foto 4-13 a Foto 4-16).



Foto 4-13: Vista panorâmica da cidade de Guaratinga. Fonte: IBGE [19-].



Foto 4-14: Paróquia Nossa Senhora Imaculada Conceição em Caatiba. Fonte: IBGE [19-].



Foto 4-15: Vista da cidade. Guaratinga, Bahia. Coordenadas: - 16° 34' 18,8", -39° 46' 26,45". Data: 25/03/2021.



Foto 4-16: Templo religioso. Guaratinga, Bahia. Coordenadas: - 16° 35' 1,2", -39° 46' 46,32". Data: 25/03/2021.

4.5.2.1.1.1.4 Ibirapuã

O município de Ibirapuã, no início, teve seu território habitado por índios Aimorés, também conhecidos como Aimbirés, Aimborés ou Botocudos, e por brancos, que colonizaram as terras, formando uma pequena povoação, denominada São Sebastião por um longo período.

Localizada às margens do rio Jacuruçu, São Sebastião de Vereda manteve-se praticamente inerte até meados do século XXI, quando a atividade madeireira ganhou destaque, possibilitando um rápido desenvolvimento para o município.

Na segunda metade do século XIX foi quando as primeiras ocupações foram registradas sobre o território municipal atual, período que coincidiu com a construção da Estrada de Ferro Bahia-Minas, a qual fazia a ligação do arraial de Ponta de Areia, próximo à cidade de Caravelas, na Bahia, à cidade de Araçuaí, no Vale do Jequitinhonha, com o objetivo de exploração, transporte e exportação de madeira.

As atividades de extrativismo vegetal vinculadas à extração de madeira de lei, na época, atraíram colonos alemães, entre outros aventureiros das Minas Gerais que ocuparam o lugar. Com o crescimento

populacional, em 1945 a povoação recebeu o nome de Bom Jesus e, mais tarde, em 1953, teve o nome substituído por Ibirapuã, quando foi elevada à categoria de distrito.

De fato, a emancipação aconteceu mais à frente, mediante a criação da Lei Estadual nº 1.738, de 20/07/1962, quando o distrito foi desmembrado do município de Caravelas, mantendo seu topônimo (Foto 4-17 a Foto 4-20).



Foto 4-17: Capela de Nossa Senhora Aparecida na Praça Matriz em Ibirapuã. Fonte: IBGE [19-].



Foto 4-18: Praça da Independência. Ibirapuã. Fonte: IBGE [19-].



Foto 4-19: Praça da cidade. Ibirapuã, Bahia. Coordenadas: -17° 41' 16,87", -40° 6' 34,75". Data: 18/03/2021.



Foto 4-20: Prefeitura Municipal. Ibirapuã, Bahia. Coordenadas: -17° 41' 17,1", -40° 6' 34,53". Data: 18/03/2021.

4.5.2.1.1.1.5 Itambé

Verruga, assim era chamado o município no passado. Banhado pelo rio de mesmo nome, pouco se sabe sobre os primeiros habitantes da região. No entanto, os costumes são vinculados aos povos indígenas Mongoiós de Caculé Grande, os quais resistiram bravamente à ocupação dos colonizadores na região.

Por vontade da Coroa portuguesa, houve a projeção de estradas de acesso do interior ao litoral do estado, supostamente executada por João Gonçalves da Costa em 1752, que recebeu da administração colonial a doação de uma grande área.

Com o intenso período de seca de 1980, famílias migraram do alto sertão do estado rumo ao litoral, onde encontraram, pelo caminho, regiões com condições favoráveis à sobrevivência e ali ficaram. Entre os primeiros a se instalar na região estão: Manoel Balbino da Paixão; Manoel Raimundo da Fonseca; Maximino Martinho de Oliveira; e Estevam Gonçalves de Oliveira, o pioneiro a se fixar nas terras onde hoje se encontra o município de Itambé.

O religioso Frei Luís também teve destaque no passado, quando ergueu uma pequena capela na Fazenda Santa Maria para atividades de catequese dos silvícolas.

Em 1927 o município de Itambé foi criado por meio da Lei Estadual nº 2.042, de 12/08/1927, com sede no antigo povoado de Verruga. Após alterações de denominações, por fim, a Lei nº 628, de 30/12/1953, conferiu a atual organização municipal, composta de dois distritos: sede e Catolezinho (Foto 4-21 a Foto 4-24).



Foto 4-21: Rua Rui Barbosa em Itambé, Bahia.
Fonte: IBGE [1957].



Foto 4-22: Vista panorâmica do município de Itambé, Bahia.
Fonte: IBGE [1957].



Foto 4-23: Entrada da cidade. Itambé, Bahia. Coordenadas: -15° 15' 11,67", -40° 37' 18,6". Data: 31/03/2021.



Foto 4-24: Paço Municipal. Itambé, Bahia. Coordenadas: -15° 14' 26,03", -40° 37' 20,38". Data: 31/03/2021.

4.5.2.1.1.1.6 Itanhém

Localizado no extremo sul da Bahia, a ocupação do seu território data do período entre 1918 e 1924, a partir da apropriação de terras às margens do ribeirão das Umburanas, córregos da Umburaninha, Manoel Antônio, João Resende, Água Preta e rio Itanhém.

À vista disso, o território era ponto estratégico de produtos indispensáveis para a subsistência dos colonos que ali transitavam e ponto de escoamento da produção local.

Em 1925, à margem esquerda do ribeirão Água Preta, nas terras pertencentes ao mineiro Simplício Bina, foi instalada a Vila de Água Preta e, mais tarde, com a descoberta de pedras preciosas na região – em especial a pedra azul, conhecida como água marinha, e o berilo – e o notório aumento da população, verificou-se a criação do distrito de Nossa Senhora de Itanhém em 1930, até então vinculado ao município de Alcobaca.

Em 1938, o distrito passou a ser denominado não mais que Itanhém, e em 1958 teve sua emancipação por meio da Lei Estadual nº 1.031, de 14/08/1958, em cujo território são identificados os distritos de Itanhém, Batinga e Ibirajá (Foto 4-25 a Foto 4-28).



Foto 4-25: Vista panorâmica da cidade de Itanhém, Bahia.
Fonte: IBGE [19-].



Foto 4-26: Praça da Liberdade em Itanhém, Bahia.
Fonte: IBGE [19-].



Foto 4-27: Vista da cidade. Itanhém, Bahia. Coordenadas: -17° 10' 22,97", -40° 19' 27,73". Data: 22/03/2021.



Foto 4-28: Entrada da cidade. Itanhém, Bahia. Coordenadas: -17° 10' 22,97", -40° 19' 27,73". Data: 22/03/2021.

4.5.2.1.1.1.1.7 Itapetinga

O “nascimento” do município de Itapetinga está vinculado aos acontecimentos históricos de Vitória da Conquista por meio de Bernardino Francisco de Souza, desbravador da região que construiu em 1912 sua residência às margens do rio Catolé, onde se situa a Fazenda Astrolina.

No entanto, outros registros destacam o desenvolvimento de Itapetinga ligado ao tropeirismo durante a época colonial, quando o território servia de descanso às tropas em viagem ao sul, sendo o primeiro núcleo de tropeiros identificado em 1724. Já em 1760, um grupo de portugueses chefiado por Domingos José Vieira instalou o núcleo onde hoje é o bairro do Porto, em Itapetinga, entre outros.

Tendo em vista a grande quantidade de pedras brancas na região, em 1923, Augusto de Carvalho destinou parte de suas terras na região para o estabelecimento de um núcleo de povoamento denominado Itatinga, mais tarde reconhecido como distrito pertencente à Vitória da Conquista.

Por fim, em 1952 o município de Itapetinga foi criado por meio da Lei Estadual nº 508, de 12/12/1952. Porém, de fato, o município somente foi instalado em 7 de abril de 1955, constituído dos distritos de Itapetinga e Bandeira do Colônia (Foto 4-29 a Foto 4-32).

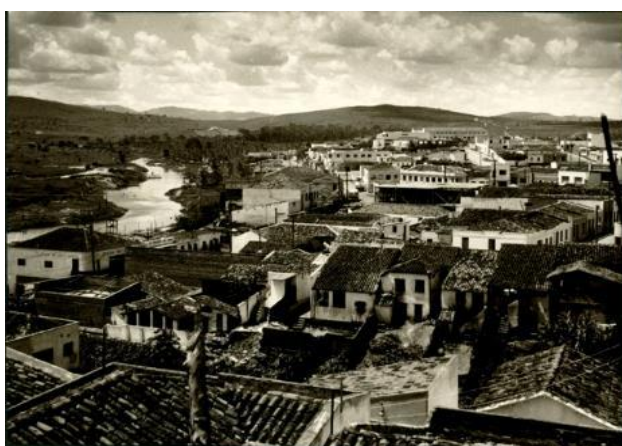


Foto 4-29: Vista panorâmica da cidade de Itapetinga, Bahia.
Fonte: IBGE [19-].



Foto 4-30: Praça Augusto Carvalho em Itapetinga, Bahia.
Fonte: IBGE [1957].



Foto 4-31: Loja Maçônica. Itapetinga, Bahia. Coordenadas: -15° 14' 45,75", -40° 14' 55,69". Data: 31/03/2021.



Foto 4-32: Parque Poliesportivo da Lagoa. Itapetinga, Bahia. Coordenadas: -15° 15' 12,01", -40° 15' 24,75". Data: 31/03/2021.

4.5.2.1.1.1.1.8 Jucuruçu

Sem muitas referências históricas, a recente cidade de Jucuruçu foi instalada em 1990, mas, de fato, o título de município foi concedido um ano antes, por meio da Lei Estadual nº 4.847, de 24/02/1989, abrigando somente o distrito sede.

Situado às margens do rio Jucuruçu, o território teve origem em 1933, quando figurava como distrito de Santo Antônio, pertencente na época ao município de Prado. Em 1938, a não aceitação do verdadeiro nome pelos moradores locais fez o distrito mudar de nome para Trindade, e em 1944 foi atribuído o nome de Jucuruçu à localidade.

Logo após, em 1961, Jucuruçu passou a pertencer ao município vizinho de Itamaraju, e somente em 1989, quando tornou-se município, é que teve sua grafia alterada para Jucuruçu (Foto 4-33 a Foto 4-36).



Foto 4-33: Prefeitura Municipal. Jucuruçu, Bahia. Coordenadas: -16° 50' 34,96", -40° 9' 29,03". Data: 24/03/2021.



Foto 4-34: Igreja da cidade. Jucuruçu, Bahia. Coordenadas: -16° 50' 35,18", -40° 9' 29,95". Data: 24/03/2021.



Foto 4-35: Vista parcial da cidade. Jucuruçu, Bahia.
Coordenadas: -16° 50' 43,86", -40° 9' 30,45". Data:
24/03/2021.



Foto 4-36: Vista parcial da cidade. Jucuruçu, Bahia.
Coordenadas: -16° 50' 28,61", -40° 9' 21,49". Data:
24/03/2021.

4.5.2.1.1.1.1.9 Lajedão

O município de Lajedão tem sua história datada por volta de 1930, a partir da ocupação de caçadores, apanhadores de poaia, desbravadores, entre outros posseiros vindos de Minas Gerais em terras nativas, abrindo clareiras, armando cabanas e fazendo roçados de banana, mandioca, milho e feijão. Geralmente, as terras seguiam as margens de cursos d'água, e logo eram vendidas a preços baixos, e assim foi crescendo a ocupação no território.

Em consequência da ocupação desordenada, as nascentes dos principais córregos do município, Vaca e Queixada, foram alteradas, as matas, ricas em madeiras nobres, como peroba, jequitibá, cedro e jacarandá, foram degradadas e inúmeros animais silvestres tornaram-se alimento àqueles que ali se fixavam.

Em 1935, de posse das terras junto às nascentes dos córregos Sete de Setembro e Buri, em uma área denominada Sítio Floresta, uma rocha natural granítica arredondada, a Pedra da Floresta, como era conhecida, passou a ser um ponto de referência que indicava a fronteira e as terras pertencentes aos estados da Bahia e Minas Gerais.

No mesmo ano, com a chegada do alemão e explorador de madeira Júlio Reuter, a primeira estrada de rodagem foi implantada, visando facilitar o abastecimento de alimentos considerados de primeira necessidade aos exploradores e trabalhadores florestais envolvidos na extração de madeira para Júlio Reuter.

No Sítio Floresta, situado em terras baianas, o colono Pedro Souza arquitetou um arraial onde atualmente se localiza a Igreja Matriz. No passado, a mesma terra abrigava índios da tribo dos Nac-Nuc (Nac-ne-nuc), subgrupo dos Aimorés, na povoação Fussura, que mais tarde passou a se chamar Lajedão (Foto 4-37 a Foto 4-40).



Foto 4-37: Centro de abastecimento em Lajedão, Bahia.
Fonte: IBGE [19-].



Foto 4-38: Avenida Nossa Senhora das Graças em Lajedão, Bahia. Fonte: IBGE [19-].



Foto 4-39: Ruas da cidade. Lajedão, Bahia. Coordenadas: -17° 37' 3,12", -40° 20' 30,06". Data: 17/03/2021.



Foto 4-40: Praça da cidade. Lajedão, Bahia. Coordenadas: -17° 36' 43,13", -40° 20' 42,89". Data: 17/03/2021.

4.5.2.1.1.1.1.10 Macarani

Habitada no passado por índios Botocudos, povos indígenas do tronco Macro-jê, o território de Macarani tem sua origem histórica associada ao município de Vitória da Conquista, quando o município de Encruzilhada dispunha de Macarani como distrito e teve a sua separação no ano de 1922.

Naquele mesmo ano, um novo Arraial de Macarani foi fundado por Joviniano Neres de Carvalho, Antônio Caires Pinheiro, Damásio Ferreira e Joaquim Dagno, e a primeira edificação residencial, localizada no largo São Pedro, foi construída.

Por meio de doações, em 1926 o Mercado Público foi inaugurado com a primeira feira semanal de Macarani e um grande festejo popular. No entanto, a alteração oficial administrativa de sede de Encruzilhada para município de Macarani aconteceu em 1943, por meio do Decreto-Lei nº 141, de 31/12/1943. O município, cujo nome significa “gruta dos índios Caranys”, é formado pelo distrito sede, segundo divisão territorial estabelecida em 1963 (Foto 4-41 a Foto 4-44).



Foto 4-41: Igreja São Pedro em Macarani, Bahia.
Fonte: IBGE [19-].



Foto 4-42: Rua Doutor Hélio Meira em Macarani, Bahia.
Fonte: IBGE [19-].



Foto 4-43: Paço Municipal. Macarani, Bahia. Coordenadas: -
15° 33' 51,7", -40° 25' 24,76". Data: 30/03/2021.

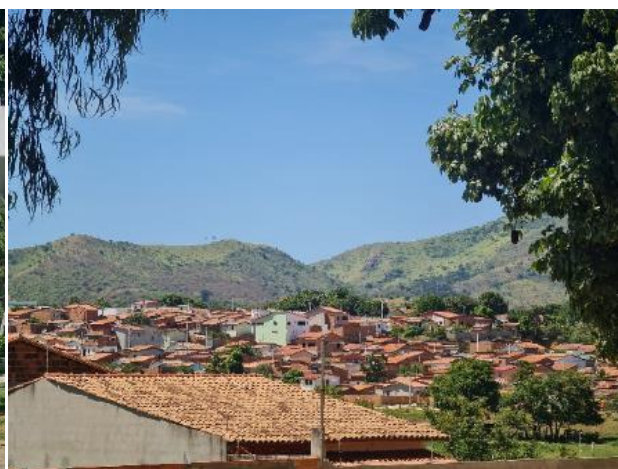


Foto 4-44: Vista parcial da cidade. Macarani, Bahia.
Coordenadas: -15° 33' 26,86", -40° 25' 31,19". Data:
30/03/2021.

4.5.2.1.1.1.11 Maiquinique

Datado a partir do ano de 1934, o município de Maiquinique era habitada por índios com a mesma denominação e em 1935 teve sua primeira casa de taipa construída, situada na atual rua Tertulino Silveira da Silva, quando surgiu o lugarejo, cujas terras participares foram então doadas por Francisco Martins de Almeida e sua esposa Felismina Alves Martins à Prefeitura Municipal de Macarani, em 1946.

Por fim, em 16/07/1962, por meio da Lei Estadual nº 1.718, o município de Maiquinique foi criado e instalado no ano seguinte, formado pela sede e pelo distrito de Pouso Alegre (Foto 4-45 a Foto 4-48).



Foto 4-45: Vista parcial da cidade de Maiquinique, Bahia.
Fonte: IBGE [19-].



Foto 4-46: Prefeitura Municipal de Maiquinique, Bahia.
Fonte: IBGE [19-].



Foto 4-47: Entrada da cidade pela BA-130. Maiquinique, Bahia. Coordenadas: -15° 37' 8,08", -40° 15' 24,24". Data: 29/03/2021.



Foto 4-48: Vista parcial da cidade. Maiquinique, Bahia. Coordenadas: -15° 37' 12,9", -40° 16' 3,26". Data: 29/03/2021.

4.5.2.1.1.1.1.12 Medeiros Neto

O povoamento iniciou-se por volta de 1915. A região era habitada por indígenas Pataxós e foi achada por exploradores de Minas Gerais, que estabeleceram suas famílias no local devido à fertilidade do solo e disponibilidade de terrenos.

Inicialmente conhecido como povoado Água Fria, o então distrito Medeiros Neto foi criado em 1953, nomeado em homenagem ao chefe político de Alcobça, Antônio Medeiros Neto.

Foi subordinado ao município de Alcobça até sua emancipação pela Lei Estadual nº 1024, de 14/08/1958, e atualmente consiste em três distritos: Medeiros Neto, Itupeva e Nova Lídice, segundo última divisão territorial, datada de 2015 (Foto 4-49 a Foto 4-52).



Foto 4-49: Ponte sobre o Rio Itanhém, Bahia.
Fonte: IBGE [19-].



Foto 4-50: Vista panorâmica da cidade Medeiros Neto, Bahia.
Fonte: IBGE [19-].



Foto 4-51: Vista parcial da cidade. Medeiros Neto, Bahia.
Coordenadas: -17° 22' 34,38", -40° 13' 14,65". Data:
18/03/2021.



Foto 4-52: Ruas da cidade. Medeiros Neto, Bahia.
Coordenadas: -17° 22' 15,74", -40° 13' 10,25". Data:
21/03/2021.

4.5.2.1.1.1.1.13 Mucuri

Originalmente a região era habitada pelos indígenas Botocudos. As primeiras expedições datam do século XVI e foram registradas por exploradores e colonos que atravessaram a região, a exemplo do historiador Gabriel Soares.

A aldeia foi formada próximo ao rio Mucuri por indígenas e portugueses que passavam na região em busca de pedras preciosas e dela formou-se o núcleo urbano São José de Porto Alegre, em 22/12/1795, subordinado ao município de Viçosa. Mais tarde foi emancipado pelo Decreto Estadual nº 7.191, de 13/01/1931, passando a ser chamado de Mucuri. Pela divisão territorial de 2005, o município é constituído de quatro distritos: Mucuri, Ibiranhém, Itabatã e Taquarinha, e assim permanece (Foto 4-53 a Foto 4-56).



Foto 4-53: Vista panorâmica da cidade. Mucuri, Bahia. Fonte: IBGE [19-].



Foto 4-54: Porto de Mucuri, Bahia. Fonte: IBGE [19-].



Foto 4-55: Entrada da cidade pela BA-698. Mucuri, Bahia. Coordenadas: -18° 4' 34,43", -39° 32' 58,02". Data: 19/03/2021.



Foto 4-56: Costa litorânea. Mucuri, Bahia. Coordenadas: -18° 5' 7,52", -39° 32' 46,41". Data: 20/03/2021.

4.5.2.1.1.1.1.14 Planalto

A região inicialmente chamada de arraial Peri-Peri originou-se em virtude da abertura da estrada BR-116 (Rio-Bahia), cuja diretriz preferencial passava pela fazenda Peri-Peri. Isso motivou muitos comerciantes e produtores locais a se encontrarem na área para realizar comércio, criando uma feira livre aos domingos.

Em 1946, o prefeito de Poções criou um arraial no local, quando desapropriou uma parte do terreno da fazenda e deu ao público, a fim de promover uma área onde os comerciantes pudessem se estabelecer. Com isso, moradores de outros distritos, motivados pela proximidade da rodovia e pelo centro comercial, passaram a migrar para o novo povoado em desenvolvimento.

Os distritos Peri-Peri e Lucaia foram desmembrados de Poções pela Lei nº 1658, de 05/04/1962, criando o município de Planalto, com sede na vila de Peri-Peri (Foto 4-57 a Foto 4-60).



Foto 4-57: Rua Rui Barbosa. Planalto, Bahia.
Fonte: IBGE [19-].



Foto 4-58: Avenida Presidente Kennedy, Igreja Matriz do Senhor do Bonfim. Planalto, Bahia. Fonte: IBGE [19-].



Foto 4-59: Prefeitura Municipal. Coordenadas: -14° 40' 7,67",
-40° 28' 31,32". Data: 02/04/2021.



Foto 4-60: Monumento da cidade. Planalto, Bahia.
Coordenadas: -14° 40' 4,27", -40° 28' 30,34". Data:
02/04/2021.

4.5.2.1.1.1.1.15 Poções

A região do município de Poções começou a ser explorada por volta de 1732 por exploradores de regiões vizinhas motivados a encontrar minérios. Por algum tempo, a região chamada Passagem da Conquista foi explorada nas minas do Timorante sob liderança do coronel André da Rocha Pinto, que supostamente teria enterrado todo o ouro apurado antes de sua morte. O filho do coronel tentou por anos achar o tesouro deixado pelo pai, mas sem sucesso.

Em 1782 D. Afonso Miguel Gonçalves encontrou os campos da Conquista e rechaçou os indígenas que habitavam o local antes de estabelecer-se na área. Algum tempo depois, seu filho doou o terreno usado para a construção de uma capela e fundou o povoado em 1878.

O município de Poções foi criado com sede no arraial e com território desmembrado de Vitória conforme a Lei Provincial nº 1.986, de 26/06/1880, e, segundo divisão territorial mais recente, dispõe de seis distritos: Poções, Bom Jesus da Serra, Lucaia, Nova Canaã, Peri-Peri de Poções e Vista Nova (Foto 4-61 a Foto 4-64).



Foto 4-61: Igreja do Divino Espírito Santo. Poções, Bahia.
Fonte: IBGE [19-].



Foto 4-62: Rua Itália. Poções, Bahia. Fonte: IBGE [19-].



Foto 4-63: Praça da Prefeitura Municipal. Poções, Bahia.
Coordenadas: -14° 31' 41,61", -40° 22' 2,11". Data:
02/04/2021.



Foto 4-64: Igreja Matriz. Poções, Bahia. Coordenadas: -14° 31'
41,61", -40° 22' 2,11". Data: 02/04/2021.

4.5.2.1.1.1.1.16 Vereda

A região, que fica situada às margens do rio Jucuruçu, foi por muito tempo um povoado de colonização branca chamado São Sebastião de Vereda. Originalmente, foi habitada pelos indígenas Aimorés. A atividade madeireira na época foi responsável pelo desenvolvimento do município.

Criado pela Lei Estadual nº 4.838, de 24/02/1989, o município de Vereda constitui-se apenas do distrito sede, conforme divisão territorial de 2007 (Foto 4-65 a Foto 4-68).



Foto 4-65: Igreja Matriz. Vereda, Bahia. Coordenadas: -17° 13' 26,02", -40° 5' 8,99". Data: 21/03/2021.



Foto 4-66: Monumento da cidade. Vereda, Bahia. Coordenadas: -17° 13' 29,88", -40° 5' 11,33". Data: 21/03/2021.



Foto 4-67: Ruas da cidade. Vereda, Bahia. Coordenadas: -17° 13' 25,33", -40° 5' 8,93". Data: 21/03/2021.



Foto 4-68: Ruas da cidade. Vereda, Bahia. Coordenadas: -17° 13' 25,33", -40° 5' 8,93". Data: 21/03/2021.

4.5.2.1.1.1.2 Estado de Minas Gerais

4.5.2.1.1.1.2.1 Jacinto

O território foi inicialmente povoado em 1912, quando José Lúcio, de passagem pelo local, resolveu adquirir uma faixa de terra do coronel João Cunha. Logo, em 1920 o povoado chamado Barra do Jacinto teve início e foi de fato criado como distrito com o nome de Jacinto em 1938, subordinado ao município de Vigia.

Somente em 1943 o distrito foi elevado à categoria de município pelo Decreto-Lei Estadual nº 1.058, de 31/12/1943, e atualmente conta com os distritos de Jacinto, Avaí do Jacinto e Jaguarão, conforme divisão territorial de 2007 (Foto 4-69 e Foto 4-70).



Foto 4-69: Vista aérea de Jacinto, Minas Gerais. Coordenadas: -16° 9' 8,79", -40° 17' 42,68". Data: 27/03/2021.



Foto 4-70: Ruas da cidade, Minas Gerais. Coordenadas: -16° 9' 8,79", -40° 17' 42,68". Data: 27/03/2021.

4.5.2.1.1.1.2.2 Jordânia

O município, situado na região Pastoril de Almenara, começou a ser povoado por volta de 1933, quando Manoel Lima descobriu que havia recebido um terreno à margem do Ribeirão do Salto, através de uma doação. A notícia se espalhou e imediatamente moradores foram se fixando no local, formando o povoado inicialmente chamado de Palestina Mineira.

O distrito foi criado em 1938, subordinado ao município de Vigia, e foi elevado à categoria de município, com o nome de Jordânia, pela Lei Estadual nº 336, de 27/12/1948, sendo atualmente constituído de dois distritos: Jordânia e Estrela de Jordânia (Foto 4-71 a Foto 4-74).



Foto 4-71: Vista parcial da cidade. Jordânia, Minas Gerais.
Coordenadas: -15° 53' 31,62", -40° 11' 29,94". Data:
29/03/2021.



Foto 4-72: Igreja Matriz. Jordânia, Minas Gerais.
Coordenadas: -15° 53' 55,81", -40° 10' 44,52". Data:
28/03/2021.



Foto 4-73: Vista parcial da cidade. Jordânia, Minas Gerais.
Coordenadas: -15° 53' 56,27", -40° 10' 45,53". Data:
29/03/2021.



Foto 4-74: Vista parcial da cidade. Jordânia, Minas Gerais.
Coordenadas: -15° 53' 56,27", -40° 10' 45,53". Data:
29/03/2021.

4.5.2.1.1.1.2.3 Nanuque

Originalmente a região era habitada pelos indígenas Botocudos. Durante muito tempo, portugueses tinham interesse em colonizar o local, mas foram impedidos pelos nativos. Após a construção da Estrada de Ferro Bahia-Minas, o fácil acesso levou famílias a se instalarem na região. A inauguração da Serraria Industrial de Mucuri marcou o que seria a fundação do povoado Caixa d'Água, nome escolhido após a construção de uma caixa d'água no povoado.

Foi criado então o distrito de Aimorés, que teve seu nome modificado para Indiana em 1938, e cinco anos depois, novamente alterado para distrito de Nanuque, o qual foi elevado à categoria de município pela Lei nº 336, de 27/12/1948, onde estão situados o distrito-sede, a Vila Pereira e o povoado de Gabriel Rezende Passos (Foto 4-75 a Foto 4-78).



Foto 4-75: Igreja Matriz. Nanuque, Minas Gerais.
Coordenadas: -17° 50' 24,23", -40° 21' 3,17". Data:
16/03/2021.



Foto 4-76: Entrada da cidade. Nanuque, Minas Gerais.
Coordenadas: -17° 50' 12,35", -40° 21' 52,21". Data:
16/03/2021.



Foto 4-77: Vista parcial da cidade. Nanuque, Minas Gerais.
Coordenadas: -17° 50' 49,42", -40° 20' 34,74". Data:
16/03/2021.



Foto 4-78: Vista parcial da cidade. Nanuque, Minas Gerais.
Coordenadas: -17° 50' 49,42", -40° 20' 34,74". Data:
16/03/2021.

4.5.2.1.1.1.2.4 Santo Antônio do Jacinto

A região foi originalmente povoada por imigrantes da Bahia e de outras partes de Minas Gerais. Atraídas pelo clima e pela fertilidade do solo, famílias foram se estabelecendo na área com o intuito de desenvolver a agricultura. O povoado foi fundado em 1934 e recebeu o nome em homenagem a Santo Antônio, pela devoção dos fundadores, completado com o nome do município a que o povoado pertencia na época de fundação, Jacinto.

Logo depois, em 1948, passou a ser distrito do município de Jacinto e, por meio da Lei Estadual nº 2.764, de 30/120/1962, foi elevado à categoria de município desmembrado de Jacinto, onde atualmente estão os distritos de Santo Antônio do Jacinto e Catajás (Foto 4-79 a Foto 4-82).



Foto 4-79: Vista parcial da cidade. Santo Antônio do Jacinto, Minas Gerais. Coordenadas: -16° 31' 56,98", -40° 10' 31,72".
Data: 26/03/2021.



Foto 4-80: Ruas da cidade. Santo Antônio do Jacinto, Minas Gerais. Coordenadas: -16° 32' 16,64", -40° 10' 28,48".
Data: 26/03/2021.



Foto 4-81: Vista parcial da cidade. Santo Antônio do Jacinto, Minas Gerais. Coordenadas: -16° 31' 56,98", -40° 10' 31,72".
Data: 26/03/2021.



Foto 4-82: Ruas da cidade. Santo Antônio do Jacinto, Minas Gerais. Coordenadas: -16° 32' 10,18", -40° 10' 32,91".
Data: 26/03/2021.

4.5.2.1.1.1.2.5 Serra dos Aimorés

Originalmente habitado pelos indígenas Aimorés, daí o nome de Serra dos Aimorés, o povoamento teve início a partir da instalação de depósitos e serrarias para extração de madeira, local onde mais tarde foi criado o povoado chamado Km 158, depois renomeado para Arthur Castilho e, mais adiante, Serra dos Aimorés, quando foi elevado à categoria de município por meio da Lei nº 2764, de 30/12/1962 (Foto 4-83 a Foto 4-86).



Foto 4-83: Prefeitura Municipal. Serra dos Aimorés, Minas Gerais. Coordenadas: -17° 47' 32,75", -40° 14' 45,89". Data: 17/03/2021.



Foto 4-84: Entrada da cidade. Serra dos Aimorés, Minas Gerais.



Foto 4-85: Capela Municipal. Serra dos Aimorés, Minas Gerais. Coordenadas: -17° 47' 13,34", -40° 14' 52,58". Data: 17/03/2021.



Foto 4-86: Igreja Matriz. Serra dos Aimorés, Minas Gerais. Coordenadas: -17° 47' 15,27", -40° 14' 33,91". Data: 17/03/2021.

4.5.2.1.1.1.3 Estado do Espírito Santo

4.5.2.1.1.1.3.1 Boa Esperança

O município de Boa Esperança nasceu quando Antônio dos Santos Neves comprou do estado as terras da região, com o intuito de explorar a madeira abundante do local. Em 1920 foi instalada a primeira serraria de madeira do povoado, o que incentivou famílias a se instalarem na região ao longo da década.

Foi criado o distrito de São Mateus, que teve o nome alterado para distrito de Boa Esperança em 1949 e era subordinado ao município de São Mateus. Pela Lei Estadual nº 1912, de 04/01/1964, a localidade foi elevada à categoria de município e desmembrada de São Mateus, comportando atualmente os distritos de Boa Esperança, Santo Antônio do Pouso Alegre e São José do Sobradinho (Foto 4-87 a Foto 4-90).



Foto 4-87: Vista panorâmica da cidade: Boa Esperança, Espírito Santo. Fonte: IBGE [19-].



Foto 4-88: Igreja Católica: Boa Esperança, Espírito Santo. Fonte: IBGE [19-].



Foto 4-89: Vista da Praça Central em Boa Esperança, Espírito Santo. Coordenadas: -18° 32' 17,34", -40° 17' 42,08". Data: 15/03/2021.



Foto 4-90: Prefeitura, Boa Esperança, Espírito Santo. Coordenadas: -18° 32' 17,34", -40° 17' 42,08". Data: 15/03/2021.

4.5.2.1.1.1.3.2 Colatina

A região era inicialmente território habitado pelos indígenas Botocudos, que, ao longo do século XIX, impediram algumas tentativas de colonização pelos portugueses. Porém o povoamento do município se efetivou no último decênio do século, com a expansão da Colônia de Santa Leopoldina, reduto de imigrantes italianos que formaram a primeira povoação, denominada Mutum.

Contudo, somente em 1899 foi criado o distrito de Colatina, nome dado em homenagem à Dona Colatina, que era esposa do governador da época, e em 1921 foi elevada à categoria de cidade pela Lei Estadual nº 1.317, de 30/12/1921, sendo nos dias de hoje constituída dos distritos de Colatina, Ângelo Frechiami, Baunilha, Boapaba, Graça Aranha e Itapina (Foto 4-91 a Foto 4-94).



Foto 4-91: Passagem do trem da V.M. em Colatina – 1952.
Fonte: IBGE [19-].



Foto 4-92: Vista da cidade de Colatina/ES – 1952. Fonte: IBGE [19-].



Foto 4-93: Vista parcial da cidade. Colatina, Espírito Santo.
Coordenadas: -19° 32' 4,87", -40° 37' 49,18". Data:
07/03/2021.



Foto 4-94: Prefeitura Municipal. Boa Esperança, Espírito Santo.
Coordenadas: -19° 32' 13,9", -40° 38' 6,81". Data:
07/03/2021.

4.5.2.1.1.1.3.3 João Neiva

Por volta de 1877 as primeiras famílias de imigrantes italianos se instalaram na região, após chegarem ao país, criando os primeiros povoados, Acioli e Demétrio Ribeiro. Anos depois, a Estrada de Ferro Diamantina foi instalada e ali ficou a estação João Neiva, em cujo entorno surgiu o povoado João Neiva, que foi elevado a distrito do município Pau Gigante em 1921 e, por meio da Lei Estadual nº 4.076, de 11/05/1988, tornou-se município, onde atualmente estão os distritos João Neiva e Acioli (Foto 4-95 a Foto 4-98).



Foto 4-95: Praça em João Neiva/ES. Fonte: IBGE [19-].



Foto 4-96: Escola de 1º Grau: João Neiva/ES.
Fonte: IBGE [19-].



Foto 4-97: Vista da Praça Central. João Neiva, Espírito Santo.
Coordenadas: -19° 45' 26,44", -40° 23' 7,04". Data:
08/03/2021.



Foto 4-98: Prefeitura Municipal. João Neiva, Espírito Santo.
Coordenadas: -19° 45' 26,44", -40° 23' 7,04". Data:
08/03/2021.

4.5.2.1.1.1.3.4 Linhares

A origem do município se deu em 1800 quando os indígenas Botocudos, nativos dessa terra, foram dizimados por colonizadores em busca de ouro. Ao longo do tempo, a porção de Mata Atlântica que cobria a região foi devastada, dando espaço para povoados, pastoreio e agricultura, quando surgiu no local o povoado de Linhares

Em 1833 o povoado tornou-se vila, mais tarde pertencendo a Colatina, sendo depois restabelecida por meio do Decreto-Lei Estadual nº 15.177, de 31/12/1943, onde se encontram os distritos de Linhares, Bebedouro, Desengano, Farias, Pontal do Ipiranga, Povoação, Regência, Rio Quartel e São Rafael (Foto 4-99 a Foto 4-102).



Foto 4-99: Vista aérea da cidade: Linhares/ES.
Fonte: IBGE [19-].



Foto 4-100: Praça Interlagos: Linhares/ES – 1982.
Fonte: IBGE [19-].



Foto 4-101: Vista aérea. Linhares, Espírito Santo.
Coordenadas: -19° 24' 22,22", -40° 4' 2,39". Data:
08/03/2021.



Foto 4-102: Vista aérea. Linhares, Espírito Santo.
Coordenadas: -19° 24' 22,22", -40° 4' 2,39". Data:
08/03/2021.

4.5.2.1.1.1.3.5 Marilândia

O município originou-se em meados do século 19 com a chegada de famílias imigrantes italianos que se estabeleceram na área, iniciando o plantio de café e construindo moradias, formando então o povoado Liberdade, mais tarde renomeado para Marilândia.

Adotando a Nossa Senhora Auxiliadora como padroeira, somente em 1953 o distrito de Marilândia foi a valer criado dependente do município de Colatina, e em 14/05/1980 emancipado pela Lei Estadual nº 3.345, de 14/05/1980, onde atualmente estão os distritos de Marilândia e Sapucaia (Foto 4-103 a Foto 4-106).



Foto 4-103: Avenida Dom Bosco: Marilândia/ES – 1983.
Fonte: IBGE.



Foto 4-104: Vista panorâmica da cidade: Marilândia/ES – 1983. Fonte: IBGE.



Foto 4-105: Visão geral da cidade. Marilândia, Espírito Santo.
Coordenadas: -19° 24' 38,44", -40° 32' 36,08". Data:
09/03/2021.



Foto 4-106: Prefeitura Municipal. Marilândia, Espírito Santo.
Coordenadas: -19° 24' 38,44", -40° 32' 36,08". Data:
09/03/2021.

4.5.2.1.1.1.3.6 Montanha

A colonização do território de Montanha ocorreu por volta de 1949, quando madeireiros da Bahia, em busca de madeira para comércio, acamparam às margens do córrego Montanha. Algum tempo mais tarde, famílias se estabeleceram e foi formado o povoado Comercinho da Palha.

Em 1953 o mesmo povoado foi elevado a distrito, por ora denominado Montanha, nome do córrego que circunda a cidade, subordinado ao município de Mucurici. Por fim, em 1963, a Lei Estadual nº 1.913, de 28/12/1963, elevou Montanha à categoria de município, onde atualmente se encontram os distritos de Montanha e Vinhático (Foto 4-107 a Foto 4-110).

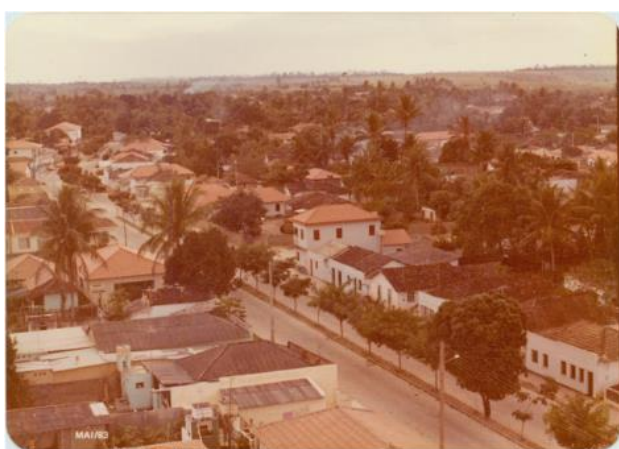


Foto 4-107: Vista panorâmica da cidade Montanha/ES – 1983.
Fonte: IBGE [19-].



Foto 4-108: Igreja Matriz de Nossa Senhora Aparecida:
Montanha/ES. Fonte: IBGE [19-].

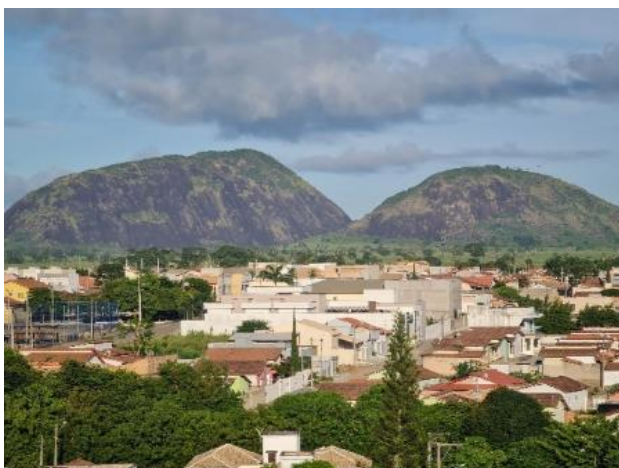


Foto 4-109: Visão geral da cidade. Montanha, Espírito Santo.
Coordenadas: -18° 7' 31,96", -40° 22' 8,51". Data:
16/03/2021.



Foto 4-110: Prefeitura. Montanha, Espírito Santo.
Coordenadas: -18° 7' 31,96", -40° 22' 8,51". Data:
16/03/2021.

4.5.2.1.1.1.3.7 Nova Venécia

A região foi originalmente habitada por indígenas Aimorés que buscavam refúgio nas serras dos combates portugueses. Em 1870 iniciou-se a exploração do local por ordens do Major Antônio Rodrigues da Cunha. Com a chegada de mais colonizadores, formou-se o núcleo populacional Serra dos Aimorés, nomeado em homenagem aos indígenas nativos.

Em 1890 chegaram famílias de imigrantes italianos que se fixaram no povoado. Três anos mais tarde a Serra dos Aimorés foi elevada a sede de distrito do município de São Mateus. Foi criado o distrito de Serra dos Aimorés em 1896. Pela Lei Estadual nº 767, de 11/12/1953, foi elevado à categoria de município, com a denominação Nova Venécia, e desmembrado de São Mateus. Atualmente, pela divisão territorial de 2020, é constituído de três distritos: Nova Venécia, Guararema e Santo Antônio do Quinze (Foto 4-111 a Foto 4-114).



Foto 4-111: Vista parcial da cidade Nova Venécia/ES.
Fonte: IBGE [19-].



Foto 4-112: Vista panorâmica da cidade Nova Venécia/ES.
Fonte: IBGE [19-].



Foto 4-113: Visão geral. Nova Venécia, Espírito Santo.
Coordenadas: -18° 42' 8,79", -40° 24' 6,86" Data: 12/03/2021.



Foto 4-114: Ponte. Nova Venécia, Espírito Santo.
Coordenadas: -18° 42' 8,79", -40° 24' 6,86". Data:
12/03/2021.

4.5.2.1.1.1.3.8 Pinheiros

O município teve sua origem neste século, quando um fazendeiro chamado Lousival Carvalho, colocou um de seus empregados no lugar que hoje é a sede municipal. Ele se estabeleceu com um armazém para atender madeireiros da região.

O povoado do Pinheiro, como foi chamado na época, se formou na região em função do comércio incentivado pelo armazém e pertencia ao município de Conceição da Barra. Foi elevado à categoria de município pela Lei Estadual nº 1917, de 30/12/1963, desmembrando-se de Conceição da Barra. O município recebeu o nome de Pinheiros em homenagem ao primeiro comerciante da região, José Pinheiro. É constituído de dois distritos, Pinheiros e São João do Sobrado, de acordo com a divisão territorial de 2005 (Foto 4-115 a Foto 4-118).



Foto 4-115: Av. Agenor Luiz Heringer Pinheiros/ES.
Fonte: IBGE [19-].



Foto 4-116: Av. Agenor Luiz Heringer Pinheiros/ES. Fonte:
IBGE [19-].

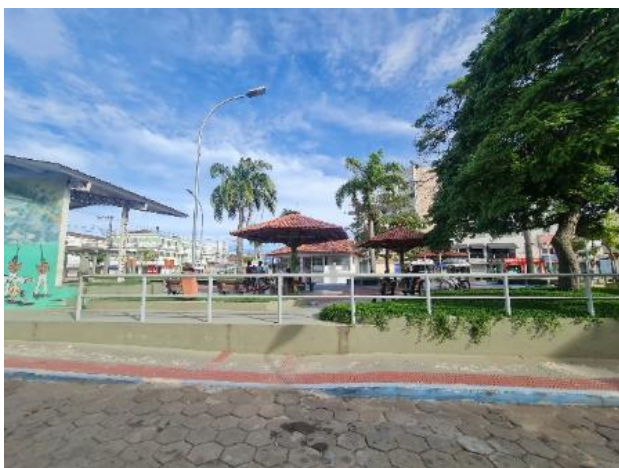


Foto 4-117: Vista da Praça Central. Pinheiros, Espírito Santo.
Coordenadas: -18° 24' 43,89", -40° 12' 52,26". Data:
14/03/2021.



Foto 4-118: Av. Agenor Luiz Heringer. Pinheiros, Espírito Santo.
Coordenadas: -18° 24' 43,89", -40° 12' 52,26" Data:
14/03/2021.

4.5.2.1.1.1.3.9 Rio Bananal

A origem do município se deu por volta de 1929, quando colonizadores de Marilândia, em busca de terras férteis, acharam o local de confluência entre o rio Bananal e Iiritimirim, onde iniciaram o cultivo agrícola e fundaram o núcleo de Santo Antônio do Bananal. Em 1937 chega ao povoado outro grupo de pessoas, que formaram o núcleo São Sebastião do Bananal e, juntamente com o núcleo Santo Antônio, construíram a sede do atual município.

Em 1949 o povoado foi elevado à categoria de distrito, chamado Rio Bananal e subordinado ao município de Linhares. Foi elevado a município pela Lei Estadual nº 3.293, de 14/09/1979, desmembrando-se de Linhares. De acordo com a divisão territorial de 2015, é constituído de três distritos: Rio Bananal, São Jorge de Tiradentes e São Francisco (Foto 4-119 a Foto 4-122).



Foto 4-119: Vista panorâmica da cidade Rio Bananal/ES.
Fonte: IBGE [19-].



Foto 4-120: Rua Engenheiro Firmo Dutra, Rio Bananal/ES.
Fonte: IBGE [19-].



Foto 4-121: Prefeitura Municipal. Rio Bananal, Espírito Santo.
Coordenadas: -19° 16' 22,69", -40° 19' 38,12". Data:
10/03/2021.



Foto 4-122: Zona central Rio Bananal, Espírito Santo.
Coordenadas: -19° 16' 22,69", -40° 19' 38,12". Data:
10/03/2021.

4.5.2.1.1.1.3.10 São Mateus

O território de São Mateus foi encontrado pelos colonizadores portugueses por volta de 1544. A vila veio a se tornar um município em 1848. Recebe esse nome devido à visita que o padre José de Anchieta fez ao local em um dia 21 de setembro, dia do evangelista Mateus.

Devido à dificuldade de acesso à região norte do Espírito Santo, o porto de São Mateus se tornou um ponto de muita importância para o comércio local e exportações, o que trouxe muita visibilidade para o município. A Vila de São Mateus foi elevada à condição de cidade pela Resolução Provincial nº 1, de 03/04/1848. De acordo com a divisão territorial de 2014, consiste em cinco distritos: São Mateus, Barra Nova, Itauninhas, Nestor Gomes e Nova Verona (Foto 4-123 a Foto 4-126).



Foto 4-123: Praça São Benedito, Igreja de São Benedito. São Mateus/ES. Fonte: IBGE [19-].



Foto 4-124: Vista panorâmica da cidade, rio São Mateus. São Mateus/ES. Fonte: IBGE [19-].



Foto 4-125: Prefeitura Municipal. São Mateus, Espírito Santo. Coordenadas: -18° 42' 51,97", -39° 51' 18,63". Data: 12/03/2021.



Foto 4-126: Av. Jonas dos Santos Neves, São Mateus, Espírito Santo. Coordenadas: -18° 42' 51,97", -39° 51' 18,63". Data: 12/03/2021.

4.5.2.1.1.1.3.11 Vila Valério

A colonização da região de Vila Valério teve início em 1939 pela companhia polonesa responsável pela demarcação das terras do local, liderada por Esteves Bonislau Ryszczik. Devido à invasão da Polônia, que deu início à Segunda Guerra Mundial, os poloneses tiveram que se retirar da região, que foi então colonizada por mineiros, imigrantes italianos e alemães vindos do sul do estado.

O nome da vila foi dado em homenagem ao advogado polonês Dr. Walerjan Koszarowski, que desempenhou um papel importante no combate contra a malária. O distrito de Valério foi criado em 1919 e era subordinado ao município de São Gabriel da Palha. A Lei Estadual nº 4.892, de 28/03/1994, elevou-o à categoria de município, com o nome de Vila Valério, sendo desmembrado de São Gabriel da Palha e Linhares. Pela divisão territorial de 2005, é constituído de três distritos: Vila Valério, Jurama e São Jorge da Barra Seca (Foto 4-127 a Foto 4-130).



Foto 4-127: Prefeitura Municipal. Vila Valério, Espírito Santo. Coordenadas: -19° 0' 2,6", -40° 23' 25,68". Data: 11/03/2021.



Foto 4-128: Vista parcial do município. Vila Valério, Espírito Santo.



Foto 4-129: Igreja. Vila Valério, Espírito Santo. Coordenadas: -18° 59' 51,95", -40° 23' 23,28". Data: 11/03/2021.



Foto 4-130: Vista parcial do município. Vila Valério, Espírito Santo. Coordenadas: -18° 59' 40,27", -40° 23' 33,29". Data: 11/03/2021.

4.5.2.1.1.2 Dados demográficos

Entre os municípios que constam na AEM, 16 integram o estado da Bahia (Caatiba, Caravelas, Guaratinga, Ibirapuã, Itambé, Itanhém, Itapetinga, Jucuruçu, Lajedão, Macarani, Maiquinique, Medeiros Neto, Mucuri, Planalto, Poções e Vereda), cinco estão no estado de Minas Gerais (Jacinto, Jordânia, Nanuque, Santo Antônio do Jacinto, Serra dos Aimorés) e 11 estão inseridos no estado do Espírito Santo (Boa Esperança, Colatina, João Neiva, Linhares, Marilândia, Montanha, Nova Venécia, Pinheiros, Rio Bananal, São Mateus e Vila Valério).

Segundo o Censo Demográfico de 1991 (IBGE), a população da AEM era de 742.365 habitantes. Em 2000 a população residente subiu para 864.709. No ano de 2010, chegou a 953.884 e, por fim, segundo aproximação do IBGE, encontrar-se-iam 1.054.992 pessoas vivendo sobre o território de estudo em 2020.

Ao longo dos anos, Lajedão manteve-se como o município menos populoso da AEM, enquanto Linhares, Colatina e São Mateus lideraram a posição dos municípios mais superpovoados, sendo que Linhares e Colatina alternaram de posição durante as décadas em análise e São Mateus se aproximou do quantitativo populacional destes municípios no ano do último censo, conforme quantitativo populacional apresentado no Quadro 4-1 e no Gráfico 4-1.

**LT 500 KV POÇÕES III – MEDEIROS NETO II – JOÃO NEIVA 2 E
SUBESTAÇÃO ASSOCIADA**

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA
PROCESSO IBAMA 02001.001772/2021-17
AGOSTO/2021



Quadro 4-1: Histórico populacional na AEM.

MUNICÍPIO	UF	POPULAÇÃO (1991)	POPULAÇÃO (2000)	POPULAÇÃO (2010)	POPULAÇÃO (ESTIMATIVA 2020)
Caatiba	BA	9.713	15.558	11.448	6.488
Caravelas	BA	19.485	20.103	21.414	22.093
Guaratinga	BA	25.282	24.319	22.165	20.700
Ibirapuã	BA	8.303	7.096	7.956	8.690
Itambé	BA	23.841	30.850	23.089	22.754
Itanhém	BA	23.246	21.334	20.216	19.316
Itapetinga	BA	53.485	57.931	68.273	76.795
Jucuruçu	BA	16.012	12.377	10.290	8.988
Lajedão	BA	3.821	3.409	3.733	3.975
Macarani	BA	14.040	14.594	17.093	18.909
Maiquinique	BA	7.821	7.326	8.782	10.206
Medeiros Neto	BA	23.035	21.235	21.560	22.716
Mucuri	BA	17.687	28.062	36.026	42.251
Planalto	BA	23.510	21.707	24.481	26.426
Poções	BA	37.839	22.213	44.701	46.879
Vereda	BA	8.927	7.450	6.800	6.153
Jacinto	MG	12.169	12.087	12.134	12.323
Jordânia	MG	9.524	9.865	10.324	10.842
Nanuque	MG	43.090	41.619	40.834	40.665
Santo Antônio do Jacinto	MG	12.093	12.144	11.775	11.604
Serra dos Aimorés	MG	10.224	8.182	8.412	8.713
Boa Esperança	ES	12.555	13.679	14.199	15.092
Colatina	ES	106.845	112.711	111.794	123.400
João Neiva	ES	15.301	13.472	15.809	16.722
Linhares	ES	119.690	112.617	141.306	176.688
Marilândia	ES	9.004	9.921	11.107	12.963
Montanha	ES	18.133	17.854	17.849	18.894
Nova Venécia	ES	47.624	43.015	46.031	50.434
Pinheiros	ES	21.307	21.320	23.895	27.327
Rio Bananal	ES	15.428	16.324	17.530	19.271
São Mateus	ES	73.903	90.460	109.028	132.642
Vila Valério	ES	–	13.875	13.830	14.073

Fonte: Censo demográfico. IBGE, 1991; 2000; 2010.

**LT 500 KV POÇÕES III – MEDEIROS NETO II – JOÃO NEIVA 2 E
SUBESTAÇÃO ASSOCIADA**

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA
PROCESSO IBAMA 02001.001772/2021-17
AGOSTO/2021



Gráfico 4-1: Quantitativo populacional por município na AEM.

4.5.2.1.1.3 Território e densidade populacional

A AEM abrange uma área territorial total de 36.900,36 km², distribuída entre 32 municípios dos estados da Bahia, do Espírito Santo e de Minas Gerais, cuja de densidade demográfica média é de 25,98 habitantes por km², onde Lajedão se destaca com a menor população relativa (6,07 hab./km²) e Colatina, com a maior densidade populacional (78,9 hab./km²). Por outro lado, o menor território é representado pelo município de Serra dos Aimorés e a maior extensão territorial é identificada em Linhares, conforme destaca o Quadro 4-2 e o Gráfico 4-2.

Quadro 4-2: Área territorial e densidade demográfica dos municípios da AEM.

MUNICÍPIO	UF	ÁREA TERRITORIAL (km ²)	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (HAB./km ²)
Caatiba	BA	512,436	22,14
Caravelas	BA	2.377,889	8,95
Guaratinga	BA	2.189,404	9,53
Ibirapuã	BA	771,098	10,1
Itambé	BA	1.534,575	16,41
Itanhém	BA	1.394,174	13,81
Itapetinga	BA	1.651,158	41,95
Jucuruçu	BA	1.457,656	7,06
Lajedão	BA	624,353	6,07
Macarani	BA	1.210,106	13,28
Maiquinique	BA	588,297	17,85
Medeiros Neto	BA	1.311,739	17,4
Mucuri	BA	1.787,626	20,23
Planalto	BA	769,000	27,7
Poções	BA	937,269	54,08
Vereda	BA	782,159	7,78
Jacinto	MG	1.393,609	8,71
Jordânia	MG	546,705	18,88
Nanuque	MG	1.518,166	26,9
Santo Antônio do Jacinto	MG	503,706	23,39
Serra dos Aimorés	MG	213,574	39,39
Boa Esperança	ES	348,716	33,14
Colatina	ES	1.398,219	78,9
João Neiva	ES	284,735	55,52
Linhares	ES	3.496,263	40,33
Marilândia	ES	327,642	35,94
Montanha	ES	1.099,060	16,24
Nova Venécia	ES	1.439,571	31,92
Pinheiros	ES	973,136	24,55
Rio Bananal	ES	641,929	27,3
São Mateus	ES	2.346,049	46,62
Vila Valério	ES	470,343	29,42

Fonte: Território e Meio Ambiente. IBGE, 2020.

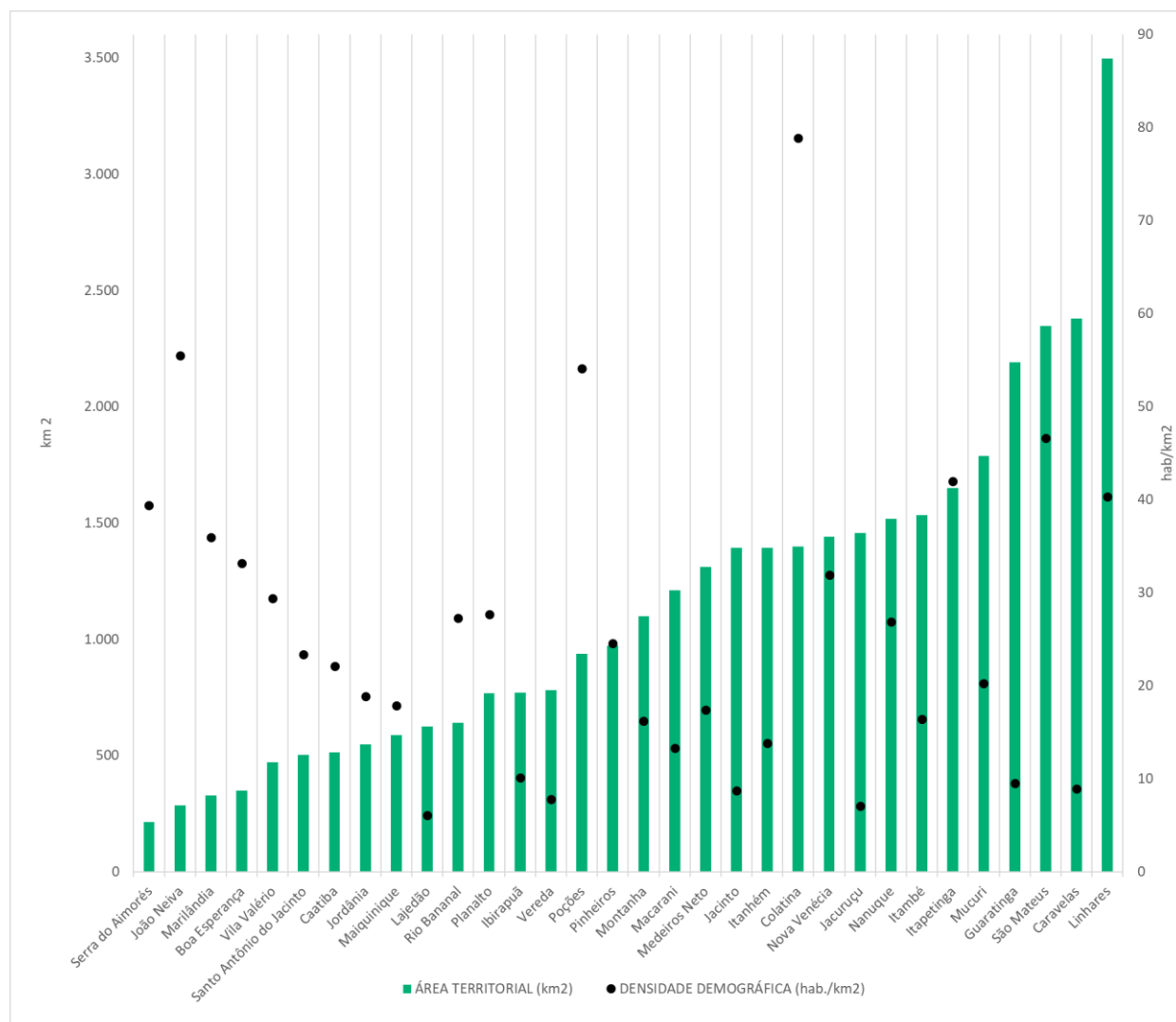


Gráfico 4-2: Área territorial e densidade demográfica dos municípios da AEM.

4.5.2.1.1.4 População urbana e rural

O território da AEM conta com uma população predominantemente inserida na zona urbana; a média dos habitantes das cidades é de 67% e a média da população do campo é de 33%. Os municípios de Vereda, Jucuruçu, Vila Valério, Rio Bananal, Guaratinga e Caatiba se sobressaem com a maior parcela da população vivendo na zona rural, conforme conclui o Quadro 4-3 e o Gráfico 4-3.

**LT 500 KV POÇÕES III – MEDEIROS NETO II – JOÃO NEIVA 2 E
SUBESTAÇÃO ASSOCIADA**

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA
PROCESSO IBAMA 02001.001772/2021-17
AGOSTO/2021



Quadro 4-3: Quantitativo e percentual da população urbana e rural na AEM.

MUNICÍPIO	UF	POP. URBANA	POP. URBANA (%)	POP. RURAL	POP. RURAL (%)
Caatiba	BA	5.398	47%	6.022	3%
Caravelas	BA	11.309	53%	10.105	10%
Guaratinga	BA	10.425	47%	11.740	12%
Ibirapuã	BA	4.532	57%	3.424	14%
Itambé	BA	19.698	85%	3.391	15%
Itanhém	BA	14.206	70%	6.010	19%
Itapetinga	BA	66.276	97%	1.997	19%
Jucuruçu	BA	2.292	22%	7.998	20%
Lajedão	BA	2.076	56%	1.657	21%
Macarani	BA	13.639	80%	3.454	21%
Maiquinique	BA	6.916	79%	1.866	22%
Medeiros Neto	BA	17.064	79%	4.496	22%
Mucuri	BA	27.492	76%	8.534	22%
Planalto	BA	14.869	61%	9.612	24%
Poções	BA	34.659	78%	10.042	24%
Vereda	BA	1.379	20%	5.421	24%
Jacinto	MG	9.197	76%	2.937	28%
Jordânia	MG	7.221	70%	3.103	30%
Nanuque	MG	36.789	90%	4.045	30%
Santo Antônio do Jacinto	MG	6.358	54%	5.417	33%
Serra dos Aimorés	MG	6.774	81%	1.634	39%
Boa Esperança	ES	10.239	72%	3.960	43%
Colatina	ES	98.395	88%	13.393	44%
João Neiva	ES	12.752	81%	3.057	46%
Linhares	ES	121.567	86%	19.739	47%
Marilândia	ES	5.648	51%	5.459	49%
Montanha	ES	13.522	76%	4.327	53%
Nova Venécia	ES	30.831	67%	15.200	53%
Pinheiros	ES	18.718	78%	5.177	61%
Rio Bananal	ES	6.788	39%	10.742	64%
São Mateus	ES	84.541	78%	24.487	78%
Vila Valério	ES	5.042	36%	8.788	80%

Fonte: População por situação. DATASUS, 2010.

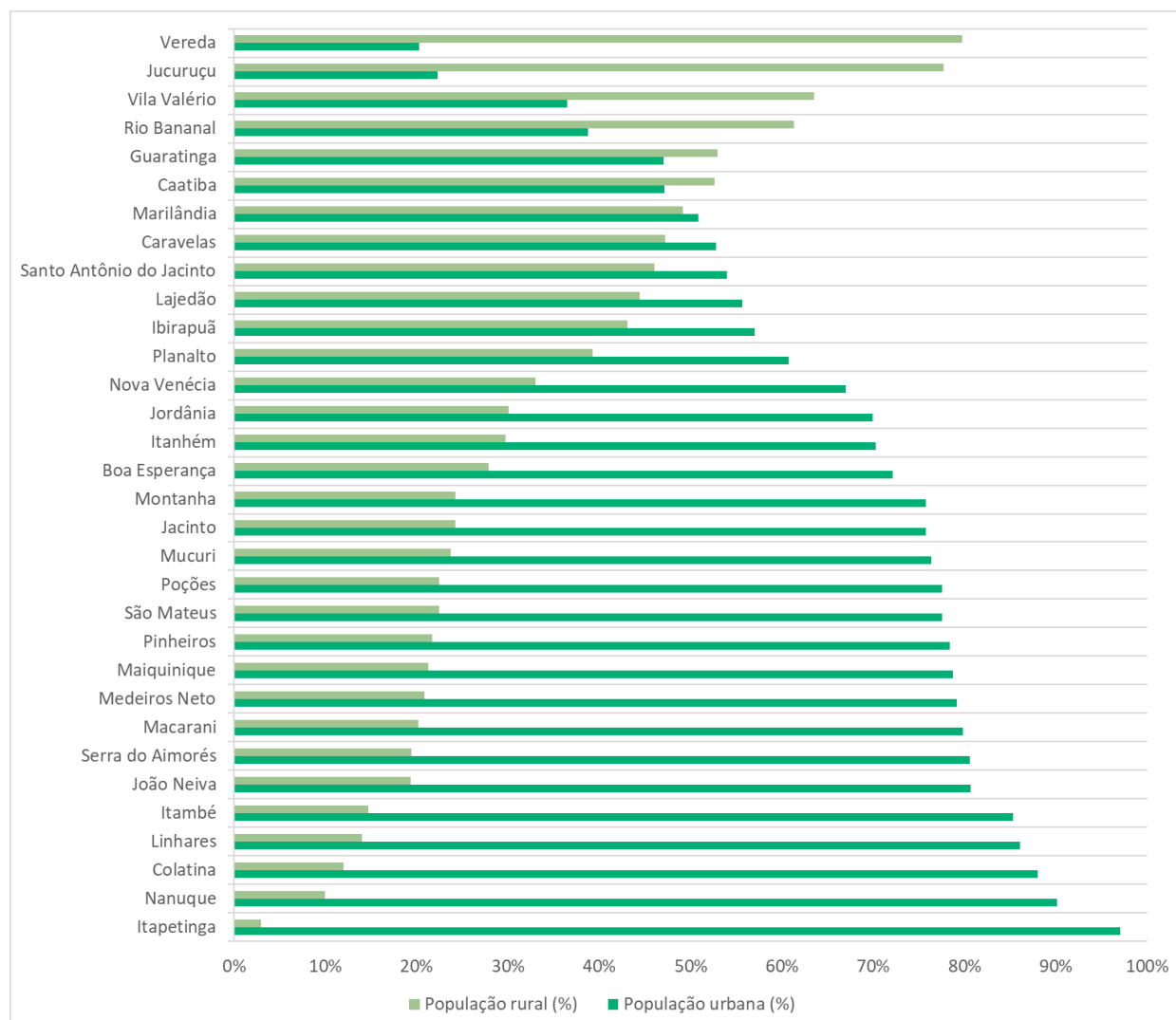


Gráfico 4-3: Percentual da população urbana e população rural por município na AEM.

4.5.2.1.1.5 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um instrumento de avaliação das condições de vida da população publicado pela Organização das Nações Unidas (ONU). Seu objetivo é oferecer um contraponto ao Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, indicador que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento, não refletindo, desse modo, os aspectos básicos do desenvolvimento social, como o acesso aos sistemas educacionais e de saúde, oportunidades de emprego e exercício da cidadania.

Considerando o IDH voltado à realidade brasileira, foi criado o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), cuja adaptação metodológica permite avaliar o desenvolvimento dos municípios incluindo o componente longevidade, educação e renda. Assim sendo, o Quadro 4-4 e o Gráfico 4-4 apresentam a evolução do IDHM nos anos de 1991, 2000 e 2010 na AEM.

**LT 500 KV POÇÕES III – MEDEIROS NETO II – JOÃO NEIVA 2 E
SUBESTAÇÃO ASSOCIADA**

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA
PROCESSO IBAMA 02001.001772/2021-17
AGOSTO/2021



Quadro 4-4: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) nos municípios da AEM nos anos de 1991, 2000 e 2010.

MUNICÍPIO	UF	IDHM (1991)	IDHM (2000)	IDHM (2010)
Caatiba	BA	0,262	0,348	0,561
Caravelas	BA	0,271	0,473	0,616
Guaratinga	BA	0,253	0,356	0,558
Ibirapuã	BA	0,358	0,488	0,614
Itambé	BA	0,332	0,39	0,578
Itanhém	BA	0,346	0,496	0,637
Itapetinga	BA	0,398	0,529	0,667
Jucuruçu	BA	0,202	0,354	0,541
Lajedão	BA	0,382	0,496	0,632
Macarani	BA	0,309	0,449	0,605
Maiquinique	BA	0,299	0,42	0,576
Medeiros Neto	BA	0,374	0,516	0,625
Mucuri	BA	0,275	0,525	0,665
Planalto	BA	0,207	0,392	0,56
Poções	BA	0,281	0,43	0,604
Vereda	BA	0,29	0,405	0,577
Jacinto	MG	0,323	0,471	0,62
Jordânia	MG	0,372	0,479	0,628
Nanuque	MG	0,451	0,596	0,701
Santo Antônio do Jacinto	MG	0,227	0,427	0,574
Serra dos Aimorés	MG	0,425	0,544	0,651
Boa Esperança	ES	0,416	0,564	0,679
Colatina	ES	0,546	0,657	0,746
João Neiva	ES	0,536	0,658	0,753
Linhares	ES	0,47	0,621	0,724
Marilândia	ES	0,482	0,597	0,696
Montanha	ES	0,423	0,558	0,667
Nova Venécia	ES	0,459	0,627	0,712
Pinheiros	ES	0,424	0,567	0,673
Rio Bananal	ES	0,407	0,567	0,681
São Mateus	ES	0,47	0,61	0,735
Vila Valério	ES	0,372	0,515	0,675

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. PNUD, 2021.

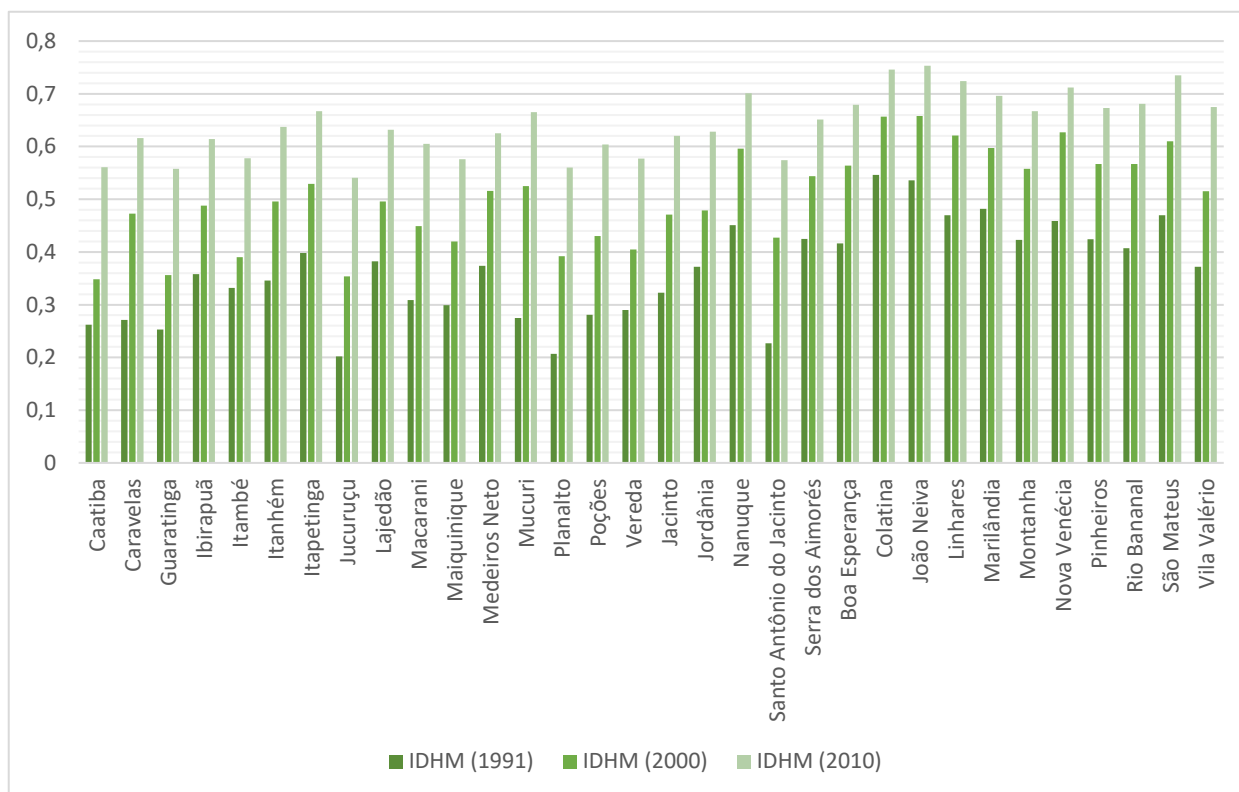


Gráfico 4-4: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) na AEM nos anos de 1991, 2000 e 2010.
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. PNUD, 2021.

Tendo como referência que os valores do IDHM podem variar de 0 a 1, onde os valores próximos a 1 revelam os municípios com maior desenvolvimento humano e a classificação dos municípios em muito alto (0,800 a 1), alto (0,700 a 0,799), médio (0,600 a 0,699), baixo (0,500 a 0,599) e muito baixo (0 a 0,499), na análise exploratória dos dados da AEM a média do IDHM ao longo dos anos foi de 0,364 (muito baixa) em 1991, 0,504 (baixa) em 2000 e 0,642 (baixa) em 2010, o aumento sólido e positivo acontecendo no decorrer do tempo na totalidade dos municípios situados na AEM.

De acordo com o levantamento do IDH dos estados que compõem a AEM, o estado da Bahia passou de IDHM muito baixo para médio e, em contrapartida, os estados do Espírito Santo e de Minas Gerais deslocaram-se de IDH médio para alto. No entanto, somente um grupo de municípios do Espírito Santo manteve ao longo dos anos a liderança entre os municípios com o IDHM mais alto da AEM, e o estado da Bahia apresentou os menores índices.

Em 1991, Colatina (0,546) e João Neiva (0,536) registraram os maiores índices, enquanto Jucuruçu (0,202) e Planalto (0,207) se destacaram com os menores IDHM. De modo equivalente, no ano de 2000, João Neiva (0,658) e Colatina (0,657) se destacaram com os maiores IDHM da AEM, juntamente com Nova Venécia (0,627) e Linhares (0,621), à medida que o IDHM de Caatiba (0,348) e Jucuruçu (0,354) se apresentaram com as menores taxas.

Por fim, em 2010, as taxas foram elevadas em João Neiva (0,753) e Colatina (0,746), seguidos por São Mateus (0,735) e Linhares (0,724), ao passo que Jucuruçu (0,541) e Guaratinga (0,558) exibiram IDHMs baixos.

Considerando a análise do último cálculo do IDHM no ano de 2010, os municípios se comportam de acordo com a seguinte colocação no ranking da AEM: 1º João Neiva (0,753); 2º Colatina (0,746); 3º São Mateus (0,735); 4º Linhares (0,724); 5º Nova Venécia (0,712); 6º Nanuque (0,701); 7º Marilândia (0,696); 8º Rio Bananal (0,681); 9º Boa Esperança (0,679); 10º Vila Valério (0,675); 11º Pinheiros (0,673); 12º Itapetinga (0,667); 13º Montanha (0,667); 14º Mucuri (0,665); 15º Serra dos Aimorés (0,651); 16º Itanhém (0,637); 17º Lajedão (0,632); 18º Jordânia (0,628); 19º Medeiros Neto (0,625); 20º Jacinto (0,620); 21º Caravelas (0,616); 22º Ibirapuã (0,614); 23º Macarani (0,605); 24º Poções (0,604); 25º Itambé (0,578); 26º Vereda (0,577); 27º Maiquinique (0,576); 28º Santo Antônio do Jacinto (0,574); 29º Caatiba (0,561); 30º Planalto (0,560); 31º Guaratinga (0,558); e 32º Jucuruçu (0,541).

4.5.2.1.2 Aspectos econômicos

Os aspectos econômicos consistem na caracterização da produção, da distribuição e do consumo de bens e serviços dos municípios que compõem a AEM, considerando, em especial, as atividades produtivas e a importância dos respectivos setores na dinâmica econômica municipal e regional. Essas atividades, comumente, interligam-se ao uso e à ocupação do solo, assim como aos processos históricos que determinaram as propensões locais para o conjunto específico de atividades.

4.5.2.1.2.1 Produto Interno Bruto (PIB)

Um dos indicadores mais importantes que mensuram a economia global é o PIB, que é traduzido como a soma dos bens e serviços finais produzidos, os quais são calculados com base no valor monetário, usado para estimar o tamanho da economia de um determinado país, estado ou município.

Na análise das receitas orçamentárias empenhadas nos estados que compõem a AEM, verificou-se que parte substancial das receitas foi identificada no estado de Minas Gerais, no valor de R\$ 98.391.669,16 (×1000), seguido do estado da Bahia, com receitas orçamentárias empenhadas no valor de R\$ 45.570.160,00 (×1000) e, por último, o Espírito Santo, com receita empenhada de R\$ 14.392.338,00 (×1000).

Já o PIB *per capita*, obtido por intermédio da divisão do PIB por habitantes no período de referência, aponta a divisão da produção por cada habitante, porém não representa uma medição eficaz da qualidade de vida e do nível de renda, em função das diferenças na distribuição de renda entre pobres e ricos.

Levando em consideração tão somente os valores do PIB *per capita*, que se refere à proporção entre o PIB e o número de habitantes, a AEM apresenta uma média de rendimentos per capita de R\$17.159,09, sendo Mucuri o município com maior renda *per capita* (R\$59.689,06), seguido de Linhares (R\$35.738,53), Ibirapuã (R\$32.641,24), João Neiva (R\$ 29.701,16) e Colatina (R\$ 28.661,78), e Santo Antônio do Jacinto é a unidade que se destaca com o menor PIB *per capita* (R\$7.582,83), conforme ilustra o Gráfico 4-5.

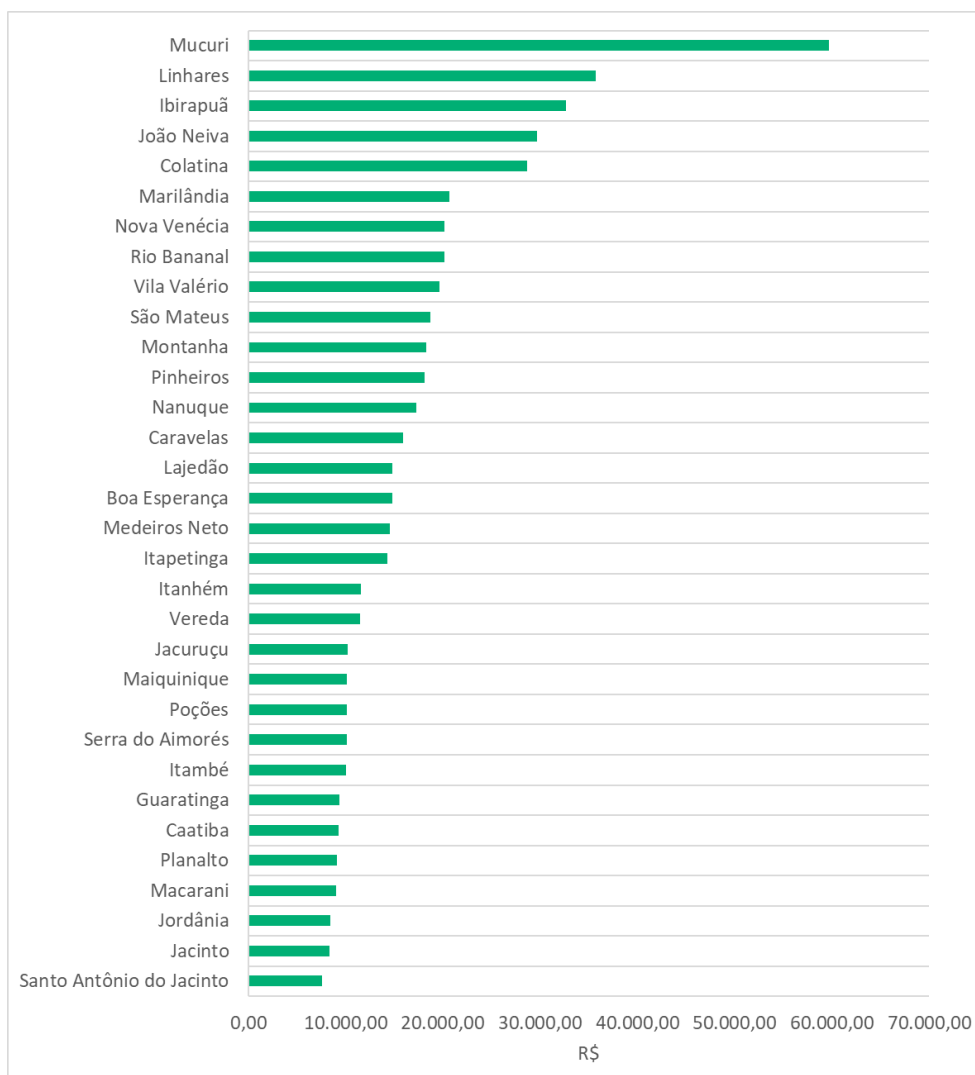


Gráfico 4-5: PIB per capita dos municípios da AEM.

Considerado pela INCAPER (2021) como um dos maiores produtores de café conilon do Espírito Santo, o município de Colatina se destaca com o quinto maior PIB da AEM e, juntamente com outros municípios que integram a região Noroeste, como Vila Valério, Nova Venécia, Linhares, Rio Bananal, São Mateus, Pinheiros, Boa Esperança e Marilândia, tem a prática da cafeicultura irrigada em região de topografia acidentada, composta principalmente de pequenos produtores de base familiar com bom nível tecnológico.

Semelhantemente a Colatina, porém anexada à região Nordeste do Espírito Santo, a economia cafeeira também é evidenciada como geração de riqueza no município de João Neiva, posicionado como o quarto maior PIB da AEM. Assim como em Montanha, Pinheiros, São Mateus, Linhares e Rio Bananal, as lavouras se destacam pela produção do café arábica e conilon em topografia predominantemente plana e irrigada, nas quais os produtores possuem bom nível tecnológico.

Já o município de Ibirapuã, listado com a maior riqueza da AEM no estado da Bahia, apresenta sobre seu território a empresa BEL – Bahia Etanol Holding S.A., produtora de etanol anidro e hidratado combustível,

sendo a principal atividade econômica local, sendo considerada uma das principais empregadoras da região.

A cadeia produtiva do leite também movimenta a economia de Ibirapuã, que tem o terceiro maior PIB da AEM, por meio de fazendas de gado e unidades de laticínios que produzem soro de leite em pó, entre outros derivados. Atualmente, a maior produção de leite na Bahia se concentra nas regiões Centro-Sul, Sul e Nordeste do estado, entre as quais estão também os municípios de Medeiros Neto, Macarani e Itanhém.

Com o segundo maior PIB da AEM, Linhares se apresenta em pleno desenvolvimento econômico e social no estado do Espírito Santo, por apresentar vantagens competitivas, logística privilegiada, entre outros atrativos, como polos para investimento onde estão situadas empresas de grande porte que fabricam motores elétricos, agroindústrias, beneficiamento de rochas ornamentais, entre outros segmentos. Entre as empresas localizadas em Linhares, destacam-se a Weg Motores, Bramental, Perfilados Rio Doce, Ducoco, Trop Fruit, Imetame Pedras Naturais e outras.

O município é também o maior exportador de mamão papaia no Brasil e se sobressai como grande produtor de petróleo e gás natural, com a existência da Unidade de Tratamento de Gás de Cacimbas (UTGC), a qual participa da arrecadação direta com *royalties* para o município e o estado do Espírito Santo.

Além disso, Linhares conta um potencial turístico significativo, com a presença de praias, lagoas, reservas naturais e turismo rural, movimentando positivamente a economia local, aliada ao turismo de negócios, que conta com a participação de uma ampla rede hoteleira.

Por fim, em primeiro lugar no PIB da AEM está Mucuri, cidade que se destaca como a maior exportadora da região do extremo sul da Bahia e tem sua economia movimentada principalmente pela indústria de papel e celulose, por meio da empresa Suzano Papel e Celulose. Como parte dessa cadeia produtiva, no território de Mucuri a silvicultura, a partir do cultivo do eucalipto, também é evidente e compõe a atividade econômica local.

4.5.2.1.2.2 Principais atividades econômicas

Considerando os indicadores econômicos supracitados, a economia na região da AEM conta com a participação, em grande parte, do valor adicionado bruto a preços correntes ao setor de serviços (42,07%), seguido da indústria (28,05%) e de atividades voltadas à administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social (21,46%), e uma menor fatia de atuação relacionada às atividades agropecuárias (8,42%), conforme ilustra o Gráfico 4-6.

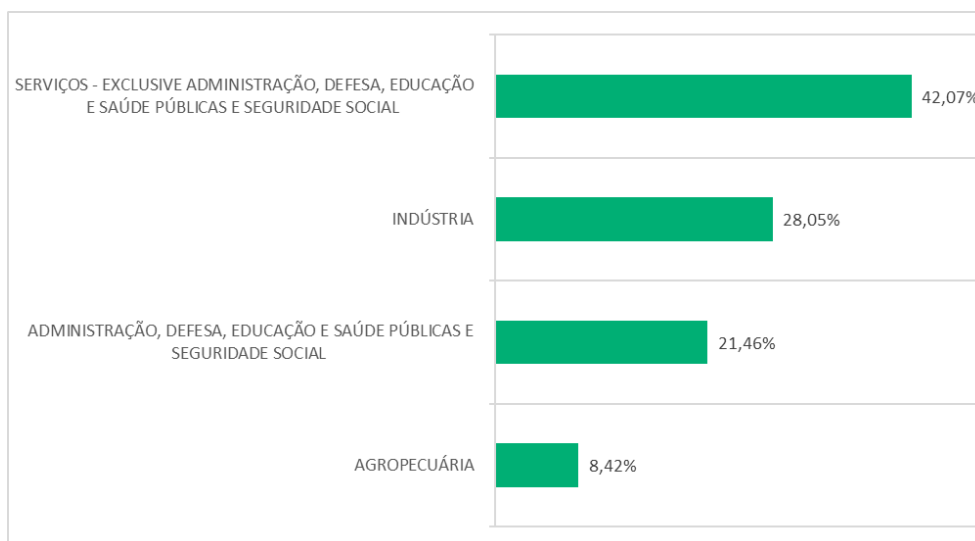


Gráfico 4-6: Valor adicionado bruto a preços correntes por atividade econômica na AEM.
Fonte: Produto Interno Bruto dos Municípios. IBGE, 2018.

A maior contribuição do setor de serviços, sem a inclusão da administração, defesa, educação e saúde pública e seguridade social, foi liderada na AEM pelo município de Linhares, cujo valor monetário foi de R\$ 2.168.324,96, seguido de Colatina, com R\$ 1.684.616,98, e São Mateus, com R\$ 1.111.539,55. Prontamente, a atividade industrial foi destaque em Linhares, com a participação de R\$ 2.053.092,97, e em Mucuri, cuja contribuição para a AEM foi de R\$ 1.539.368,29.

Seguindo a ordem, a atividade voltada à administração, defesa, educação e saúde pública e seguridade social teve o aporte principal de Linhares (R\$ 844.508,02), São Mateus (R\$ 570.470,18) e Colatina (R\$ 549.343,25). Por último, na esfera das atividades agropecuárias, Linhares continuou norteando o apoio ao PIB na AEM com o valor monetário de R\$239.029,82, seguido de São Mateus, com R\$ 179.938,17, e Caravelas, com R\$ 100.174,09, conforme detalham os quantitativos expostos no Quadro 4-5.

Quadro 4-5: Valor adicionado bruto a preços correntes por atividade econômica na AEM.

MUNICÍPIO	UF	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS – EXCLUSIVE ADMINISTRAÇÃO, DEFESA, EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICAS E SEGURIDADE SOCIAL	ADMINISTRAÇÃO, DEFESA, EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICAS E SEGURIDADE SOCIAL
Caatiba	BA	R\$ 14.196,63	R\$ 2.953,57	R\$ 15.666,11	R\$ 29.756,91
Caravelas	BA	R\$ 100.174,09	R\$ 13.755,96	R\$ 133.939,86	R\$ 81.769,55
Guaratinga	BA	R\$ 64.953,87	R\$ 8.840,00	R\$ 39.118,43	R\$ 78.716,51
Ibirapuã	BA	R\$ 58.046,42	R\$ 94.811,44	R\$ 63.701,89	R\$ 33.228,55
Itambé	BA	R\$ 42.324,72	R\$ 21.611,38	R\$ 69.681,15	R\$ 93.946,87
Itanhém	BA	R\$ 71.923,81	R\$ 12.905,36	R\$ 65.189,44	R\$ 67.194,18
Itapetinga	BA	R\$ 38.237,82	R\$ 258.533,34	R\$ 418.374,60	R\$ 261.671,45
Jucuruçu	BA	R\$ 40.533,45	R\$ 2.536,02	R\$ 15.599,41	R\$ 33.823,44
Lajedão	BA	R\$ 25.951,58	R\$ 2.187,94	R\$ 11.364,31	R\$ 16.563,62
Macarani	BA	R\$ 41.391,05	R\$ 5.395,43	R\$ 45.041,96	R\$ 69.914,02
Maiquínique	BA	R\$ 16.517,79	R\$ 15.790,49	R\$ 25.485,16	R\$ 38.979,25

MUNICÍPIO	UF	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS – EXCLUSIVE ADMINISTRAÇÃO, DEFESA, EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICAS E SEGURIDADE SOCIAL	ADMINISTRAÇÃO, DEFESA, EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICAS E SEGURIDADE SOCIAL
Medeiros Neto	BA	R\$ 61.356,22	R\$ 57.884,35	R\$ 106.429,54	R\$ 81.723,15
Mucuri	BA	R\$ 61.075,11	R\$ 1.539.368,29	R\$ 464.269,32	R\$ 186.358,83
Planalto	BA	R\$ 29.204,06	R\$ 9.730,30	R\$ 93.001,66	R\$ 88.158,92
Poções	BA	R\$ 17.147,08	R\$ 26.131,25	R\$ 237.225,15	R\$ 151.332,55
Vereda	BA	R\$ 27.390,92	R\$ 2.335,14	R\$ 12.714,54	R\$ 27.075,21
Jacinto	MG	R\$ 7.966,67	R\$ 4.510,79	R\$ 35.973,21	R\$ 51.336,93
Jordânia	MG	R\$ 8.096,68	R\$ 3.276,26	R\$ 30.405,77	R\$ 44.881,56
Nanuque	MG	R\$ 28.199,52	R\$ 108.894,48	R\$ 343.816,43	R\$ 163.659,31
Santo Antônio do Jacinto	MG	R\$ 6.058,58	R\$ 3.961,86	R\$ 27.728,18	R\$ 48.024,93
Serra dos Aimorés	MG	R\$ 6.220,27	R\$ 16.053,27	R\$ 25.098,03	R\$ 35.774,19
Boa Esperança	ES	R\$ 37.917,85	R\$ 17.957,00	R\$ 85.393,41	R\$ 66.176,14
Colatina	ES	R\$ 77.566,11	R\$ 768.313,20	R\$ 1.684.616,98	R\$ 549.343,25
João Neiva	ES	R\$ 11.256,91	R\$ 146.561,22	R\$ 191.766,94	R\$ 73.753,42
Linhares	ES	R\$ 239.029,82	R\$ 2.053.092,97	R\$ 2.168.324,96	R\$ 844.508,02
Marilândia	ES	R\$ 40.526,13	R\$ 18.280,50	R\$ 121.631,27	R\$ 59.205,52
Montanha	ES	R\$ 55.046,08	R\$ 44.910,07	R\$ 132.072,01	R\$ 84.689,46
Nova Venécia	ES	R\$ 88.336,41	R\$ 120.182,14	R\$ 490.813,69	R\$ 208.981,64
Pinheiros	ES	R\$ 89.796,99	R\$ 35.775,66	R\$ 183.306,18	R\$ 125.507,99
Rio Bananal	ES	R\$ 83.848,18	R\$ 29.447,64	R\$ 139.049,25	R\$ 99.303,58
São Mateus	ES	R\$ 179.938,17	R\$ 333.979,27	R\$ 1.111.539,55	R\$ 570.470,18
Vila Valério	ES	R\$ 70.349,09	R\$ 15.098,84	R\$ 104.991,60	R\$ 67.392,92

Fonte: Produto Interno Bruto dos Municípios. IBGE, 2018.

Nesse contexto, em relação aos municípios que menos agregam valor à economia regional da AEM estão Lajedão, Caatiba e Veredas. Por outro lado, Linhares manteve-se em todos os segmentos com a maior contribuição ao PIB na AEM, seguido dos municípios de Colatina, Mucuri e São Mateus.

4.5.2.1.2.2.1 Atividade agropecuária

Em termos de desempenho econômico-produtivo, a AEM apresenta as atividades relacionadas à agricultura e à pecuária, responsável pela geração de emprego e renda para cerca de 144.734 pessoas em 39.420 estabelecimentos agropecuários, sendo Linhares (231.619 ha) e Mucuri (194.435 ha) os municípios com as maiores áreas ocupadas por estabelecimentos demandados por atividades agropecuárias, e João Neiva (16.422 ha) e Serra dos Aimorés (17.800 ha) com as menores extensões.

Em análise à realidade da agricultura, as terras na AEM são predominantemente ocupadas pelas lavouras permanentes (67,4%), sendo os municípios de São Mateus, Nova Venécia e Colatina as detentoras das maiores áreas, enquanto a apropriação das terras pelos cultivos temporários é de 32,7%, com destaque para o município de Poções, com a maior plantada, conforme quantitativos expressos no Quadro 4-6.

**LT 500 KV POÇÕES III – MEDEIROS NETO II – JOÃO NEIVA 2 E
SUBESTAÇÃO ASSOCIADA**

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA
PROCESSO IBAMA 02001.001772/2021-17
AGOSTO/2021



Quadro 4-6: Lavouras temporárias e permanentes na AEM.

MUNICÍPIO	UF	ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS (ha)	Nº DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS	LAVOURA PERMANENTE	LAVOURA TEMPORÁRIA
Caatiba	BA	46.067	679	409	110
Caravelas	BA	144.902	1.005	495	593
Guaratinga	BA	167.499	2.121	1.067	961
Ibirapuã	BA	53.204	493	92	233
Itambé	BA	139.971	1.436	522	547
Itanhém	BA	109.301	1.514	512	404
Itapetinga	BA	155.059	672	210	157
Jucuruçu	BA	91.237	1.281	449	584
Lajedão	BA	40.908	242	14	108
Macarani	BA	71.244	344	69	82
Maiquinique	BA	45.154	385	140	146
Medeiros Neto	BA	119.246	746	53	176
Mucuri	BA	194.435	987	482	620
Planalto	BA	47.391	1.571	690	847
Poções	BA	44.147	2.496	672	2.203
Vereda	BA	61.869	284	57	66
Jacinto	MG	93.469	757	279	99
Jordânia	MG	39.601	611	216	376
Nanuque	MG	160.473	595	26	117
Santo Antônio do Jacinto	MG	37.234	1.099	785	891
Serra do Aimorés	MG	17.800	100	14	46
Boa Esperança	ES	31.272	1.039	965	91
Colatina	ES	87.857	2.409	2.133	501
João Neiva	ES	16.422	376	317	15
Linhares	ES	231.619	2.341	1.935	223
Marilândia	ES	23.178	804	778	64
Montanha	ES	111.440	1.016	582	384
Nova Venécia	ES	87.904	3.090	2.872	371
Pinheiros	ES	83.851	1.010	697	324
Rio Bananal	ES	47.234	1.932	1.893	55
São Mateus	ES	174.663	4.189	3.800	440
Vila Valério	ES	37.909	1.796	1.780	278

Fonte: Censo agropecuário, 2010.

Em síntese, os registros de campo com relação à ocupação das áreas por atividades agrícolas na AEM estiveram relacionados às lavouras temporárias e permanentes, representadas, respectivamente, pelos cultivos vegetativos de curta duração e longa duração, relacionando os cultivos de milho, cana-de-açúcar, batata, feijão, mandioca, abóbora, hortaliças, mandioca, laranja, tangerina, café, cacau, pimenta-do-reino, seringueira, mamão, coco-anão, abacate, limão, manga, eucalipto, entre outros.

Em referência à produção de mamão na AEM, cabe elencar o município de Pinheiros como o maior produtor de mamão, além de exportador da fruta para vários países. Há igualmente relacionado nesse município o cultivo de café, mandioca e maracujá.

Em termos do maior número de estabelecimentos por hectare, o município de Nanuque se destaca com aptidão pecuária (Gráfico 4-7), elemento principal da economia há décadas. Com um rebanho bovino efetivo de 118.055 cabeças (IBGE, 2019), na região há criadores de várias raças que são expoentes nacionais, principalmente Nelore, Tabapuã, Simbrasil e Guzerás.

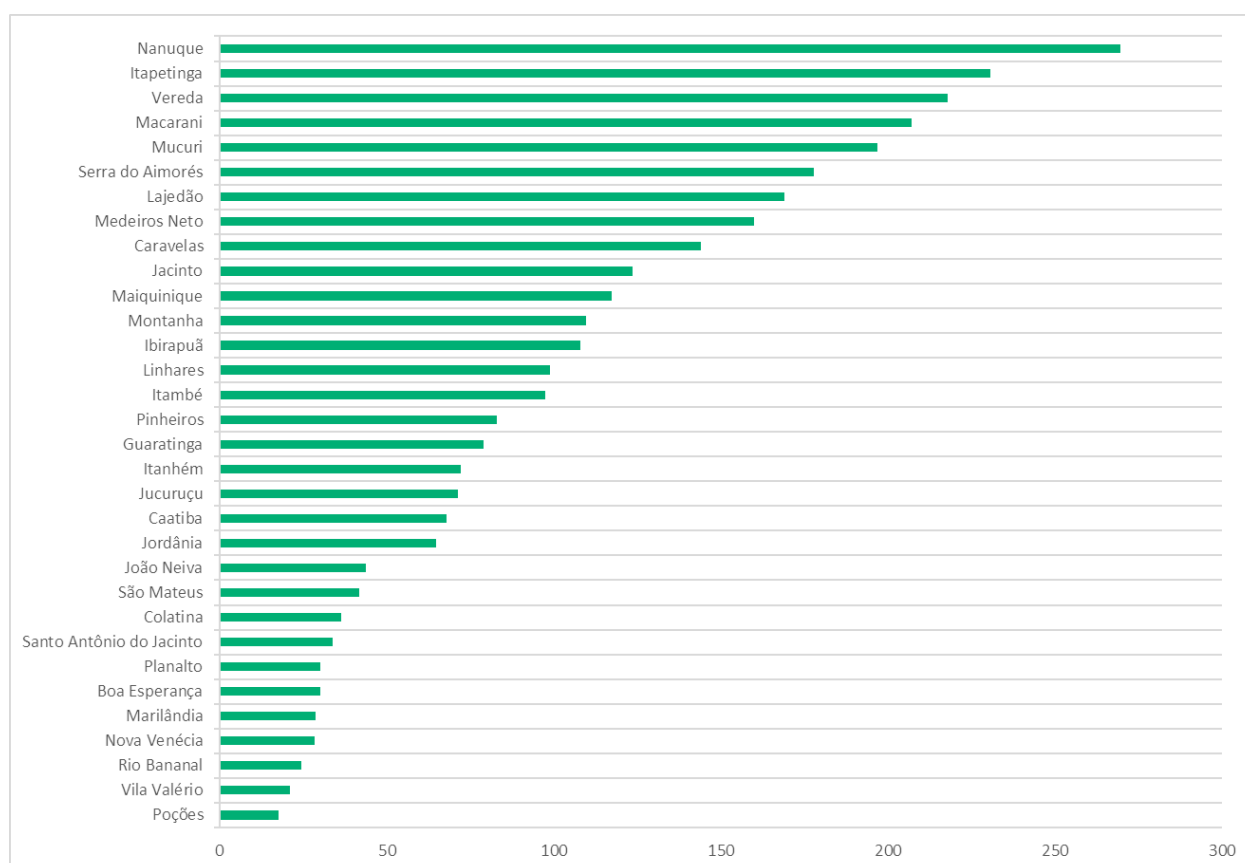


Gráfico 4-7: Número de estabelecimentos por município na AEM.

Atualmente, a criação de bovinos no município mineiro de Nanuque agrega valor às atividades industriais e aos negócios que atendem ao mercado externo de carnes, fator que tem impulsionado o PIB do município, com exportações para a União Europeia, o Oriente Médio, os Estados Unidos e a China, por meio do atacadista de carnes Frisa Frigorífico Doce S.A., um dos maiores produtores e exportadores de carne do país.

4.5.2.1.2.3 *interferência em propriedades produtivas*

A realidade socioeconômica que se apresenta em relação a geração de trabalho e renda, de forma geral, na área do empreendimento, é cercada por áreas de práticas agropecuárias, sobretudo pastagens e lavouras permanentes, e por vezes próximo de áreas comunitárias residenciais, com comunidades de

médio a baixo nível econômico, sobretudo em áreas de natureza sociocultural e econômica de predomínio rural.

Como os projetos de engenharia priorizam as áreas rurais para a instalação de empreendimentos desta natureza, certamente impactará sob as atividades econômicas ali exercidas. Além da alta presença de áreas produtivas no traçado proposto, também nos chama atenção a alta taxa de floresta ombrófila densa, floresta plantada e floresta estacional semidecidual na AID, que o empreendimento interceptará.

Por conseguinte, as atividades identificadas não serão passíveis da inutilização de suas áreas produtivas, visto que a grande maioria das ocupações ali exercidas são compatíveis de convivência junto as estruturas de torres ou nos seus vãos, entre as torres. Nos casos em que for essa a situação, da inutilização das laborações ali exercidos, ou interferência grave nas atividades econômicas já estabelecidas, os acertos judiciais deverão levar em conta os anos produtivos em relação à média monetária que a atividade forneceu ao proprietário nos anos regressos.

Há que se ressaltar que, além de não conflitante e não impeditivo para a grande maioria das atividades destinadas à vocação rural, as comunidades identificadas, localizadas mais próximas a LT não sofrerão impactos com relação às tendências de crescimento populacional que possam futuramente, ser conflitantes com as restrições de uso da faixa de servidão, visto que as comunidades identificadas no diagnóstico de socioeconomia não desenvolvem atividades conflitantes com o funcionamento da LT. Ademais, não há relatos por parte dos residentes ou dos gestores públicos sobre projetos futuros ou o estabelecimento de área industrial ou comercial, bem como as áreas atravessadas pelo empreendimento, não apresentam zoneamento conflitante com os mecanismos norteadores municipais.

Ademais, as regiões em foco, apresenta médio porte demográfico, e grande disponibilidade para o desenvolvimento regional, tanto industrial como para atividades primárias e de serviços, e a disponibilidade energética se faz fundamental, quando somados os incrementos das taxas médias de crescimento anual.

4.5.2.1.3 Uso e ocupação do solo

O uso do solo na AEM é caracterizado, em sua maior parte, por áreas de pastagens (45,80%), contínuas a um mosaico de ocupação de áreas agrícola e de pastagem (11,48%), lavoura perene (10,99%), Floresta Ombrófila Densa (9,74%), floresta plantada (9,74%), Floresta Estacional Semidecidual (8,82%), sendo que as outras classificações (Campinarana Gramíneo-Lenhosa, Apicum, contato Floresta Ombrófila/Formação Pioneira, contato Campinarana/Floresta Ombrófila, praia e duna, outras áreas não vegetadas, contato Floresta Ombrófila/Floresta Estacional, mangue, afloramento rochoso, outras formações não florestais, outras lavouras temporárias, infraestrutura urbana, formação pioneira, contato Savana-Estépica/Floresta Estacional – Ecótono, Savana-Estépica, cana, rio, lago e oceano e Floresta Estacional Decídua) seguem representadas por 13,16% do uso e ocupação do solo na AEM, conforme mostram os quantitativos listados no Quadro 4-7 e ilustrados pelo Gráfico 4-8, pela Figura 4-1 e pela Figura 4-2. Ver também Foto 4-131 a Foto 4-140.

Quadro 4-7: Quantitativo do uso do solo na AEM.

USO DO SOLO	AEM (HA)	AEM (%)
Pastagem	1.693.085,06	45,80%
Mosaico de agricultura e pastagem	424.445,28	11,48%
Lavoura perene	406.265,57	10,99%
Floresta Ombrófila Densa	360.096,69	9,74%
Floresta plantada	326.094,05	8,82%
Floresta Estacional Semidecidual	182.331,13	4,93%
Floresta Estacional Decidual	84.112,73	2,28%
Rio, lago e oceano	42.310,05	1,14%
Cana	37.565,88	1,02%
Savana-estépica	21.308,16	0,58%
Contato Savana-Estépica/Floresta Estacional – Ecótono	20.113,08	0,54%
Formação Pioneira	18.048,85	0,49%
Infraestrutura urbana	16.667,65	0,45%
Outras lavouras temporárias	12.873,13	0,35%
Outras formações não florestais	12.678,41	0,34%
Afloramento rochoso	11.462,99	0,31%
Mangue	7.898,82	0,21%
Contato Floresta Ombrófila/Floresta Estacional	5.682,38	0,15%
Outras áreas não vegetadas	4.377,61	0,12%
Praia e duna	3.188,78	0,09%
Contato Campinarana/Floresta Ombrófila	2.240,06	0,06%
Contato Floresta Ombrófila/Formação Pioneira	2.164,70	0,06%
Apicum	1.206,51	0,03%
Campinarana Gramíneo-Lenhosa	206,42	0,01%
TOTAL	3.696.423,98	100,00%

LT 500 KV POÇÕES III – MEDEIROS NETO II – JOÃO NEIVA 2 E
SUBESTAÇÃO ASSOCIADA

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA
PROCESSO IBAMA 02001.001772/2021-17
AGOSTO/2021

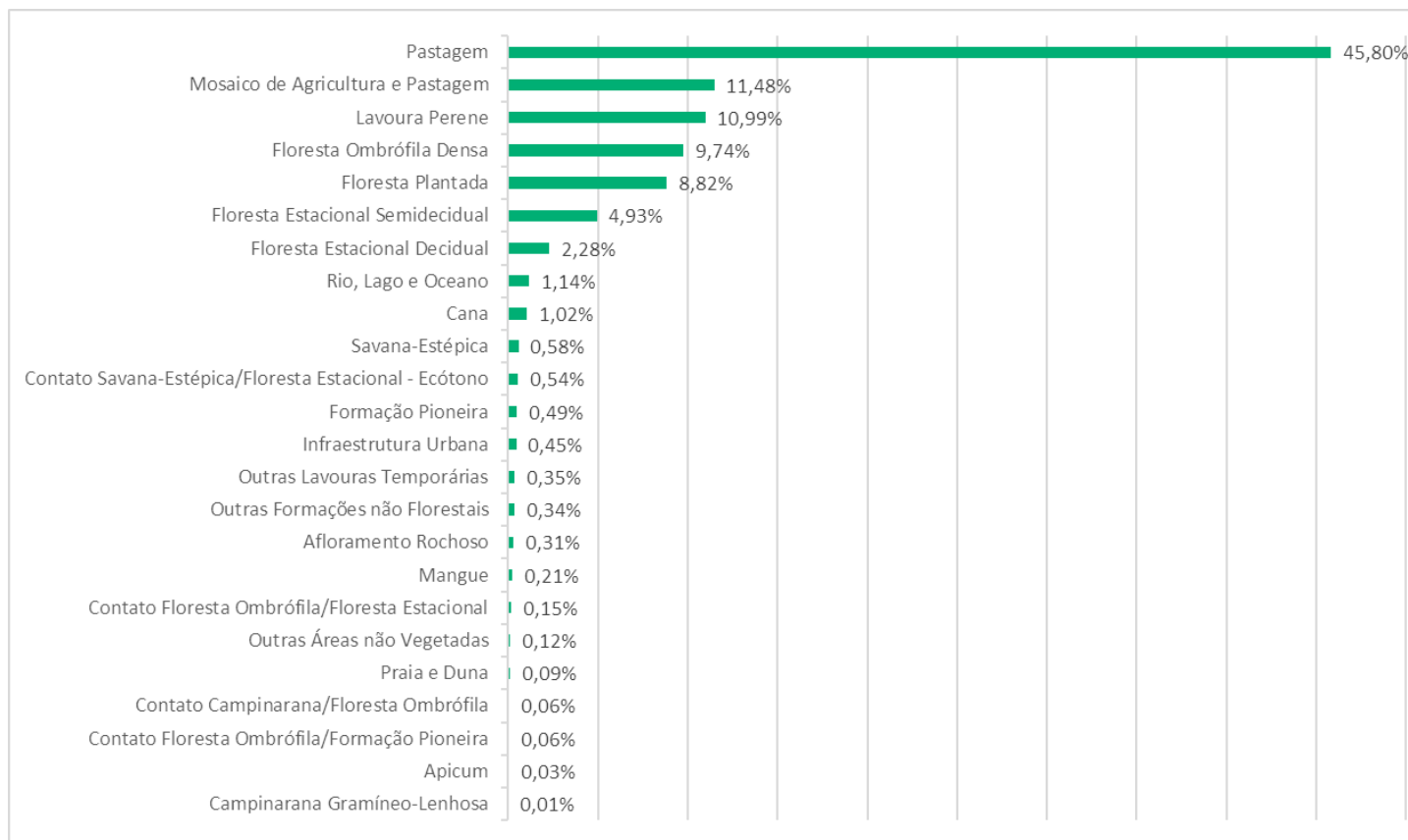


Gráfico 4-8: Uso do solo na AEM.



Foto 4-131: Plantação de café no entorno do município de Vila Valério/ES. Data: 11/03/2021. Coordenadas UTM: 24K 352892E 7899381N.



Foto 4-132: A maior horta do norte do Espírito Santo, em Pinheiros. Data: 15/03/2021. Coordenadas UTM: 24K 363280E 7970066N.



Foto 4-133: Produção de clones de pimenta-do-reino no viveiro Stocco em Vila Valério/ES. Data: 11/03/2021. Coordenadas UTM: 24K 359661E 7902576N.



Foto 4-134: Plantação de café na zona rural de Itanhém/BA. Data: 23/03/2021. Coordenadas UTM: 24K 362980E 8250943.04N.



Foto 4-135: Criação de caprinos na zona rural de Jordânia/MG. Data: 29/03/2021. Coordenadas UTM 24 k- UTM 24K 363280/7970066.



Foto 4-136: Criação de gado em Jucuruçu/BA. Data: 24/03/2021. Coordenadas UTM: 24K 363280/7970066.



Foto 4-137: Pastagem na margem da MG-405, em Jacinto.
Data: 27/03/2021. – UTM 24K 365609/8196034.



Foto 4-138: Plantação de mamão em Colatina/ES. Data:
09/03/2021. Coordenadas UTM: 24K 352374E 7830054N.



Foto 4-139: Preparação do solo para o plantio de cana em
Lajedão/BA. Data: 15/03/2021. Coordenadas UTM: 24K
372946E 8057282N.



Foto 4-140: Usina de álcool na margem da BA-693. Data:
18/03/2021. Coordenadas UTM: 24K 374443E 8048724N.

Cabe destacar que as Figuras apresentadas são didáticos representativas, para que a cadência das informações seja melhor apreendida. Todas as Figuras são representadas por Mapa, no caderno de Mapas, em escala adequada para avaliação do órgão ambiental. O Caderno de Mapas associado a este estudo apresenta o **MAPA 10 - Uso e Ocupação do Solo e Cobertura Vegetal** detalhadamente.

LT 500 KV POÇÕES III – MEDEIROS NETO II – JOÃO NEIVA 2 E
SUBESTAÇÃO ASSOCIADA

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA
PROCESSO IBAMA 02001.001772/2021-17
AGOSTO/2021

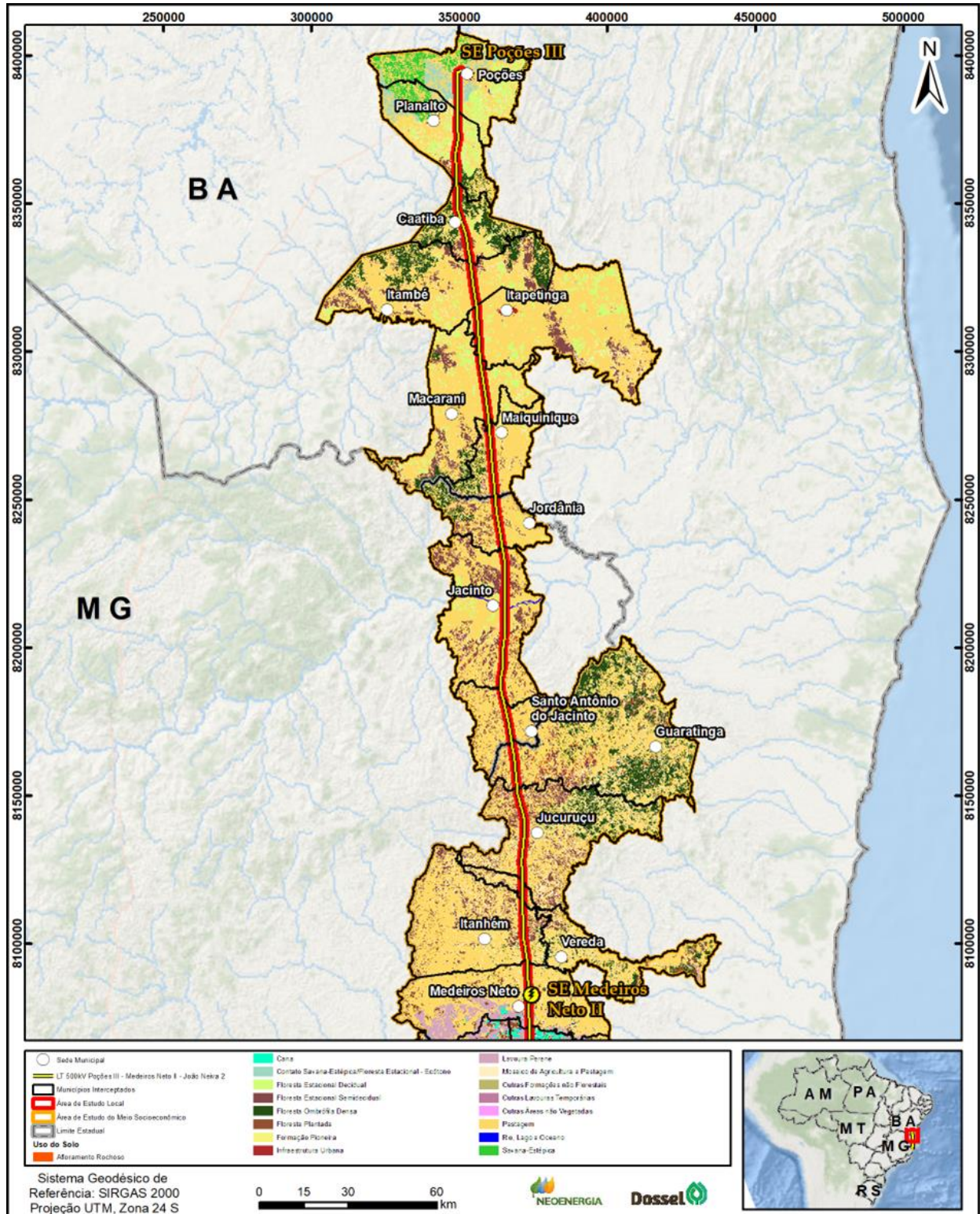


Figura 4-1: Uso do solo na AEM definida para o empreendimento.

LT 500 KV POÇÕES III – MEDEIROS NETO II – JOÃO NEIVA 2 E
SUBESTAÇÃO ASSOCIADA

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA
PROCESSO IBAMA 02001.001772/2021-17
AGOSTO/2021

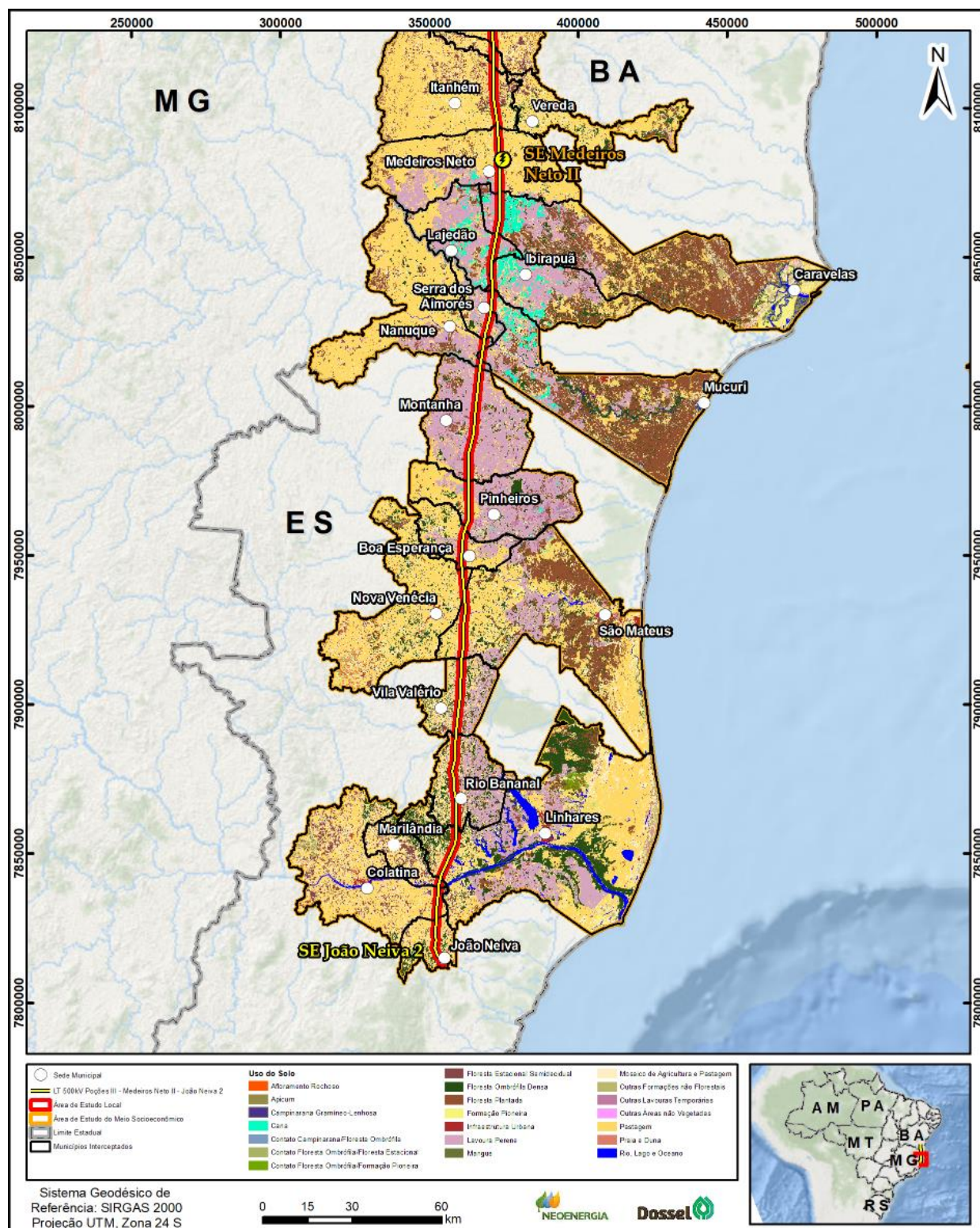


Figura 4-2: Uso do solo na AEM definida para o empreendimento.

4.5.2.1.3.1 Projetos de Assentamento

No Brasil, o INCRA é a autarquia responsável pela reforma agrária e administração dos imóveis rurais e terras públicas na União, assim como pelos assentamentos rurais identificados em território nacional.

Segundo o INCRA, o assentamento rural é caracterizado como sendo um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas pelo INCRA onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário.

O parcelamento dessas unidades em lotes ou glebas geralmente encontra-se vinculado a famílias em situação de vulnerabilidade econômica, que recebem as terras para fins de moradia e produção de alimentos, utilizando-se exclusivamente da mão de obra familiar. Os lotes não são passíveis de venda, aluguel, doação, arrendamento ou empréstimo a terceiros até que a escritura pública esteja devidamente em nome do beneficiário.

A criação de Projetos de Assentamento de Reforma Agrária encontra-se normatizada pela Instrução Normativa nº 97, de 17/12/2018, cuja constituição demanda a publicação de uma portaria, contendo inicialmente os dados do imóvel, tais como o nome do projeto de assentamento, a capacidade de famílias a serem assentadas, entre outras informações e procedimentos para assegurar a sua implantação. Os assentamentos podem ser:

- (i) Criados tradicionalmente por meio da obtenção de terras pelo INCRA, denominados Projeto de Assentamento (PA), Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE), Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), Projeto de Assentamento Florestal (PAF), Projeto de Assentamento Casulo (PCA) e Projeto Descentralizado de Assentamento Sustentável (PDAS);
- (ii) E aqueles implantados por instituições governamentais reconhecidas pelo INCRA por meio da Norma de Execução DT nº 69/2008, e conhecidos como Projeto de Assentamento Estadual (PE), Projeto de Assentamento Municipal (PAM), Reserva Extrativista (RESEX), Reconhecimento de Assentamento de Fundo de Pasto (PFP), Reassentamento de Barragem (PRB), Floresta Nacional (FLONA) e Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS).

Dentro do território delimitado para a AEM foram identificados 28 PAs, conforme ilustram a Figura 4-3 e a Figura 4-4.

Considerando a proximidade dos PAs supracitados, o PA Zumbi dos Palmares, o PA Verino Sossai e o PA Adriano Machado se destacam, distanciados, respectivamente, 0,34 km, 2,63 km e 2,93 km da LT, onde estão assentadas cerca de 234 famílias, sobre um território que abrange um total de 2.414,188 ha. Outras informações sobre os PAs existentes na AEM seguem relacionados no Quadro 4-8.

LT 500 KV POÇÕES III – MEDEIROS NETO II – JOÃO NEIVA 2 E
SUBESTAÇÃO ASSOCIADA

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA
PROCESSO IBAMA 02001.001772/2021-17
AGOSTO/2021

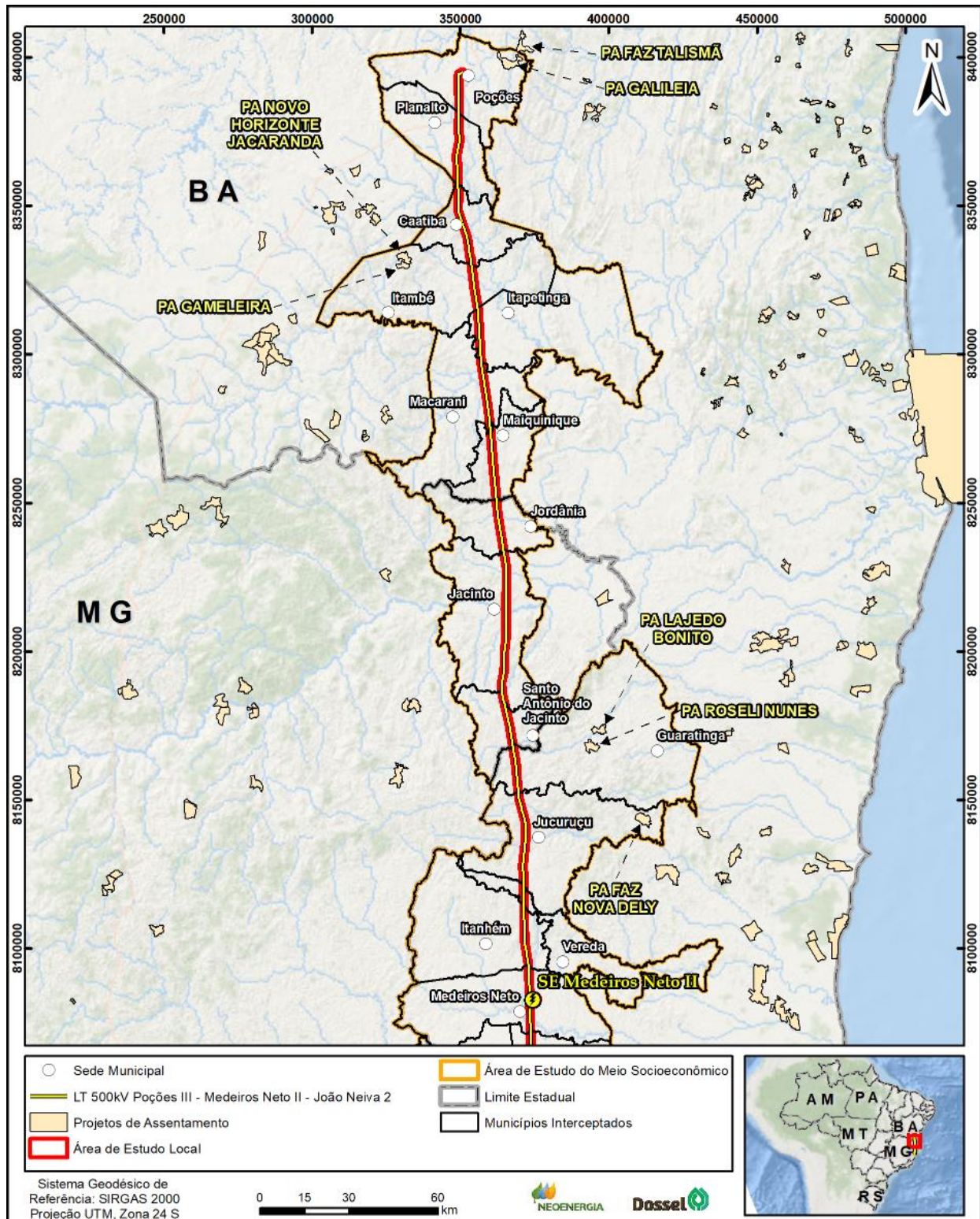


Figura 4-3: Projetos de Assentamento na AEM.

LT 500 KV POÇÕES III – MEDEIROS NETO II – JOÃO NEIVA 2 E
SUBESTAÇÃO ASSOCIADA

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA
PROCESSO IBAMA 02001.001772/2021-17
AGOSTO/2021

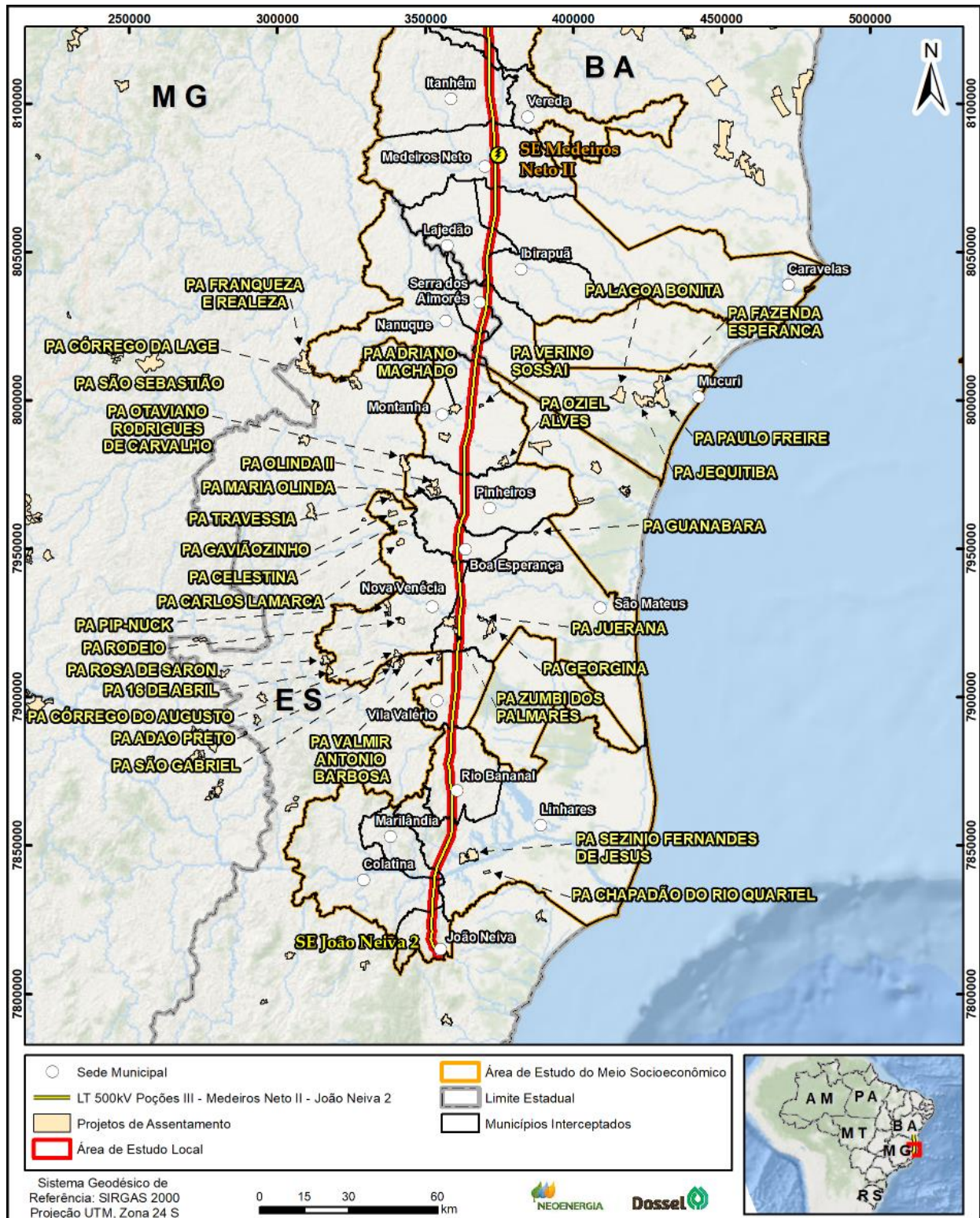


Figura 4-4: Projetos de Assentamento na AEM.

LT 500 KV POÇÕES III – MEDEIROS NETO II – JOÃO NEIVA 2 E
SUBESTAÇÃO ASSOCIADA

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA
PROCESSO IBAMA 02001.001772/2021-17
AGOSTO/2021



Quadro 4-8: Projetos de Assentamento identificados na AEM.

PROJETO DE ASSENTAMENTO	MUNICÍPIO	UF	ÁREA TOTAL (ha)	CAPACIDADE	NÚMERO DE FAMÍLIAS	FASE	DATA DE CRIAÇÃO	FORMA DE OBTENÇÃO	DATA DE OBTENÇÃO	DESCRIÇÃO	DISTÂNCIA DA LT (km)
PA Roseli Nunes	Guaratinga	BA	1165.7125	81	63	3	01/12/2008	Desapropriação	01/11/2007	Criado	23,95
PA Lajedo Bonito	Guaratinga	BA	543.3500	52	52	5	12/04/2000	Desapropriação	02/06/1999	Estruturação	26,97
PA Novo Horizonte Jacarandá	Itambé	BA	1128.0879	60	57	4	30/12/2004	Desapropriação	25/02/2003	Instalação	19,56
PA Gameleira	Itambé	BA	671.0187	45	44	4	08/10/2003	Desapropriação	11/09/2002	Instalação	20,55
PA Lagoa Bonita	Mucuri	BA	1420.0763	119	117	5	07/10/2004	Desapropriação	03/01/2004	Estruturação	46,27
PA Jequitibá	Mucuri	BA	1645.8189	139	135	4	22/12/2004	Desapropriação	03/02/2004	Instalação	53,64
PA Paulo Freire	Mucuri	BA	2312.8497	100	99	6	30/07/1998	Desapropriação	10/12/1997	Consolidação	59,17
PA Fazenda Esperança	Mucuri	BA	1014.9663	83	81	4	07/10/2004	Desapropriação	03/02/2004	Instalação	60,56
PA Galileia	Poções	BA	1928.0848	69	69	3	03/08/2004	Desapropriação	23/06/2003	Criado	13,13
PA Sezinio Fernandes de Jesus	Linhares	ES	2042.0499	100	100	3	04/06/2008	Desapropriação	03/10/2006	Criado	5,26
PA Chapadão do Rio Quartel	Linhares	ES	193.9000	15	15	6	25/08/1987	Desapropriação	19/03/1987	Consolidação	14,93
PA Verino Sossai	Montanha	ES	111.0038	11	11	3	12/01/2012	Doação	03/03/2011	Criado	2,63
PA Adriano Machado	Montanha	ES	878.1680	74	73	4	10/01/2005	Desapropriação	29/06/2004	Instalação	2,93
PA São Sebastião	Montanha	ES	696.0018	73	70	4	06/10/2004	Desapropriação	05/05/2004	Instalação	5,42
PA Oziel Alves	Montanha	ES	601.0700	55	54	4	10/01/2005	Desapropriação	29/06/2004	Instalação	11,42
PA Celestina	Nova Venécia	ES	314.4277	31	30	6	26/12/1997	Desapropriação	01/10/1997	Consolidação	17,63
PA Carlos Lamarca	Nova Venécia	ES	380.1224	28	27	3	21/02/2011	Desapropriação	19/03/2010	Criado	18,01
PA Rodeio	Nova Venécia	ES	310.5224	35	33	5	25/03/2002	Desapropriação	22/11/2001	Estruturação	18,52
PA Córrego do Augusto	Nova Venécia	ES	324.3500	25	24	5	05/01/2001	Desapropriação	21/07/2000	Estruturação	18,70
PA Gaviãozinho	Nova Venécia	ES	450.5000	30	22	6	11/07/1991	Desapropriação	02/08/1989	Consolidação	21,28
PA Pip-Nuck	Nova Venécia	ES	775.0000	50	48	6	27/08/1987	Desapropriação	23/12/1986	Consolidação	23,21
PA Travessia	Nova Venécia	ES	287.3398	21	21	5	06/08/2003	Desapropriação	25/02/2003	Estruturação	23,43
PA Olinda Ii	Pinheiros	ES	791.7647	87	87	6	04/02/1997	Desapropriação	25/11/1996	Consolidação	7,91
PA Maria Olinda	Pinheiros	ES	706.8888	71	60	6	28/08/1997	Desapropriação	07/02/1997	Consolidação	9,08
PA Zumbi dos Palmares	São Mateus	ES	1386.6481	151	150	5	13/12/1999	Desapropriação	26/07/1999	Estruturação	0,34
PA Juerana	São Mateus	ES	285.1311	18	18	7	12/05/1987	Desapropriação	22/12/1986	Consolidação	5,78
PA Georgina	São Mateus	ES	1052.8335	81	81	6	12/11/1986	Desapropriação	10/01/1986	Consolidação	8,03
PA Guanabara	São Mateus	ES	119.7246	12	12	6	19/02/1998	Desapropriação	15/07/1997	Consolidação	24,15

4.5.2.1.3.2 Plano Diretor

O Plano Diretor é um instrumento de planejamento e gestão territorial elaborado pela prefeitura municipal, com participação popular, e tem como objetivo estabelecer normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental, conforme preconiza o Estatuto das Cidades, por meio da Lei nº 10.257, de 10/07/2001.

De acordo com a legislação supracitada, o Art. 39, parágrafo 3º destaca que a lei que institui o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada dez anos, e determina o plano diretor obrigatório no Art. 41 para cidades: (i) com mais de vinte mil habitantes; (ii) integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas; (iii) onde o Poder Público municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no § 4o do art. 182 da Constituição Federal; (iv) integrantes de áreas de especial interesse turístico; (v) inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional; (vi) incluídas no cadastro nacional de municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos.

No decorrer do contato institucional estabelecido em campo, foi constatado o desconhecimento por parte dos gestores municipais sobre a existência do Plano Diretor na AEM. Outro caso comum retratado nas entrevistas foi a eliminação dos arquivos digitais por ex-prefeitos na entrega à nova gestão.

Importante ressaltar que, lamentavelmente, na prática, os gestores municipais desconhecem esse instrumento, principalmente as municipalidades de menor porte. Por vezes, foi possível constatar em campo que, alguns municípios tiveram os arquivos da legislação corrompidos do banco de dados durante as mudanças de gestões ou atualizações dos sistemas eletrônicos. Muitos municípios ainda dispõem de documentos antigos, sem qualquer georreferenciamento que possa nortear o planejamento auto imposto, ou não fizeram as revisões para atualização do zoneamento em acordo com a lei. Por esse fato destacamos aqui apenas as informações que de fato tivemos acesso, primário e direto junto aos gestores.

De acordo com a pesquisa realizada em campo para a coleta de informações, foram identificados Planos Diretores nos municípios de Ibirapuã, Itambé, Itanhém, Itapetinga, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Planalto, Colatina, Linhares, Nova Venécia, Pinheiros, Rio Bananal e São Mateus, conforme mostra o Quadro 4-9.

Quadro 4-9: Municípios com Plano Diretor na AEM.

MUNICÍPIO	UF	LEGISLAÇÃO MUNICIPAL QUE INSTITUI O PLANO DIRETOR
Caatiba	BA	Não
Caravelas	BA	Não
Guaratinga	BA	Não
Ibirapuã	BA	Sim
Itambé	BA	Sim

**LT 500 KV POÇÕES III – MEDEIROS NETO II – JOÃO NEIVA 2 E
SUBESTAÇÃO ASSOCIADA**

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA
PROCESSO IBAMA 02001.001772/2021-17
AGOSTO/2021



Itanhém	BA	Lei Complementar nº 168/2015, de 30/11/2015
Itapetinga	BA	Lei nº 1.179, de 05/06/2012
Jucuruçu	BA	Não
Lajedão	BA	Sim
Macarani	BA	Não
Maiquinique	BA	Não
Medeiros Neto	BA	Lei nº 368, de 19/06/2012
Mucuri	BA	Lei Complementar nº 032, de 05/07/2010
Planalto	BA	Lei nº 0284, de 26/12/2008
Poções	BA	Em atualização
Vereda	BA	Não
Jacinto	MG	Não
Jordânia	MG	Não
Nanuque	MG	Não
Santo Antônio do Jacinto	MG	Não
Serra dos Aimorés	MG	Não
Boa Esperança	ES	Não
Colatina	ES	Lei nº 5.273, de 12/03/2007
João Neiva	ES	Não
Linhares	ES	Lei Complementar nº 11, de 17/01/2012
Marilândia	ES	Não
Montanha	ES	Não
Nova Venécia	ES	Lei nº 2.787, de 21/12/2006; Lei nº 3.487, de 28/11/2018
Pinheiros	ES	Lei nº 850, de 10/10/2006
Rio Bananal	ES	Leis nº 999, nº 1.000 e nº 1.001, de 20/10/2009
São Mateus	ES	Lei Complementar nº 007, de 10/12/2004
Vila Valério	ES	Não

No decorrer do contato institucional estabelecido em campo, foi constatado o desconhecimento por parte dos gestores municipais sobre a existência do Plano Diretor na AEM. Outro caso comum retratado nas entrevistas foi a eliminação dos arquivos digitais por ex-prefeitos na entrega à nova gestão.

Por vezes, alguns municípios que não possuem o Plano Diretor de seus territórios manifestaram-se o processo de elaboração do instrumento legal de ordenamento territorial, como é o caso de Guaratinga, Serra dos Aimorés e Vila Valério.

Na análise das bases de informações georreferenciadas disponibilizadas pelos municípios, foi possível o detalhamento das principais diretrizes expressas nos Planos Diretores dos municípios de Itapetinga, Mucuri, Linhares, Nova Venécia, Rio Bananal e São Mateus, conforme a seguir relacionado.

4.5.2.1.3.2.1 Itapetinga

No município de Itapetinga, a diretriz preferencial da LT perpassa o território em parte da área rural e em áreas de preservação ambiental (Figura 4-5).

De acordo com a Lei nº 1.179, publicado em 22/09/2012, o Macrozoneamento 1, titulado como Desenvolvimento Sustentável, compreende áreas de baixa fragilidade ambiental cuja atividade predominante é a pecuária.

Por sua vez, a Macrozona 3, denominada Preservação Ambiental, se destaca pela alta fragilidade ambiental e pela vulnerabilidade ao uso humano ou econômico, além de apresentar características morfológicas formadoras de mananciais e relevo acidentados, nas quais estão uma planície a oeste, próxima à sede municipal, e parte das Serras Couro Dantas e Palmeirão, situadas na zona central, e áreas ao sul do território, nessa ordem, onde é recomendada a implantação de uma área de preservação permanente (APA).

Entre as diretrizes da Política de Desenvolvimento Econômico de Itapetinga, o art. 45 do Plano Diretor destaca o Programa de Dinamização da Economia, estabelecido pelo art. 46, que tem as seguintes ações estratégicas principais:

- I. Viabilizar o acesso dos agricultores aos recursos do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF);
- II. Conceder incentivos ao uso múltiplo da água, destacando apoio para agricultura de pequeno porte;
- III. Dar apoio para a diversificação, modernização e fortalecimento das cadeias produtivas agropecuárias com ênfase na bovinocultura de carne e leite;
- IV. Dar apoio técnico e financeiro à piscicultura, caprinocultura, ovinocultura e suinocultura;
- V. Promover a construção e operação de abatedouros para animais de pequeno porte para abastecer o mercado local;
- VI. Fortalecer as hortas existentes e criar hortas comunitárias nas proximidades do rio Catolé de modo sustentável;
- VII. Implantar projetos para o beneficiamento da cadeia produtiva da mandioca territorialmente e de outras indústrias de pequeno porte
- X. Incentivar a criação de cooperativas de produção, estocagem, comercialização e prestação de serviços;
- XII. Incentivar a dinamização das serrarias e movelarias mediante arranjos produtivos locais, modernizando a produção e uso de madeiras de reflorestamento certificadas (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETINGA, 2012).

Já no âmbito do Programa de Preservação e Recuperação Ambiental, o art. 65 faz referência à elaboração de um programa de desenvolvimento sustentável nas áreas rurais relacionado às áreas de uso (baixa vulnerabilidade), áreas de conservação (baixa intensidade de ocupação) e áreas de preservação (alta vulnerabilidade).

Assim, cabe citar que o diagnóstico ambiental econômico deverá considerar para as áreas de uso as culturas irrigadas na confluência dos rios Catolé Grande e Pardo Ribeirão das Onças, a cultura irrigada nas planícies e no riacho das Palmeiras e Palmeirão e o desenvolvimento de programas de irrigação no riacho Caracol, situado a nordeste do município.

Por outro lado, a piscicultura nos afluentes do Catolé Grande, a silvicultura por meio da introdução de espécies vegetais nativas associada a eucaliptos e a recuperação da cobertura vegetal das margens dos cursos d'água acima relacionados devem ser respeitadas nas áreas de conservação.

E, no que diz respeito às áreas de preservação, deverá ser respeitada a criação de unidades de conservação de usos restritos nas Serras de Couro D'Antas e Palmeirão, a integração de parques com corredores ecológicos da Mata Atlântica, a recuperação da cobertura vegetal às margens dos cursos d'água já citados anteriormente, bem como a proteção das nascentes, os projetos de educação ambiental, o fomento ao turismo ecológico e, por fim, a preservação e ampliação das formações florestais nativas.

LT 500 KV POÇÕES III – MEDEIROS NETO II – JOÃO NEIVA 2 E
SUBESTAÇÃO ASSOCIADA

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA
PROCESSO IBAMA 02001.001772/2021-17
AGOSTO/2021

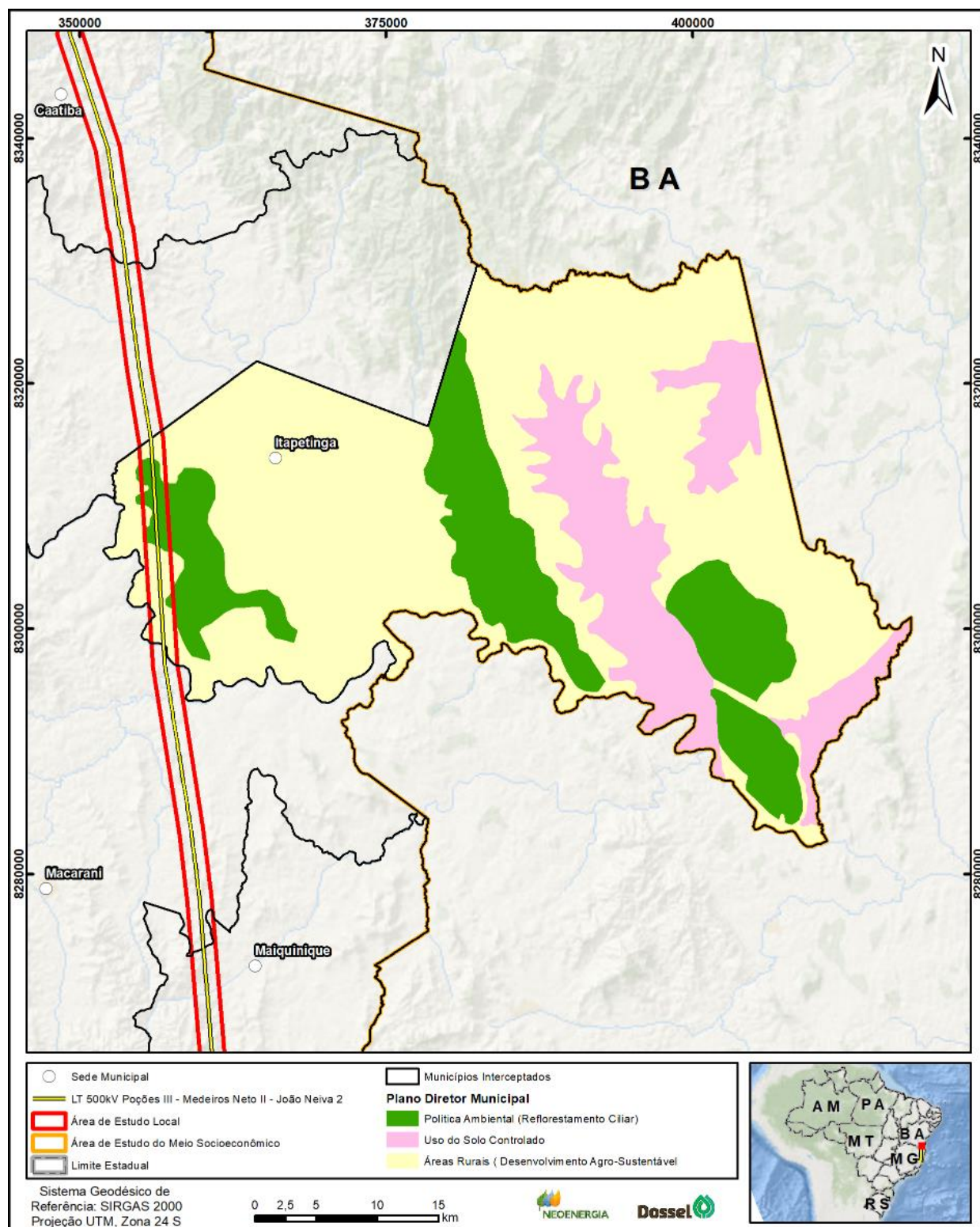


Figura 4-5: Localização da LT de acordo com o Plano Diretor de Itapetinga.

4.5.2.1.3.2.2 Mucuri

Considerando a Lei Complementar nº 032/2010, de 05/07/2010, que dispõe o Plano Diretor do Município de Mucuri, o empreendimento se instalará em uma pequena parte da Macrozona Rural Oeste (Figura 4-6), a qual compreende as áreas situadas a oeste do território, inserida no perímetro formado pelos limites com os estados de Minas Gerais e Espírito Santo e a estrada Sul-Norte em direção ao rio Mucuri, sendo cortada pela Rodovia BR-418 e pelo rio Mucuri.

Nessa Macrozona Rural Oeste estão os núcleos urbanos Taquarinha, Ibiranhém, São Jorge e Belo Cruzeiro, o aglomerado rural de Barro Vermelho, além de áreas de preservação ambiental como cursos d'água, florestas da Mata Atlântica, áreas de preservação permanente (APPs) e reservas legais das propriedades rurais.

De acordo com o art. 134 do Plano Diretor, as diretrizes nessa Macrozona Rural Oeste são:

- I - estímulo à diversificação das atividades produtivas, com a implementação de cooperativas e associações produtivas e a promoção da assistência técnica;
- II - conservação e manutenção das estradas, de modo a permitir a melhoria na ligação com os polos urbanos;
- III – regularização do transporte coletivo entre os núcleos urbanos, o aglomerado rural e o polo urbano de Itabatã;
- IV – articulação com a empresa de fabricação de papel e celulose instalada no Município para formação de parcerias visando implantar melhorias no núcleo urbano de Belo Cruzeiro situado nas proximidades da fábrica;
- V – articulação com as empresas sucroalcooleiras instaladas nos Estados vizinhos para formação de parcerias visando implantar melhorias nos núcleos urbanos impactados pelo cultivo de cana-de-açúcar nas suas proximidades;
- VI – articulação com as empresas sucroalcooleiras instaladas nos Estados vizinhos para ajustamento de condutas em relação aos impactos ambientais que causam transtornos aos núcleos urbanos, especialmente o transbordamento do rio Pau Alto;
- VII – em impedimento do cultivo extensivo de cana-de-açúcar e queimadas na proximidade dos núcleos urbanos com a reserva de uma faixa de proteção de 500 m (quinhentos metros) no seu entorno (PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCURI, 2010).

Em suma, o art. 135 prioriza a implementação de programas de inclusão social e educação ambiental para a população dos núcleos urbanos e aglomerados rurais, considerando as seguintes prioridades:

- Estudo de alternativas e implantação de infraestrutura para melhoria do abastecimento de água e a qualificação da Praça da Matriz em Taquarinha;
- Estudo de alternativas e implantação de infraestrutura para melhoria do abastecimento de água, deslocamento do vazadouro de lixo a céu aberto, adequação do destino final dos resíduos sólidos, construção de gradil de proteção na área urbana ao longo do rio Pau Alto, estudo de soluções para esgotamento sanitário, a fim de impedir o lançamento de esgoto *in natura* no rio Pau Alto, reassentamento das famílias que vivem nas margens do rio Pau Alto e incentivo ao artesanato, com a formação de cooperativas em Ibiranhém;
- Alteração do sistema de fossas simples para o sistema de fossas sépticas, complementação do calçamento da rua Donato Soares e recuperação da rua do cemitério e adjacências, qualificação da Praça Gentil Greis e construção de quadra esportiva em Belo Cruzeiro;
- Construção de uma quadra esportiva em São Jorge.

LT 500 KV POÇÕES III – MEDEIROS NETO II – JOÃO NEIVA 2 E
SUBESTAÇÃO ASSOCIADA

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA
PROCESSO IBAMA 02001.001772/2021-17
AGOSTO/2021

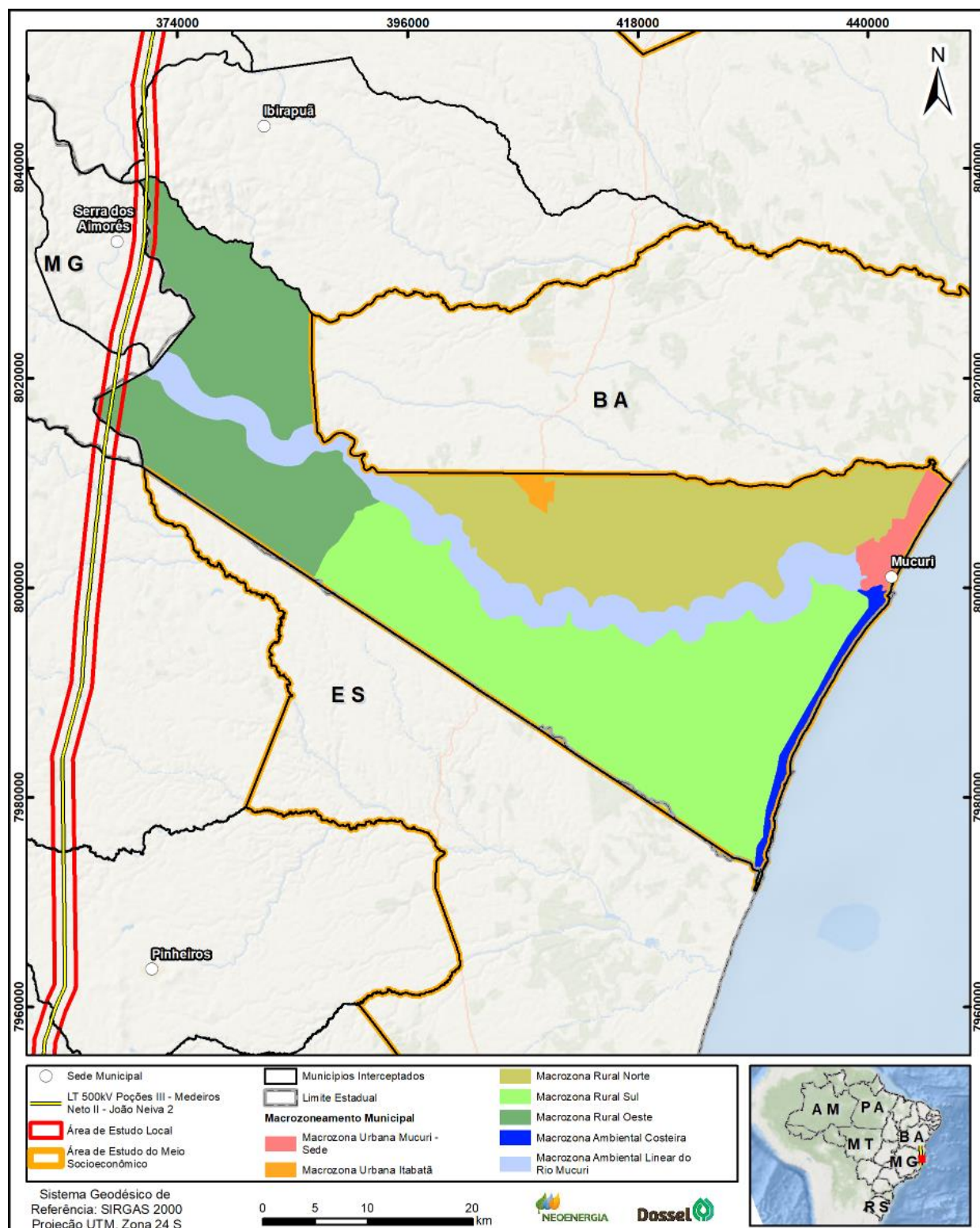


Figura 4-6: Localização da LT de acordo com o Plano Diretor de Mucuri.

4.5.2.1.3.2.3 Linhares

No município de Linhares, a LT se destaca em APP, rios e na Zona Rural de Uso Controlado (Figura 4-7). De acordo com a Lei Complementar nº 11, de 17/01/2012, que dispõe sobre o Plano Diretor de Linhares, a Zona Rural de Uso Controlado consiste em parte do território onde estão atividades agropecuárias, agroindustriais e agroflorestais, devendo ser garantido o uso agropecuário e de lazer; respeitadas as restrições ambientais; incentivado o turismo ecológico e o agroturismo; proibido o parcelamento do solo em glebas inferiores a 2 ha, salvo para os desmembramentos autorizados pelo Decreto Federal nº 62.504, de 08/04/1968; exigido o licenciamento ambiental para projetos de parcelamento e de uso e ocupação do solo; permitida a implantação de campos de extração de petróleo e gás natural, instalações para beneficiamento de petróleo e gás natural, refinarias, termoelétricas e similares; e permitida a extração de produtos minerais, respeitadas as restrições e legislação minerária.

Segundo o art. 138 do Plano Diretor de Linhares, não serão passíveis da regularização as edificações que estejam localizadas em logradouros ou terrenos públicos ou que estejam situadas em faixas não edificáveis junto a represas, lagos, lagoas, córregos, rios, fundo de vale, faixa de escoamento de águas pluviais, galerias, canalizações, linhas de transmissão de energia de alta tensão e demais áreas de preservação permanente.

LT 500 KV POÇÕES III – MEDEIROS NETO II – JOÃO NEIVA 2 E
SUBESTAÇÃO ASSOCIADA

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA
PROCESSO IBAMA 02001.001772/2021-17
AGOSTO/2021

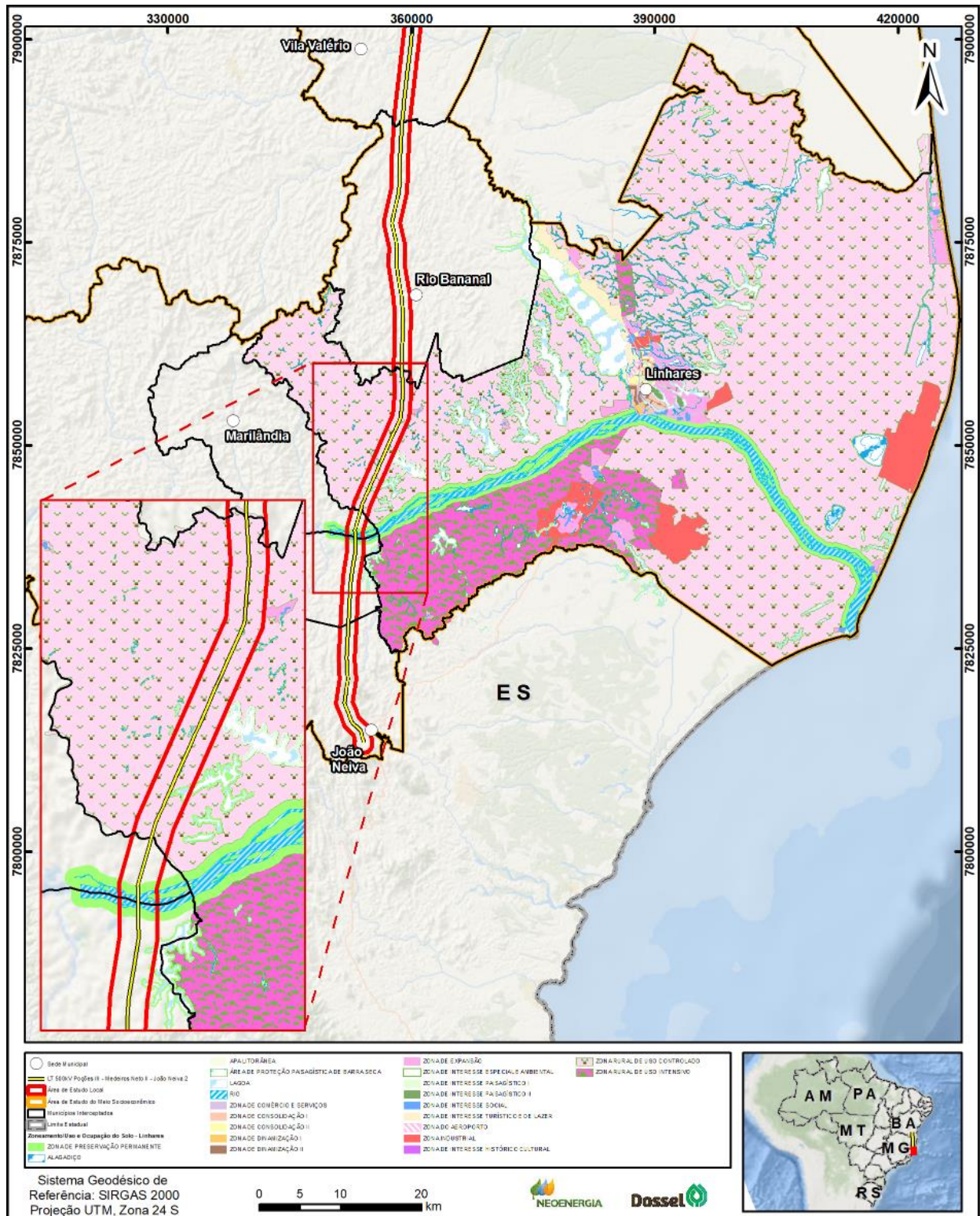


Figura 4-7: Localização da LT de acordo com o Plano Diretor de Linhares.

4.5.2.1.3.2.4 Nova Venécia

Com o Plano Diretor instituído pela Lei nº 2.787, de 21/12/2006, e pela Lei Municipal nº 3.487, de 28/11/2018, que faz a revisão do instrumento legal, o município de Nova Venécia tem a LT cruzando somente a Macrozona Rural (Figura 4-8), a qual apresenta áreas com características rurais, existência de núcleos urbanos, baixa densidade populacional e rede precária de infraestrutura.

De acordo com o art.52 da lei que revisa o Plano Diretor, as ações nessa Macrozona Rural devem ter como “objetivo principal estimular e preservar a exploração econômica por meio da agropecuária, inclusive familiar, agroindústria, mineração, turismo e lazer compatíveis com a preservação ambiental e com o uso residencial, além de qualificar os assentamentos habitacionais existentes, dotando-os de rede de infraestrutura”.

Ainda assim, as atuações nessa Macrozona de Uso Rural têm como propósito promover a proteção ambiental dos recursos hídricos e das nascentes, promover o desenvolvimento do agroturismo e do turismo ecológico, estruturar o sistema viário, garantindo a acessibilidade e integração da produção e das atividades econômicas, bem como incentivar as atividades rurais integradas ao meio ambiente que visam a conservação.

Por fim, o parágrafo único do art. 14 destaca não serem passíveis de regularização as edificações que estejam localizadas em logradouros ou terrenos públicos ou que estejam situadas em faixas não edificáveis junto a represas, lagos, lagoas, córregos, rios, fundo de vale, faixa de escoamento de águas pluviais, galerias, canalizações, linhas de transmissão de energia de alta tensão e demais áreas de preservação permanente.

LT 500 KV POÇÕES III – MEDEIROS NETO II – JOÃO NEIVA 2 E
SUBESTAÇÃO ASSOCIADA

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA
PROCESSO IBAMA 02001.001772/2021-17
AGOSTO/2021

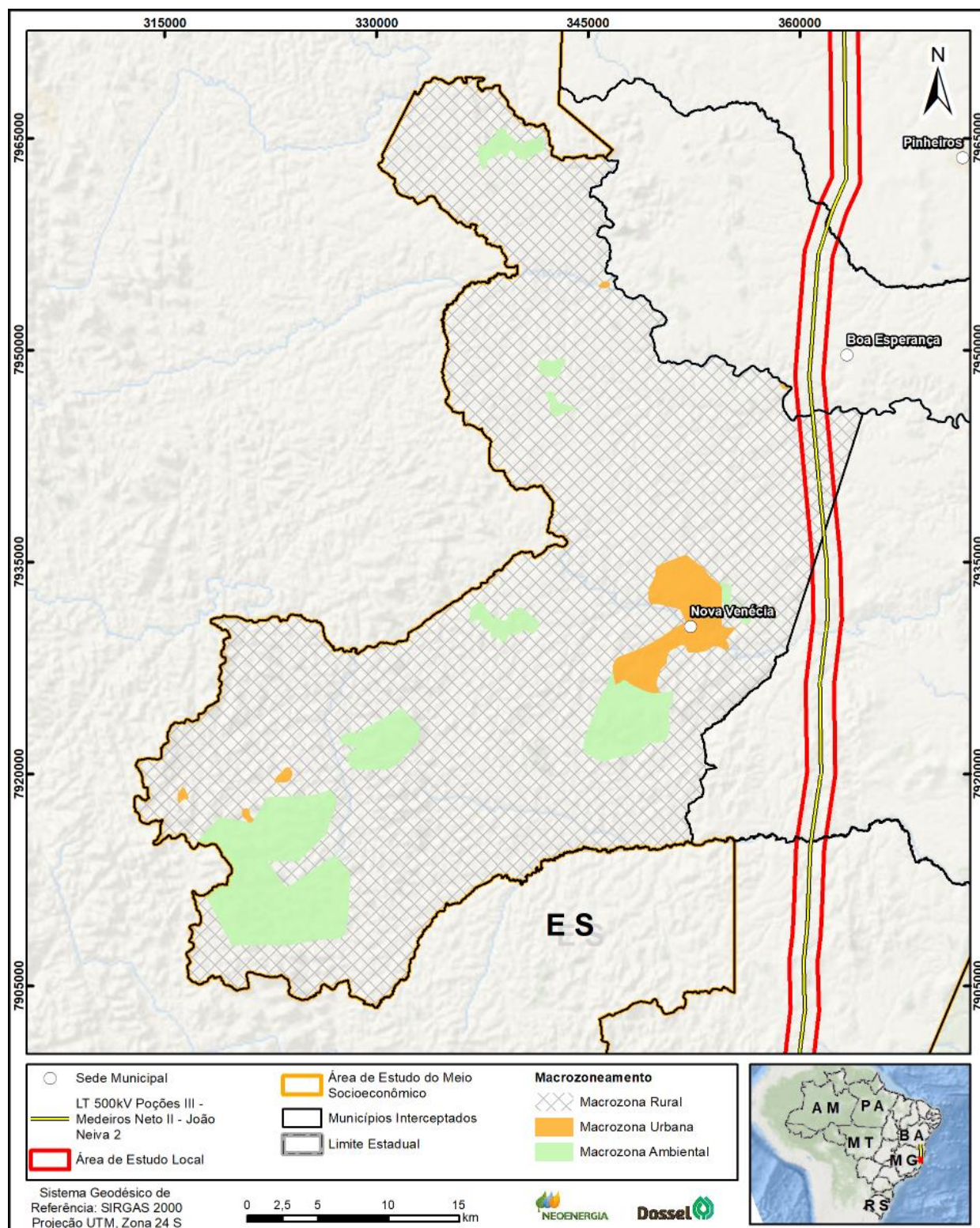


Figura 4-8: Localização da LT de acordo com o Plano Diretor de Nova Venécia.

4.5.2.1.3.2.5 *Rio Bananal*

No município de Rio Bananal o empreendimento ocupa uma ínfima parte da Macrozona Urbana, além da Macrozona Rural (Figura 4-9). Segundo a Lei nº 999, de 20/10/2009, que dispõe sobre as delimitações do perímetro urbano, existem dois perímetros urbanos no município, sendo um demarcado como sede de rio Bananal e outro contorno limitado como a sede do distrito de São Jorge do Tiradentes.

A mesma lei destaca no parágrafo único do art. 2º que a alteração dos perímetros urbanos da sede municipal e/ou do distrito de São Jorge do Tiradentes está sujeita ao processo de revisão do Plano Diretor Municipal, não podendo ser modificado sem prévia consulta popular.

Cabe destacar que não serão alterados os perímetros urbanos ou quaisquer classes de definição posta pelo município em sua autotaxação definida em documento. E ainda, segundo o próprio Plano Diretor, Lei nº. 1.000 de 20/10/2009: “As Macrozonas Urbanas 1 e 2 são dedicadas efetivamente à ocupação urbana, correspondendo às porções do território nas quais os componentes ambientais, em função da urbanização, foram modificados ou suprimidos”.

Seguindo ainda as diretrizes da Lei nº 1.001, de 02/10/2009, que dispõe sobre o uso e a ocupação do urbano no município, o Capítulo IV relaciona o embargo das obras ou demolições nos casos de empreendimentos iniciados ou executados sem a aprovação do órgão competente, sem o necessário licenciamento, em desacordo com o projeto aprovado ou com a inobservância das restrições existentes. Por sua vez, o art. 20 destaca que todas as atividades realizadas no território do município serão obrigatoriamente objeto de licenciamento, nos termos dessa lei.

LT 500 KV POÇÕES III – MEDEIROS NETO II – JOÃO NEIVA 2 E
SUBESTAÇÃO ASSOCIADA

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA
PROCESSO IBAMA 02001.001772/2021-17
AGOSTO/2021

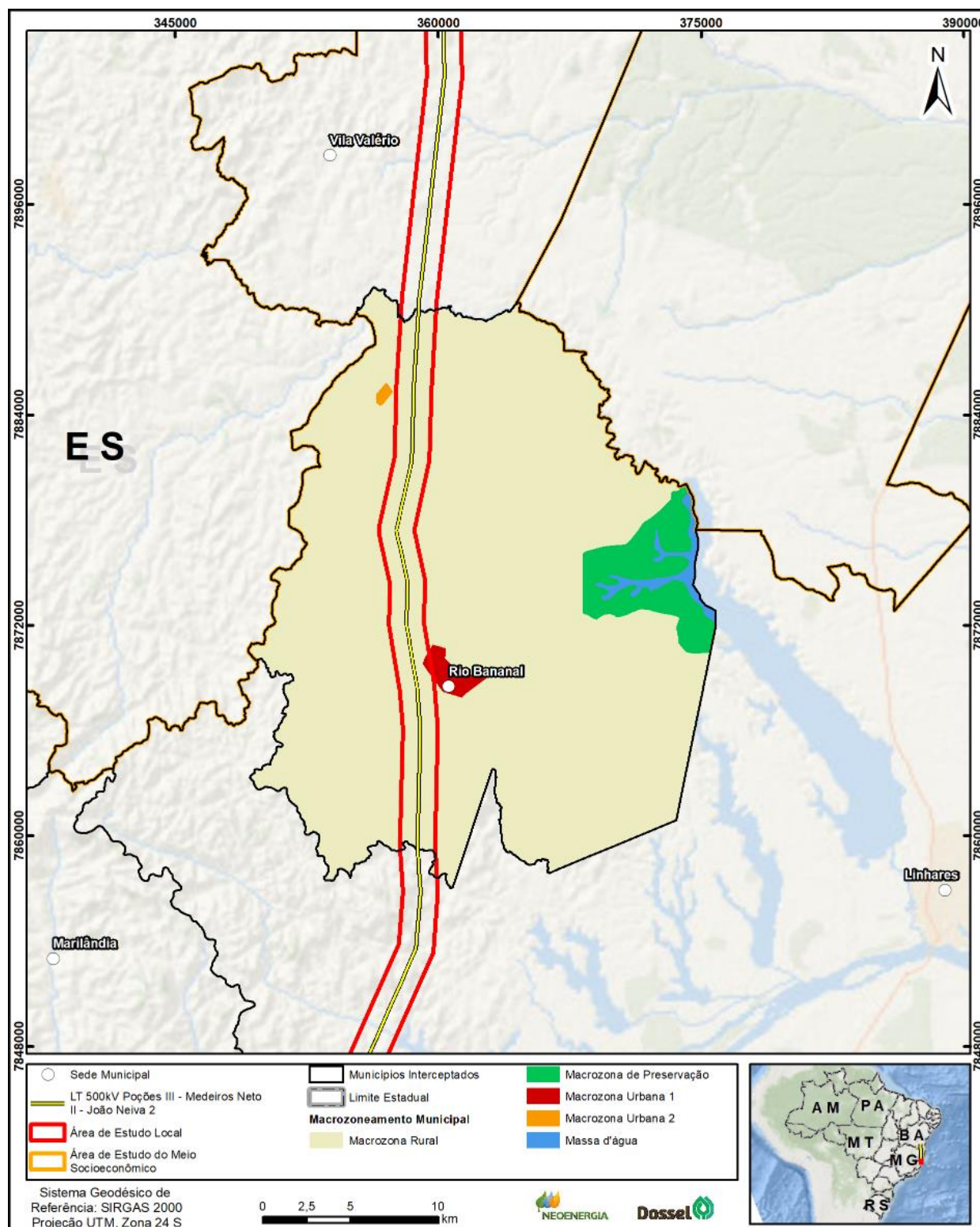


Figura 4-9: Localização da LT de acordo com o Plano Diretor de Rio Bananal.

4.5.2.1.3.2.6 São Mateus

De acordo com o zoneamento em São Mateus, estabelecido pela Lei Complementar nº 007/2004, que dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento e Expansão Urbana do Município, a LT atravessa a Macrozona de Uso Rural, que compreende as áreas onde os ecossistemas originais foram praticamente alterados em sua diversidade e organização funcional pelas atividades agrícolas e extrativas e a presença de assentamentos rurais dispersos, além das áreas que compõem o Corredor Elefante – Sooretama (Figura 4-10).

O corredor Elefante – Sooretama compreende uma área contínua de formações florestais no estado do Espírito Santo formada pela Reserva Biológica de Sooretama e pela APA da Pedra do Elefante. Situada em uma área de 27.859 ha sobre os municípios de Sooretama, Linhares, Jaguaré e Vila Valério, a Reserva Biológica (REBIO) de Sooretama se encontra nas proximidades da comunidade de Juncado, em Linhares, e dispõe de uma fauna com elevado número de espécies endêmicas e vegetação da Mata Atlântica, com árvores com mais de 30 m de altura.

Criada por meio do Decreto nº 87.588, de 20/11/1982, a REBIO de Sooretama teve recentemente seu Plano de Manejo publicado (ICMBIO, 2019), o qual estabelece na sua Zona de Diferentes Interesses Públicos (ZDI) a ocupação por empreendimentos de interesse público ou soberania nacional, cujos usos e finalidades sejam incompatíveis com a categoria da Unidade de Conservação (UC) ou com os seus objetivos de criação.

De acordo com o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA), a REBIO de Sooretama integra também uma das Áreas Prioritárias para Conservação no Espírito Santo considerada de extrema prioridade.

Por sua vez, a beleza paisagística da Pedra do Elefante é representada por afloramentos rochosos que apresentam atributos biológicos e geológicos de grande potencial para a conexão dos fragmentos e conservação da biodiversidade.

Ocupando uma área sobre os municípios de Nova Venécia, São Gabriel da Palha, Vila Pavão e Vila Valério, a Pedra do Elefante integra ainda a APA da Pedra do Elefante, situada nos limites territoriais de Nova Venécia. Criada no ano de 2001 por meio do Decreto Estadual nº 794-R, a APA Pedra do Elefante é o principal símbolo de Nova Venécia e abrange uma área de 2.562,31 hectares.

De acordo com o art. 5º do Decreto Estadual nº 794-R, é de competência da Secretaria de Estado para Assuntos do Meio Ambiente (SEAMA) o estabelecimento de convênios com órgãos e entidades públicas ou privadas, para fins de regularização ou adequação de atividades ou empreendimentos que, eventualmente, estiverem em desacordo com o zoneamento ecológico-econômico elaborado para a APA.

Além disso, cabe à SEAMA exigir, na forma da lei, o licenciamento ambiental das atividades consideradas impactantes aos ecossistemas existentes na APA, em conformidade com a legislação vigente. Ainda no art. 10º do mesmo documento presume-se que na APA nenhuma obra ou empreendimento poderá ser implantado sem prévia autorização e ou licenciamento ambiental da SEAMA, que exigirá adequações, conforme dispuser a legislação vigente no país.

Como instrumentos urbanísticos e de regularização fundiária, o Plano Diretor orienta no art. 13 que “nos termos estabelecidos no Estatuto da Cidade, os proprietários de imóveis, sobre o qual incide o interesse público de preservação, seja sob o ponto de vista ambiental, ou do patrimônio histórico, cultural, paisagístico, arquitetônico ou usado como habitação subnormal que se quer urbanizar, pode utilizar em outro imóvel, ou vender, a diferença entre a área construída do imóvel preservado e o total da área construída atribuída ao terreno pelo coeficiente de aproveitamento básico”.

Ainda no parágrafo único do mesmo art. 13, fica estabelecido que a transferência só poderá ser permitida se o proprietário participar de programa de preservação elaborado em conjunto com o Poder Público municipal e, no art. 14 seguinte, menciona que o objetivo da transferência do direito de construir é viabilizar a preservação de imóveis ou áreas de importante valor histórico, cultural, paisagístico, arquitetônico ou ambiental.

LT 500 KV POÇÕES III – MEDEIROS NETO II – JOÃO NEIVA 2 E
SUBESTAÇÃO ASSOCIADA

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA
PROCESSO IBAMA 02001.001772/2021-17
AGOSTO/2021

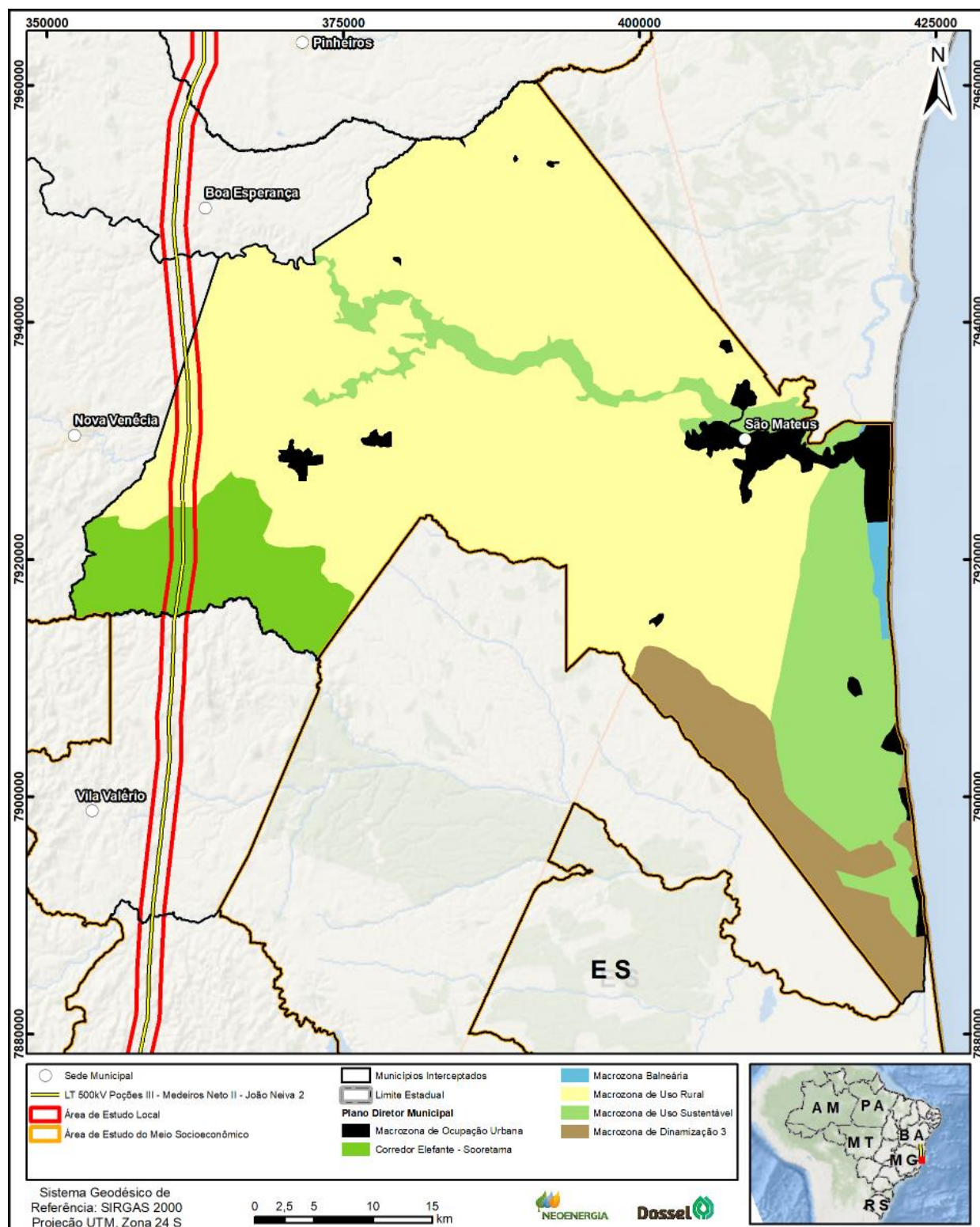


Figura 4-10: Localização da LT de acordo com o Plano Diretor de São Mateus.

4.5.2.1.3.3 Aeródromos e estruturas restritivas

Os aeródromos, entre outras estruturas restritivas, encontram-se relacionados neste item e subdivididos em: aeródromos, gasodutos e paralelismo com outras LTs.

4.5.2.1.3.3.1 Aeródromos

O aeródromo é entendido como um espaço delimitado, terrestre ou aquático, provido de relativa infraestrutura para o pouso e decolagem de aeronaves destinadas ao transporte de passageiros ou de cargas diversas. Por esse ângulo, a AEM se apresenta com 11 aeródromos, sendo esses relacionados no Quadro 4-10.

Quadro 4-10: Lista dos aeródromos privados identificados na AEM.

CÓDIGO	NOME DO AERÓDROMO	MUNICÍPIO	UF	DISTÂNCIA DA DIRETRIZ (KM)
SJNQ	Destilaria Medasa	Caravelas	BA	3,49
SWBQ	Nanuque	Nanuque	MG	10,53
SWZH	Geraldo Alvino Covre	Pinheiros	ES	13,16
SNMU	Colatina	Colatina	ES	20,04
SJSJ	Municipal de Linhares	Linhares	ES	28,80
SIKW	Fazenda XV de Outubro	Colatina	ES	29,01
SNNU	Mucuri	Mucuri	BA	42,37
SNCX	São Mateus	São Mateus	ES	50,15
SNLN	Fazenda São Jorge	Guaratinga	BA	61,94
SNMX	Fazenda Vista Linda	Mucuri	BA	71,89
SSCV	Caravelas	Caravelas	BA	100,54

Fonte: ANAC, 2020.

Mais próximo à diretriz da LT está o aeródromo denominado Destilaria Medasa. Situado no município de Caravelas/BA, com acesso a partir da BR-290, o aeródromo de pista de terra encontra-se registrado na Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) por meio da Portaria nº 1107/SIA, de 12/05/2015, válida por 10 anos.

Outros 23 aeródromos que possibilitam o acesso ao empreendimento estão situados nas imediações da AEM, conforme detalha a Figura 4-11 e a Figura 4-12.

LT 500 KV POÇÕES III – MEDEIROS NETO II – JOÃO NEIVA 2 E
SUBESTAÇÃO ASSOCIADA

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA
PROCESSO IBAMA 02001.001772/2021-17
AGOSTO/2021

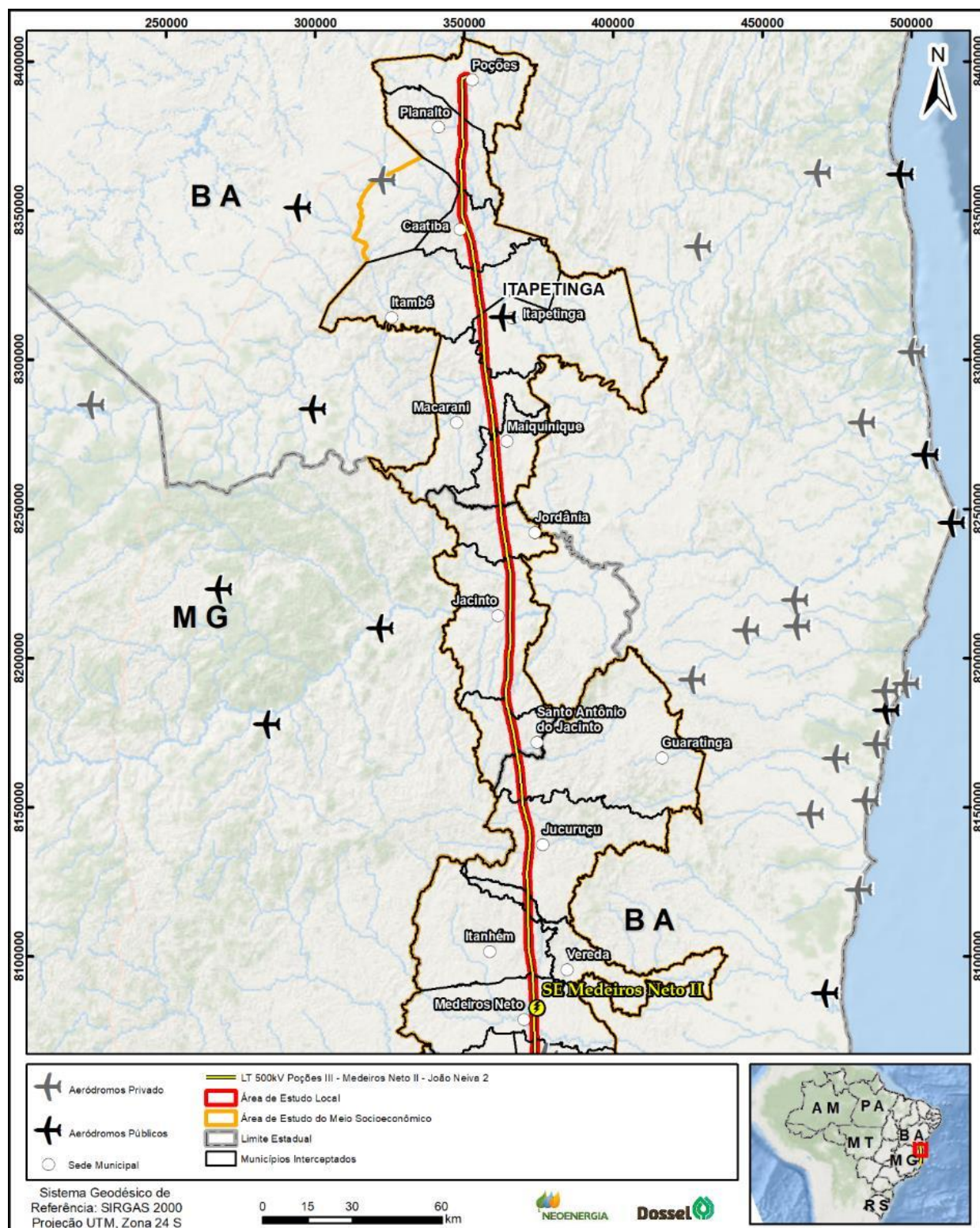


Figura 4-11: Aeródromos identificados na AEM.

LT 500 KV POÇÕES III – MEDEIROS NETO II – JOÃO NEIVA 2 E
SUBESTAÇÃO ASSOCIADA

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA
PROCESSO IBAMA 02001.001772/2021-17
AGOSTO/2021



Figura 4-12: Aeródromos identificados na AEM.

4.5.2.1.3.3.2 Gasoduto

Os gasodutos são estruturas tubulares que servem para o transporte de gás natural de um lugar para o outro, sendo o Gasoduto Cacimbas-Catu (GASENE, GASCAC), o Gasoduto Cacimbas-Vitória (Trecho Cacimba-TIMS) e o Lago Parda -Aracruz as infraestruturas de transporte de gás natural existentes na AEM.

Situado a 18,34 km da diretriz preferencial, o Gasoduto Cacimbas-Vitória tem como origem o município de Cacimbas, no Espírito Santo, e como destino o município de Serra, no mesmo estado. Já o Gasoduto Cacimbas-Catu, localizado a 33,30 km da diretriz preferencial da LT, tem início também em Cacimbas, entretanto segue em direção à Estação de Distribuição de Gás (EDG) de Catu, instalada no município de Pojuca, no estado da Bahia. E, por sua vez, o Gasoduto Largo Parda-Aracruz, situado a 33,50 km da LT, tem origem em Linhares e ponto final em Serra, conforme descreve o Quadro 4-11 e ilustra a Figura 4-13 e a Figura 4-14.

Quadro 4-11: Lista dos gasodutos identificados na AEM.

GASODUTO	MUNICÍPIO DE ORIGEM	MUNICÍPIO DE DESTINO	DISTÂNCIA DA DIRETRIZ (KM)
Gasoduto Cacimbas-Vitoria (Trecho Cacimbas-TIMS)	Cacimba (ES)	Serra (ES)	18,34
Cacimbas-Catu (GASENE, GASCAC)	Cacimba (ES)	Catu, Pojuca (BA)	33,30
Lago Parda - Aracruz	Linhares (ES)	Serra (ES)	33,50

Fonte: MapBiomias, 2020.

LT 500 KV POÇÕES III – MEDEIROS NETO II – JOÃO NEIVA 2 E
SUBESTAÇÃO ASSOCIADA

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA
PROCESSO IBAMA 02001.001772/2021-17
AGOSTO/2021

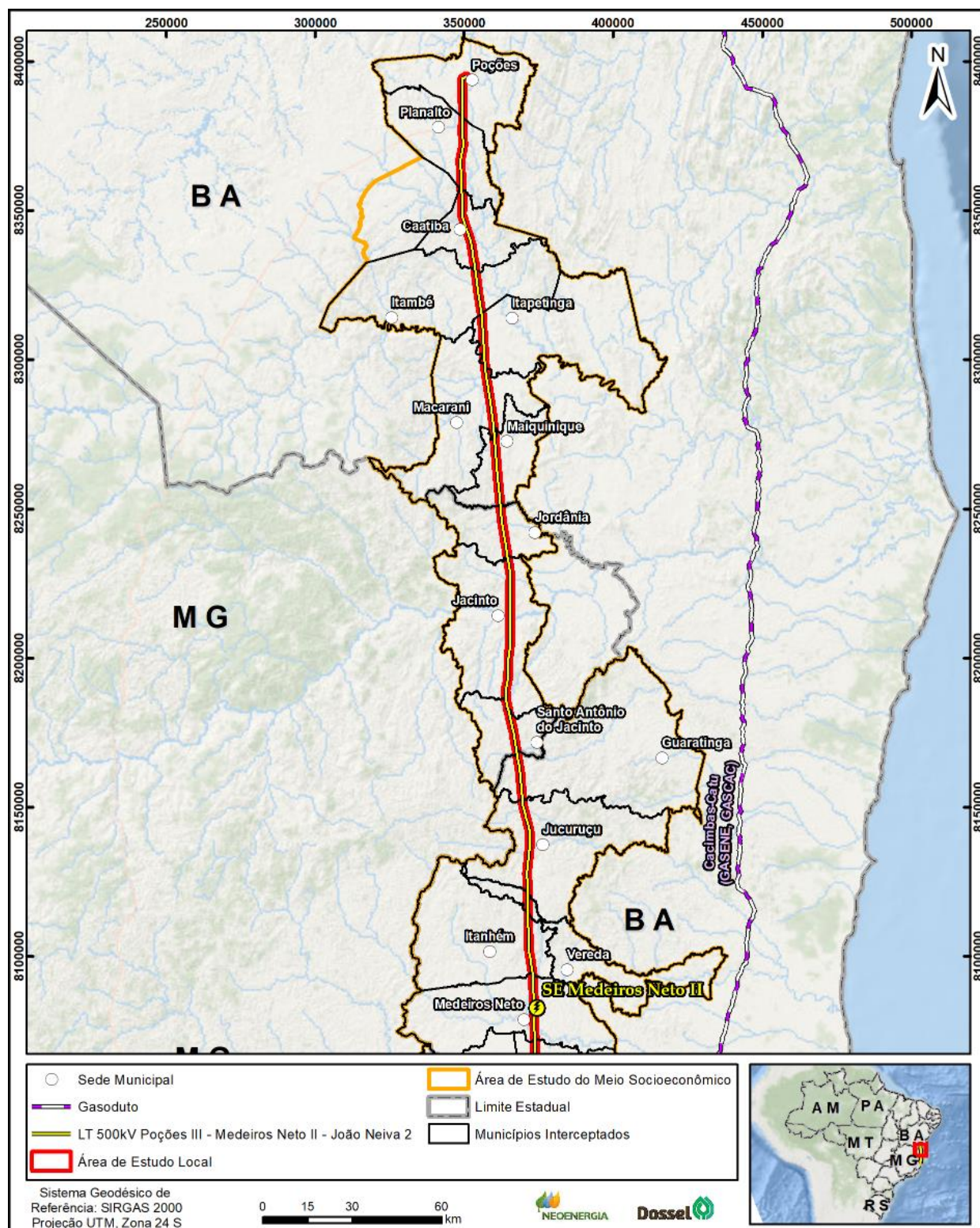


Figura 4-13: Gasodutos identificados na AEM.

LT 500 KV POÇÕES III – MEDEIROS NETO II – JOÃO NEIVA 2 E
SUBESTAÇÃO ASSOCIADA

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA
PROCESSO IBAMA 02001.001772/2021-17
AGOSTO/2021

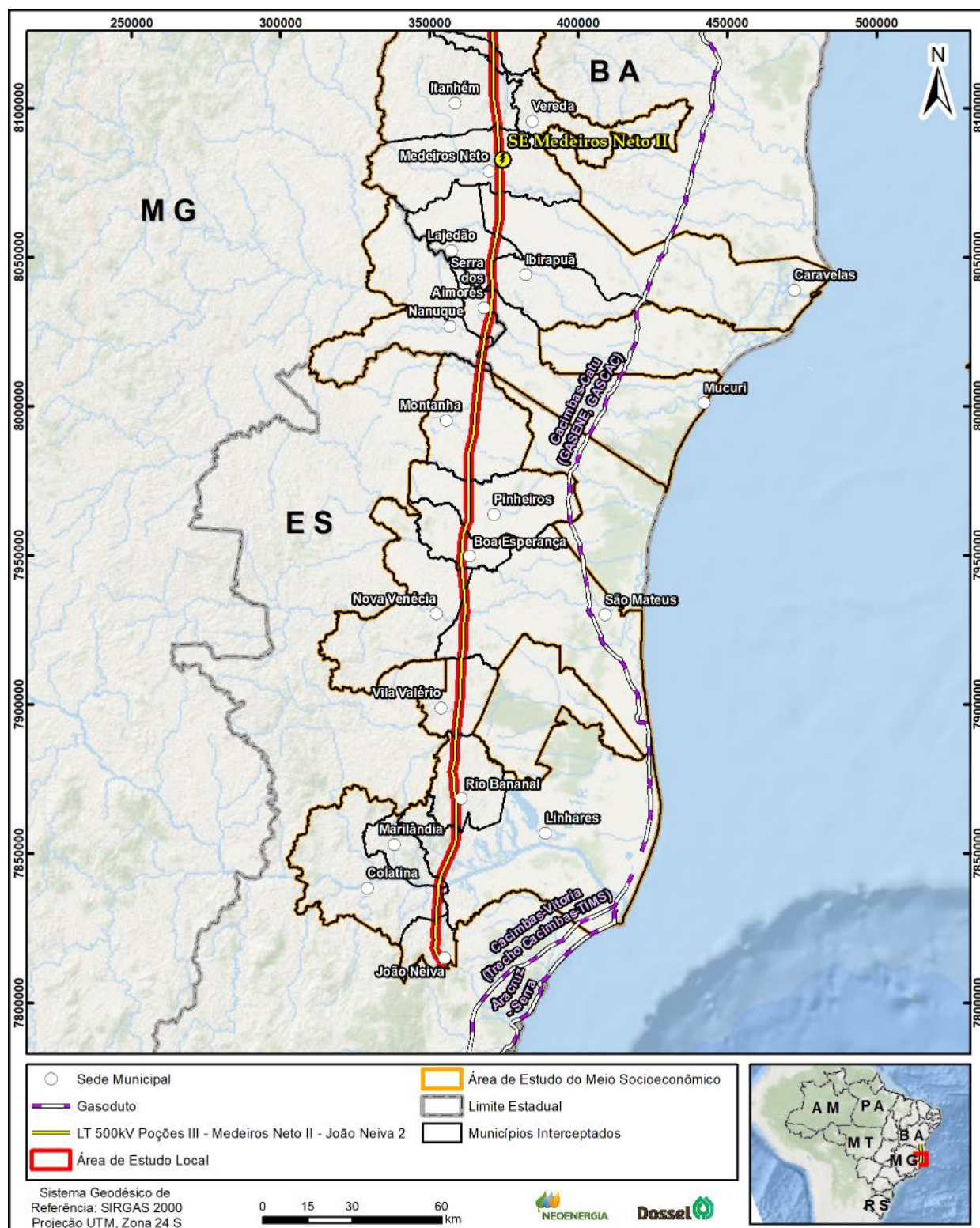


Figura 4-14: Gasodutos identificados na AEM.

4.5.2.1.3.4 Paralelismos com outras linhas de transmissão

Dentre as 10 LTs em operação identificadas na AEM, duas se destacam por interceptar a LT de estudo, como é o caso da LT 230 kV Linhares – Mascarenhas, C1 e a LT 230 kV Itagibá – Brumado II C1, as quais cruzarão a diretriz preferencial nos municípios de Marilândia e Poções, respectivamente.

Cabe destacar que paralelismos frente à construção de LTs atuam de forma vantajosa, visando minimizar os impactos na implantação do empreendimento. Nesse contexto, o Quadro 4-12, a Figura 4-15 e a Figura 4-16 detalham as LTs já em operação identificadas na AEM.

Quadro 4-12: LTs em operação identificadas na AEM.

LT	CONCESSIONÁRIA	TENSÃO	EXTENSÃO	ANO DE OPERAÇÃO	DISTÂNCIA DA LT (km)
LT 230 kV Linhares – Mascarenhas, C1	Furnas – Furnas Centrais Elétricas S.A.	230	95,14	2018	Intercepta a LT
LT 230 kV Itagibá – Brumado II C1	Afluente Transmissão – Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.	230	232,72	2009	Intercepta a LT
LT 500 kV Sapeçu – Poções III, C1	Tropicália – Tropicália Transmissora de Energia S.A.	500	250,04	2021	245,31
LT 500 kV Ibicoara – Poções III, C1	EDTE – EDTE Empresa Diamantina de Transmissão de Energia S.A.	500	165,65	2019	261,19
LT 230 kV Poções III – Poções II, C1 e C2 (CD)	EDTE – EDTE Empresa Diamantina de Transmissão de Energia S.A.	230	1,01	2020	495,23
LT 230 kV Poções III – Poções II, C1 e C2 (CD)	EDTE – EDTE Empresa Diamantina de Transmissão de Energia S.A.	230	1,03	2020	501,27
LT 230 kV Linhares 2 – São Mateus 2, C1	EDP Transmissão – EDP Transmissão S.A.	230	104,36	2018	4.426,94
LT 230 kV Mascarenhas – Verona C1	ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	230	107,81	2010	14.822,11
LT 230 kV Teixeira de Freitas – Eunápolis, C1	CHESF – Companhia Hidrelétrica do São Francisco	230	148,84	2019	49.384,67
LT 230 kV Teixeira de Freitas – Eunápolis, C2	CHESF – Companhia Hidrelétrica do São Francisco	230	148,67	2019	49.390,28

Fonte: EPE, 2021.

LT 500 KV POÇÕES III – MEDEIROS NETO II – JOÃO NEIVA 2 E
SUBESTAÇÃO ASSOCIADA

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA
PROCESSO IBAMA 02001.001772/2021-17
AGOSTO/2021

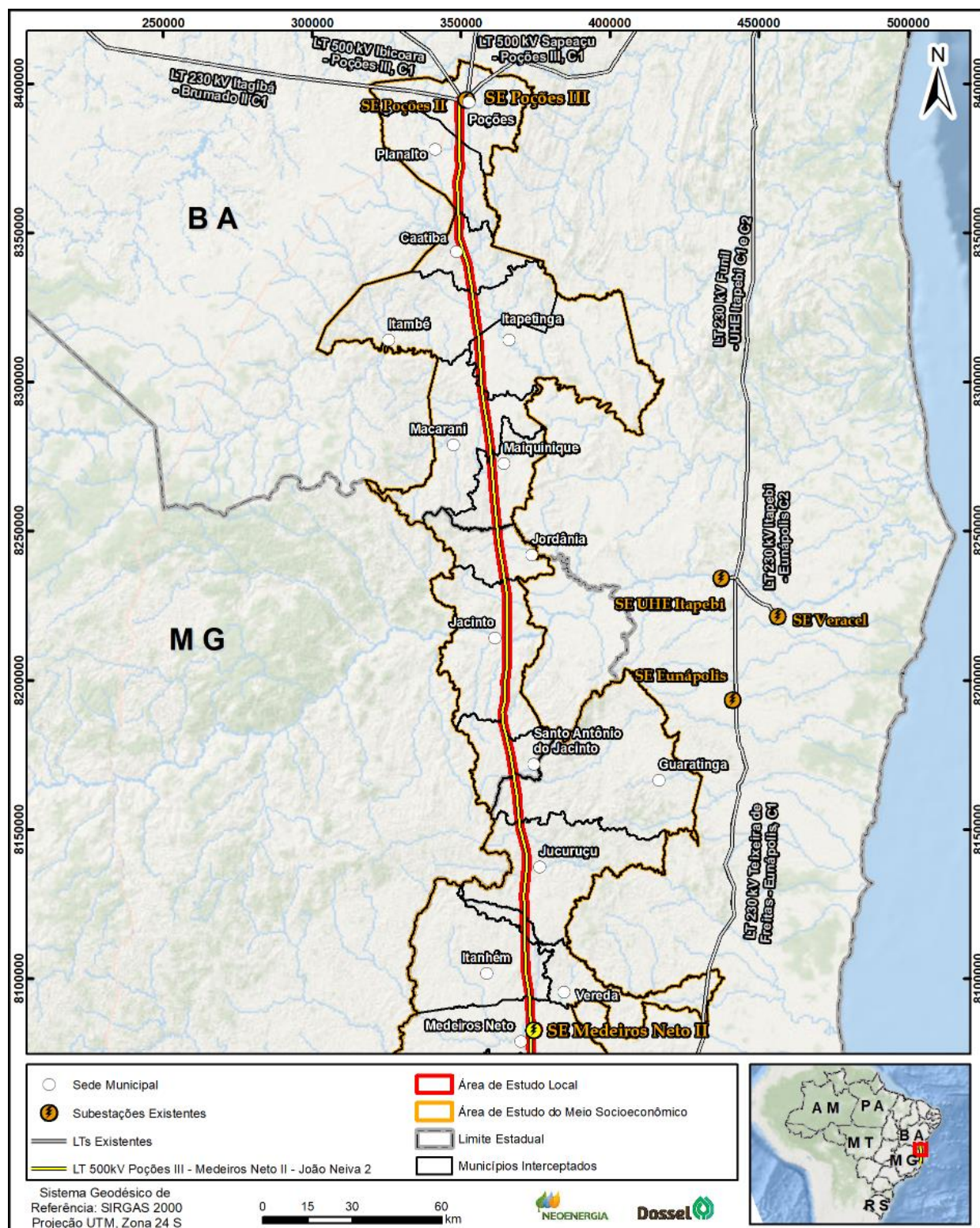


Figura 4-15: LTs em operação identificadas na AEM.

LT 500 KV POÇÕES III – MEDEIROS NETO II – JOÃO NEIVA 2 E
SUBESTAÇÃO ASSOCIADA

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA
PROCESSO IBAMA 02001.001772/2021-17
AGOSTO/2021



Figura 4-16: LTs em operação identificadas na AEM.

4.5.2.1.4 Saúde

O acesso adequado aos serviços de saúde em um município é uma referência relevante sobre as condições de desenvolvimento e qualidade de vida da população. Esse indicador evidencia também a necessidade de deslocamento da população em busca de serviços de saúde especializados em outros municípios vizinhos ou de referência na região.

Na AEM o Cadastro de Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNES) identifica 679 espaços onde são oferecidos os serviços de saúde à população, sendo 322 localizados no estado do Espírito Santo, 283 na Bahia e 74 em Minas Gerais, sendo os municípios de Colatina (68), São Mateus (62), Linhares (58), Itapetinga (43) e Nova Venécia (33) os municípios que dispõem de maior infraestrutura pública de saúde na AEM, conforme ilustra o Gráfico 4-9.

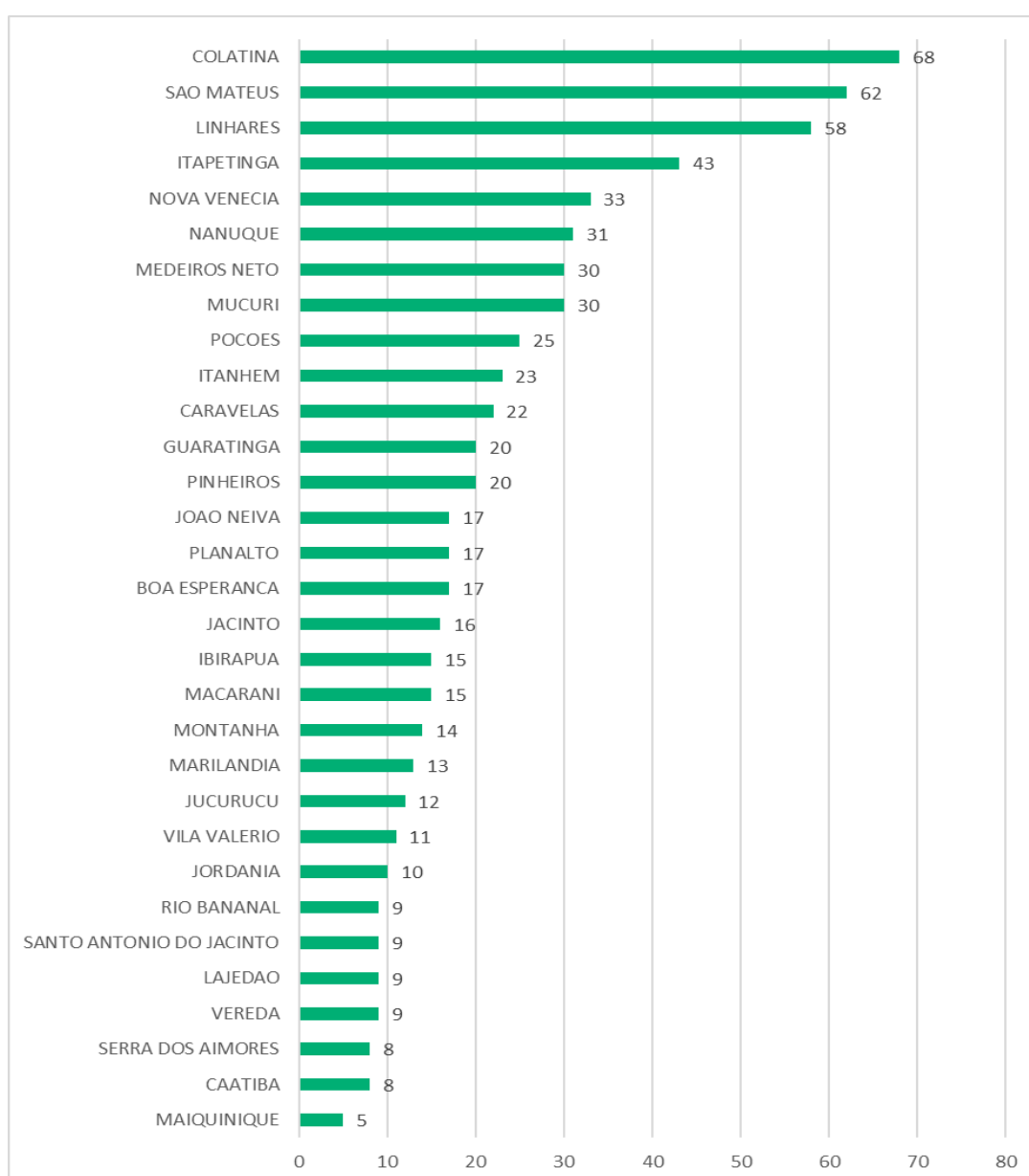


Gráfico 4-9: Estabelecimentos de saúde por município na AEM.

**LT 500 KV POÇÕES III – MEDEIROS NETO II – JOÃO NEIVA 2 E
SUBESTAÇÃO ASSOCIADA**

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA
PROCESSO IBAMA 02001.001772/2021-17
AGOSTO/2021

A infraestrutura na AEM desfruta de estabelecimentos como academia da saúde, agência de agendamento de consulta, ambulatório, Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF), Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) do tipo I e II, Casa da Mulher, Centro de Controle de Zoonoses (CCZ), centro de atendimento de síndromes gripais, centro de atendimento para o enfrentamento à Covid-19, posto de saúde, Centro de Especialidade Odontológica (CEO), Centro de Referência Regional em Saúde do Trabalhador (CEREST), Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA), Estabelecimento de Saúde da Família (ESF), Núcleo Ampliado de Saúde da Família (NASF), pronto-socorro, Programa de Saúde da Família (PSF), Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Estabelecimento de Saúde da Família com Saúde Bucal (ESFSB), farmácia popular, hospitais, hemocentros, laboratórios, clínicas de especialidades, entre outros (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021) (Foto 4-141 a Foto 4-144).



Foto 4-141: Unidade de Saúde Astrogildo Freitas. Poções.
Data: 02/04/2021. Coordenadas: -14° 32' 0,97", -40° 23' 13,85".



Foto 4-142: Unidade Integrada de Reabilitação Municipal.
Medeiros Neto. Data: 18/03/2021. Coordenadas: -17° 22' 17,56", -40° 13' 17,73".



Foto 4-143: SAMU. Caravelas. Data: 19/03/2021.
Coordenadas: -17° 44' 31,75", -39° 14' 39,16".



Foto 4-144: Ambulância. Ibirapuã. Data: 18/03/2021.
Coordenadas: -17° 41' 13,32", -40° 6' 30,31".

Nesse sentido, a infraestrutura hospitalar pública é identificada nos municípios de Caatiba, Caravelas, Guaratinga, Ibirapuã, Jucuruçu, Macarani, Maiquinique, Medeiros Neto, Planalto, Vereda, Nanuque, Colatina, Linhares, Pinheiros, Rio Bananal, São Mateus, conforme lista o Quadro 4-13. No entanto, hospitais particulares também são identificados na AEM (Foto 4-145 a Foto 4-148).

Quadro 4-13: Hospitais públicos identificados nos municípios da AEM.

MUNICÍPIO	UF	HOSPITAIS
Caatiba	BA	Hospital Municipal de Caatiba
Caravelas	BA	Hospital Municipal de Caravelas
Guaratinga	BA	Hospital Maternidade Joana Moura
Ibirapuã	BA	Hospital Isaura Chácara
Jucuruçu	BA	Hospital Municipal de Jucuruçu
Macarani	BA	Hospital São Pedro de Macarani
Maiquinique	BA	Hospital Maternidade Municipal de Maiquinique
Medeiros Neto	BA	Hospital Municipal Medeiros Neto
Planalto	BA	Hospital Municipal Nilton Ferreira dos Santos
Vereda	BA	Hospital e Maternidade Ana Lucia Magalhães
Nanuque	MG	Hospital e Pronto Socorro Municipal Renato Azeredo
Colatina	ES	Hospital e Maternidade Silvio Ávidos
Linhares	ES	Hospital Geral de Linhares HGL
Pinheiros	ES	Hospital de Pinheiros
Rio Bananal	ES	Hospital e Maternidade Alfredo Pinto Santana
São Mateus	ES	Hospital Dr. Roberto Arnizaut Silveiras

Fonte: CNES, 2021.



Foto 4-145: Hospital Municipal de Jucuruçu. Data: 24/03/2021. Coordenadas: -16° 50' 25,39", -40° 9' 19,29".



Foto 4-146: Hospital. Rio Bananal. Data: 11/03/2021. Coordenadas: -19° 16' 27,41", -40° 19' 19,67".



Foto 4-147: Hospital Rio Doce. Linhares. Data: 08/03/2021.
Coordenadas: -19° 23' 41,21", -40° 4' 7,7".



Foto 4-148: Hospital São Bernardo. Colatina. Data:
07/03/2021. Coordenadas: -19° 31' 3,86", -40° 36' 22,51".

De acordo com o Plano Diretor de Regionalização do Estado da Bahia (SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA, 2020), a região de saúde que atende aos municípios da AEM são Teixeira de Freitas (Caravelas, Ibirapuã, Itanhém, Jucuruçu, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri e Vereda), Porto Seguro (Guaratinga), Vitória da Conquista (Planalto e Poções) e Itapetinga (Caatiba, Itambé, Itapetinga, Macarani e Maiquinique).

No estado de Minas Gerais, conforme o Plano Diretor de Regionalização da Saúde (SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MINAS GERAIS, 2020), os usuários da rede pública de saúde na AEM desfrutam de atendimento em Almenara (Jacinto, Santo Antônio do Jacinto e Jordânia), que atualmente conta com o município de Jacinto como polo complementar de atendimento para reforçar o atendimento, e Nanuque (Serra dos Aimorés).

Cabe destacar que o PDR se refere à cidade de Jacinto, com uma localização estratégica, inserida em uma região com grandes distâncias e dificuldades de acesso viário, ao mesmo tempo que oferta algumas especialidades da atenção secundária para um conjunto de municípios que estão mais distantes ou com maior dificuldade de acesso ao polo Almenara.

Por sua vez, os municípios que compõem a AEM no estado do Espírito Santo estão inseridos na região de atendimento Metropolitana (João Neiva) e Central-Norte (Boa Esperança, Colatina, Linhares, Marilândia, Montanha, Nova Venécia, Pinheiros, Rio Bananal, São Mateus e Vila Valério), contemplando a Rede de Atenção de Urgências e Emergência na Região Metropolitana por meio dos seguintes estabelecimentos de saúde:

- **Região Metropolitana:** Hospital Maternidade Dr. Arthur Gerhardt, no município de Domingos Martins; Hospital Dr. Jayme Santos Neves, Hospital Antônio Bezerra de Faria e Hospital Evangélico de Vila Velha, situados em Vila Velha; e Hospital Infantil Nossa Senhora da Glória, Hospital São Lucas e Hospital Santa Casa de Misericórdia de Vitória, localizados na capital do estado, Vitória;
- **Região Central:** Hospital Fundação Hospitalar Maternidade São Camilo, em Aracruz; Hospital Maternidade Sílvio Ávidos em Colatina; Hospital Geral de Linhares, no município de mesmo nome; e Hospital Dr. Fernando Serra, em São Gabriel da Palha;

- **Região Norte:** Hospital Dra. Rita de Cássia, em Barra de São Francisco; e Hospital Dr. Roberto Arnizaut Silveiras, em São Mateus.

No total, 14.032 profissionais (médicos, enfermeiros, técnicos) atuam nos atendimentos de saúde de referência à população da AEM, conforme detalha a Quadro 4-14.

Quadro 4-14: Hospitais públicos de referência à população da AEM.

MUNICÍPIO	UF	HOSPITAL DE REFERÊNCIA	Nº DE PROFISSIONAIS
Teixeira de Freitas	BA	Hospital Municipal de Teixeira de Freitas	507
Teixeira de Freitas	BA	Hospital São Paulo	48
Teixeira de Freitas	BA	Hospital Sobrasa	49
Teixeira de Freitas	BA	SULMED	39
Teixeira de Freitas	BA	UMMI – Unidade Municipal Materno Infantil	173
Porto Seguro	BA	Hospital Navegantes	32
Porto Seguro	BA	Hospital Regional Deputado Luís Eduardo Magalhaes	718
Porto Seguro	BA	NEUROCCOR	66
Vitória da Conquista	BA	ANDRO Hospital Urológico	121
Vitória da Conquista	BA	HCC – Hospital de Clínica de Conquista	114
Vitória da Conquista	BA	Hospital Geral de Vitória da Conquista	680
Vitória da Conquista	BA	Hospital São Geraldo	262
Vitória da Conquista	BA	Hospital São Vicente de Paulo	1.211
Vitória da Conquista	BA	IBR Hospital	361
Vitória da Conquista	BA	SAMUR	411
Vitória da Conquista	BA	UNIMEC	254
Itapetinga	BA	Hospital Cristo Redentor	221
Almenara	MG	Hospital Deraldo Guimarães	260
Jacinto	MG	Hospital Bom Pastor	49
Nanuque	MG	Hospital e Maternidade Gecy Gomes	53
Nanuque	MG	Hospital e Pronto Socorro Municipal Renato Azeredo	169
Domingos Martins	ES	Hospital Maternidade Dr. Arthur Gerhardt	180
Vila Velha	ES	Hospital Dr. Jayme Santos Neves	-
Vila Velha	ES	Hospital Antônio Bezerra de Farias	557
Vila Velha	ES	Hospital Evangélico de Vila Velha	1.295
Vitória	ES	Hospital Infantil Nossa Senhora da Glória	1.300
Vitória	ES	Hospital São Lucas – Hospital Estadual de Urgência e Emergência	1.540
Vitória	ES	Hospital Santa Casa de Misericórdia de Vitória	1.209
Aracruz	ES	Fundação Hospitalar Maternidade São Camilo	206
Colatina	ES	Hospital e Maternidade Sílvio Ávidos	425
Linhares	ES	Hospital Geral de Linhares	631
São Gabriel da Palha	ES	Hospital Dr. Fernando Serra	-
Barra de São Francisco		Hospital Dra. Rita de Cássia	279
São Mateus		Hospital Dr. Roberto Arnizaut Silveiras	612

Fonte: CNES, 2021.

4.5.2.1.5 Educação

O direito à educação no Brasil é abordado em norma constitucional e considerado como uma das principais responsabilidades do Estado para com seus cidadãos. A educação surge na Constituição Federal de 1988 no art. 205, que define a educação como sendo direito de todos e dever do Estado e da família. Para tanto, deve ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A educação brasileira é regida pela União, por meio do Ministério da Educação (MEC), que tem como área de competência a política nacional de educação no âmbito da educação básica, educação superior, educação especial, educação profissional e educação de jovens e adultos. Com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição Federal, o Plano Nacional de Educação (PNE) se insere no contexto educacional, por meio da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

A legislação vigente determina que o sistema educacional brasileiro deve ser gerido e organizado por cada nível de governo, por meio da manutenção, que gere fundos, bem como os mecanismos e fontes de recursos financeiros.

Na prática, o sistema educacional brasileiro é dividido em três níveis educacionais: o Ensino Fundamental, gratuito para todos e obrigatório para crianças entre as idades de 6 e 14 anos; o Ensino Médio, também gratuito, mas não obrigatório, com a presença de infraestrutura educacional gerido pelo governo e por entes privados, concessionários dessa gestão; e, por fim, o Ensino Superior ou graduação, gratuito apenas em universidades públicas.

Nesse sentido, a área de estudo municipal da AEM é organizada a partir de uma infraestrutura educacional que é ofertada à população nas sedes municipais e zonas rurais, por vezes fornecendo alimentação e água filtrada aos alunos, serviços de água, energia, esgoto e coleta de lixo, contemplando dependências como sanitário, cozinha e biblioteca, dispendo de equipamentos (televisão, impressora, aparelho de DVD e copiadora), tecnologia de internet e banda larga, entre outros.

Segundo dados do IBGE (2010), a média da taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade na AEM é 96,80%, onde 866 estabelecimentos de ensino de educação básica da rede pública fazem parte do processo de ensino-aprendizagem da população, sendo São Mateus (93), Colatina (86) e Linhares (80) os municípios com o maior número de instituições de ensino e Lajedão (5), Vereda (5), Serra dos Aimorés (7), Boa Esperança (8), Ibirapuã (8) e Maiquinique (8), aqueles com o menor número, conforme relaciona os dados expressos no Quadro 4-15.

**LT 500 KV POÇÕES III – MEDEIROS NETO II – JOÃO NEIVA 2 E
SUBESTAÇÃO ASSOCIADA**

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA
PROCESSO IBAMA 02001.001772/2021-17
AGOSTO/2021



Quadro 4-15: Dados da educação na AEM.

MUNICÍPIO	UF	TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO DE 6 A 14 ANOS DE IDADE (2010)	IDEB ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (REDE PÚBLICA) (2019)	IDEB ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (REDE PÚBLICA) (2019)	MATRÍCULAS NO ENSINO FUNDAMENTAL (2020)	MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO (2020)	DOCENTES NO ENSINO FUNDAMENTAL (2018)	DOCENTES NO ENSINO MÉDIO (2018)	TOTAL DE ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA – REDE PÚBLICA (2020)
Caatiba	BA	89,90%	5,4	4,1	889	167	60	11	16
Caravelas	BA	95,40%	4,8	3,3	3.238	908	169	27	19
Guaratinga	BA	94,60%	4,2	3,5	3.104	763	763	211	46
Ibirapuã	BA	99,20%	5,1		1.335	304	67	11	8
Itambé	BA	96,00%	3,6	2,8	3.764	985	169	48	33
Itanhém	BA	97,70%	5,1	4,1	2.418	760	193	50	23
Itapetinga	BA	96,80%	4,5	3,6	10.129	2.370	417	177	48
Jucuruçu	BA	91,50%	4,6	3,3	1.556	431	129	20	30
Lajedão	BA	98,70%	4,9	3,5	544	164	45	9	5
Macarani	BA	96,70%	5,1	3,3	2.379	428	178	19	17
Maiquinique	BA	98,10%	4,5	2,7	1.589	256	101	11	8
Medeiros Neto	BA	96,70%	5	3,5	3.402	649	197	36	28
Mucuri	BA	94,10%	4,5	3,2	6.387	1.615	352	77	27
Planalto	BA	97,10%	4,8	3,5	3.863	788	224	38	24
Poções	BA	96,50%	4,7	3,7	7.563	2.040	305	97	34
Vereda	BA	98,10%	4,9	3,5	544	164	45	9	5
Jacinto	MG	97,70%	5,5	3,6	1.643	470	96	59	10
Jordânia	MG	97,40%	5,4	4,1	1.326	560	86	28	10
Nanuque	MG	97,40%	5,7	3,9	4.962	1.332	284	99	25
Santo Antônio do Jacinto	MG	96,40%	5,2	4,3	1.726	570	96	54	13
Serra dos Aimorés	MG	97,50%	5,5	3,7	1.136	285	76	21	7

**LT 500 KV POÇÕES III – MEDEIROS NETO II – JOÃO NEIVA 2 E
SUBESTAÇÃO ASSOCIADA**

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA
PROCESSO IBAMA 02001.001772/2021-17
AGOSTO/2021



MUNICÍPIO	UF	TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO DE 6 A 14 ANOS DE IDADE (2010)	IDEB ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (REDE PÚBLICA) (2019)	IDEB ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (REDE PÚBLICA) (2019)	MATRÍCULAS NO ENSINO FUNDAMENTAL (2020)	MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO (2020)	DOCENTES NO ENSINO FUNDAMENTAL (2018)	DOCENTES NO ENSINO MÉDIO (2018)	TOTAL DE ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA – REDE PÚBLICA (2020)
Boa Esperança	ES	97,50%	5,9	5	2.062	507	137	65	8
Colatina	ES	98,60%	6	4,9	13.860	4.118	729	323	86
João Neiva	ES	98,7 %	6,2	5,4	1.855	294	102	18	10
Linhares	ES	97,70%	5,6	4,5	23.072	5.024	1.131	366	80
Marilândia	ES	97,70%	6,5	5,6	1.493	386	100	30	21
Montanha	ES	98,80%	5,5	4,1	2.786	872	166	89	18
Nova Venécia	ES	98,00%	6,2	5,3	5.980	1.957	422	133	52
Pinheiros	ES	97,40%	5,9	4,6	3.660	639	201	42	19
Rio Bananal	ES	95,40%	5,9	4,8	2.522	503	155	39	24
São Mateus	ES	97,30%	5,5	4,3	16.936	3.710	963	280	93
Vila Valério	ES	96,90%	6,6	5,2	1.897	453	111	27	19

Fonte: Dados do Ideb/Inep, 2019.

Em referência ao Quadro 4-15, o universo de matrículas na AEM totalizou 139.620 no Ensino Fundamental, 34.472 no Ensino Médio, enquanto o número de docentes no Ensino Fundamental foi de 8.269 e no Ensino Médio foi de 2.524.

Nesse cenário, a média do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)¹ nos anos iniciais do Ensino Fundamental foi de 5,2, quando os municípios de Itanhém, Macarani, Medeiros Neto, Vereda, Ibirapuã, Lajedão, Caravelas, Planalto, Poções, Jucuruçu, Mucuri, Maiquinique, Itapetinga, Guaratinga e Itambé apresentaram índices abaixo da média da AEM.

Por sua vez, a média do IDEB relacionado aos anos finais foi de 4,02, com destaque positivo acima da média da AEM para os municípios de Marilândia, João Neiva, Nova Venécia, Vila Valério, Boa Esperança, Colatina, Rio Bananal, Pinheiros, Linhares, Santo Antônio do Jacinto e São Mateus. Ver Foto 4-149 a Foto 4-152.



Foto 4-149: Escola Municipal Augusto de Carvalho. Itapetinga/BA. Data: 31/03/2021. Coordenadas: -15° 15' 1,03", -40° 14' 59,94".



Foto 4-150: Biblioteca Pública Municipal. Itanhém/BA. Data: 22/03/2021. Coordenadas: -17° 10' 15,22", -40° 19' 51,63".

¹ Criado em 2007 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino. É calculado a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Inep.



Foto 4-151: Transporte escolar. Boa Esperança/ES. Data: 14/03/2021. Coordenadas: -18° 32' 27,84\", -40° 17' 26,94\".



Foto 4-152: Biblioteca Pública Municipal. Vereda/BA. Data: 21/03/2021. Coordenadas: -17° 13' 21,47\", -40° 5' 5,92\".

Já as instituições de ensino superior são identificadas na maioria dos municípios que integram a AEM, com exceção de Ibirapuã, Jacuruçu, Lajedão, Maiquinique, Vereda, Jordânia, Santo Antônio do Jacinto e Serra do Aimorés. No total são 183 instituições que se destacam no Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2021), conforme relaciona o Quadro 4-16.

Quadro 4-16: Instituições de Ensino Superior identificadas na AEM.

MUNICÍPIO	UF	NOME DAS PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
Caatiba	BA	Faculdade de Ensino Superior da Cidade de Feira de Santana
Caravelas	BA	Universidade do Estado da Bahia Centro Universitário Internacional (Uninter) Faculdade Multivix Serra
Guaratinga	BA	Universidade Salvador (Unifacs) Universidade Cruzeiro do Sul (Unicsul) Centro Universitário Filadélfia
Ibirapuã	BA	-
Itambé	BA	Universidade Pitágoras (Unopar) Faculdade de Ensino Superior da Cidade de Feira de Santana (Faesf/Unef)
Itanhém	BA	Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) Universidade do Estado da Bahia (Uneb)
Itapetinga	BA	Universidade Salvador Universidade Pitágoras Unopar Universidade Paulista Universidade Federal da Bahia Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia Universidade Cesumar Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano Faculdade de Ensino Superior da Cidade de Feira de Santana Centro Universitário Maurício de Nassau Centro Universitário Internacional Centro Universitário Estácio de Santa Catarina Centro Universitário Dom Pedro II

LT 500 KV POÇÕES III – MEDEIROS NETO II – JOÃO NEIVA 2 E
SUBESTAÇÃO ASSOCIADA

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA
PROCESSO IBAMA 02001.001772/2021-17
AGOSTO/2021



MUNICÍPIO	UF	NOME DAS PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
		Centro Universitário das Américas Centro Universitário Campos de Andrade Centro Universitário Adventista de São Paulo
Jacuruçu	BA	-
Lajedão	BA	-
Macarani	BA	Universidade Pitágoras Unopar Centro Universitário Cidade Verde (UniFCV)
Maiquinique	BA	-
Medeiros Neto	BA	Universidade do Estado da Bahia Centro Universitário Sant'Anna Centro Universitário Dom Pedro II
Mucuri	BA	Universidade Pitágoras Unopar Universidade Estácio De Sá Universidade Cesumar Faculdade Multivix Serra Faculdade Educacional Da Lapa Centro Universitário FACVEST
Planalto	BA	Faculdade Sucesso Faculdade de Ensino Superior da Cidade de Feira de Santana
Poções	BA	Universidade Santo Amaro Universidade Pitágoras Unopar Universidade Paulista Universidade Cidade de São Paulo Faculdade Educacional da Lapa Faculdade de Ensino Superior da Cidade de Feira de Santana Centro Universitário Maurício de Nassau Centro Universitário Dom Pedro II Centro Universitário Cidade Verde
Vereda	BA	-
Jacinto	MG	Faculdade Futura Faculdade Educamais Faculdade Dom Alberto
Jordânia	MG	-
Nanuque	MG	Universidade Pitágoras Unopar Universidade Paulista Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri Universidade Estácio de Sá Universidade do Estado de Minas Gerais Universidade Cesumar Faculdade Multivix Serra Faculdade Multivix São Mateus Faculdade de Nanuque Centro Universitário Internacional Centro Universitário de Caratinga
Santo Antônio do Jacinto	MG	-
Serra do Aimorés	MG	-
Boa Esperança	ES	Faculdade Multivix Serra

LT 500 KV POÇÕES III – MEDEIROS NETO II – JOÃO NEIVA 2 E
SUBESTAÇÃO ASSOCIADA

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA
PROCESSO IBAMA 02001.001772/2021-17
AGOSTO/2021



MUNICÍPIO	UF	NOME DAS PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
Colatina	ES	Centro Universitário Anhanguera Pitágoras Ampli Centro Universitário Adventista de São Paulo Universidade Vila Velha Universidade Salvador Universidade Potiguar Universidade Pitágoras Unopar Universidade Paulista Universidade Federal do Espírito Santo Universidade Estácio de Sá Universidade de Uberaba Universidade de Cuiabá Universidade Cruzeiro do Sul Universidade Cesumar Universidade Católica de Brasília Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo Faculdade Multivix Serra Faculdade De Ciências, Educação, Saúde, Pesquisa E Gestão Faculdade CENSUPEG Faculdade Castelo Branco Centro Universitário UniBTA Centro Universitário Senac Centro Universitário Projeção Centro Universitário Internacional Centro Universitário Favip Wyden Centro Universitário FACVEST Centro Universitário do Espírito Santo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas Centro Universitário das Américas Centro Universitário Campos de Andrade
João Neiva	ES	Universidade Paulista
Linhares	ES	Centro Universitário Estácio de Santa Catarina Centro Universitário de Araras Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas Centro Universitário das Américas Centro Universitário Claretiano Centro Universitário Campos de Andrade Centro Universitário Avantis Centro Universitário Anhanguera Pitágoras Ampli Universidade Vila Velha Universidade Santo Amaro Universidade Salvador Universidade Pitágoras Unopar Universidade Paulista Universidade Federal do Espírito Santo Universidade de Franca Universidade de Cuiabá Universidade Cesumar Universidade Católica de Brasília Universidade Anhembi Morumbi

**LT 500 KV POÇÕES III – MEDEIROS NETO II – JOÃO NEIVA 2 E
SUBESTAÇÃO ASSOCIADA**

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA
PROCESSO IBAMA 02001.001772/2021-17
AGOSTO/2021



MUNICÍPIO	UF	NOME DAS PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
		Universidade Anhanguera Instituto Federal De Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo Faculdade Unina Faculdade Única de Ipatinga Faculdade Prominas de Montes Claros Faculdade Pitágoras de Linhares Faculdade Multivix Serra Faculdade Educacional da Lapa Faculdade de Ensino Superior de Linhares
Marilândia	ES	Faculdade Multivix Serra Centro Universitário Internacional"
Montanha	ES	Universidade Federal do Espírito Santo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo Faculdade Multivix Serra Faculdade Educamais
Nova Venécia	ES	Universidade Vila Velha Universidade Pitágoras Unopar Universidade Federal do Espírito Santo Universidade Estácio de Sá Universidade de Uberaba Universidade Cruzeiro do Sul Universidade Cesumar Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo Faculdade Multivix Nova Venécia Escola Superior Aberta do Brasil Centro Universitário Favip Wyden Centro Universitário de Rio Preto
Pinheiros	ES	Universidade Santo Amaro Universidade Pitágoras Unopar Universidade Paulista Universidade Federal do Espírito Santo Universidade de Franca Universidade Cesumar Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo Faculdade Multivix Serra Faculdade de Ensino Superior da Cidade de Feira de Santana Centro Universitário Estácio de Santa Catarina Centro Universitário Campos de Andrade"
Rio Bananal	ES	Universidade Santo Amaro Universidade Pitágoras Unopar Faculdade Multivix Serra Faculdade Educacional da Lapa Faculdade de Tecnologia CNA Centro Universitário São Lucas
São Mateus	ES	Faculdade Multivix São Mateus Centro Universitário Anhanguera Pitágoras Ampli Centro Universitário Campos de Andrade Centro Universitário Cidade Verde

MUNICÍPIO	UF	NOME DAS PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
		Centro Universitário das Américas Centro Universitário de Excelência Eniac Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto Centro Universitário Facvest Centro Universitário Favip Wyden Centro Universitário Sant' Anna Centro Universitário Senac Faculdade Conectada Faconnect Escola Superior Aberta do Brasil Faculdade Multivix Serra Faculdade Vale Do Cricaré Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo Universidade Cesumar Universidade de Cuiabá Universidade Estácio de Sá Universidade Federal do Espírito Santo Universidade Paulista Universidade Pitágoras Unopar Universidade Salvador Universidade Santo Amaro Universidade Vilha Velha
Vila Valério	ES	Universidade Salvador Faculdade Multivix Serra

Fonte: Ministério da Educação – Sistema e-MEC, 2021.

Por outro lado, o ensino profissionalizante está presente na AEM por meio das 101 escolas identificadas no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), as quais ofertam cursos técnicos nas áreas de agroindústria, alimentos, nutrição e dietética, segurança do trabalho, informática, análises clínicas, eletrotécnica, enfermagem, radiologia, administração, agroecologia, manutenção e técnico em informática, mecânica, metalúrgica, saúde bucal, contabilidade, edificação, eletrônica, florestas, química, agente comunitário de saúde, logística, recursos humanos, agropecuária, comércio, finanças, cozinha, meio ambiente, estética, zootecnia, biblioteconomia, modelagem do vestuário, secretaria escolar, vestuário, contabilidade, automação industrial, marketing, tradução em libras, agronegócio, designer de interiores, paisagismo, vendas, fruticultura, entre outros (Quadro 4-17).

Quadro 4-17: Instituições de educação profissional e tecnológica presentes na AEM.

MUNICÍPIO	UF	INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
Caravelas	BA	Colégio Polivalente de Caravelas
Itambé	BA	Colégio Estadual Polivalente de Itambé
Itanhém	BA	Colégio Polivalente de Itanhém
Itapetinga	BA	Colégio Estadual Alfredo Dutra Colégio e Curso Dinâmico Escola Aplicação Colégio Polivalente de Itapetinga Universidade Pitágoras Unopar Instituto Federal Baiano - Campus Itapetinga

LT 500 KV POÇÕES III – MEDEIROS NETO II – JOÃO NEIVA 2 E
SUBESTAÇÃO ASSOCIADA

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA
PROCESSO IBAMA 02001.001772/2021-17
AGOSTO/2021



MUNICÍPIO	UF	INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
		Escola Técnica de Enfermagem
Medeiros Neto	BA	CETEP de Medeiros Neto
Mucuri	BA	SENAI - Mucuri SENAI CETIND Mucuri SECE - Sistema de Ensino e Consultoria Educacional CENTROTEC Filial
Poções	BA	Poções - GAA Gestão de Empreendimentos Acadêmicos - Polo Poções Colégio Politécnico Florence Nathingale Colégio Politécnico Altamirando Monteiro
Jacinto	MG	Escola Estadual do Havaí Escola Estadual Alípio de Moraes Escola Estadual Prof. Estêvão Araújo
Jordânia	MG	Escola Estadual de Jordânia
Nanuque	MG	Escola Estadual Joseph Stalim Romano Educandário Carlos Drumond de Andrade Campus UNEC de Nanuque Escola Estadual Antônio Batista da Mota
Santo Antônio do Jacinto	MG	Escola Estadual Clemente da Rocha Bandeira Escola Estadual do Povoado de Cristianópolis
Serra dos Aimorés	MG	Escola Estadual Vanda Reuter Escola Família Agrícola de Serra dos Aimorés
Boa Esperança	ES	Boa Esperança PED - Maria Bolsanello Me - Polo Boa Esperança EEEFM Antônio dos Santos Neves MEPES Escola Família Agrícola de Ensino Médio e Educação Profissional de Boa Esperança CEIER de Boa Esperança
Colatina	ES	Núcleo de Formação Profissional em Colatina - Senac EECOR - Escola Estadual Comunitária Rural de Colatina Escola Técnica Evolução - Evotec Centro Universitário do Espírito Santo – Unesc Universidade Pitágoras Unopar Instituto Federal do Espírito Santo - Campus Itapina EEEFM Geraldo Vargas Nogueira EEEFM Rubens Rangel Centro de Educação Profissional Albano Franco - Senai Centro Universitário Internacional Uninter EEEFM Lions Club de Colatina Instituto Federal do Espírito Santo - Campus Colatina Senat Escola Técnica Itecbrazil
João Neiva	ES	EEEFM João Neiva CEET Talmo Luiz Silva
Linhares	ES	Faculdade Pitágoras de Linhares - Campus: Unidade Sede Centro de Educação Profissional Eurico de Aguiar Salles

MUNICÍPIO	UF	INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
		<p>EEEFM Polivalente de Linhares I CEEFMTI Bartouvino Costa Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial Linhares Centro de Educação Profissional Eurico de Aguiar Salles - Senai Centro Universitário Internacional - Pap Linhares EEEM Emir de Macedo Gomes Escola Técnica de Linhares EEEFM Manoel Salustiano de Souza Instituto Federal do Espírito Santo - Campus Linhares EEEM Antonieta Banhos Fernandes EEEM Santana Morosini Cupertino Centro Universitário Leonardo da Vinci - Polo de Apoio Presencial Universidade Pitágoras Unopar Cristo Rei Educacional</p>
Marilândia	ES	<p>EEEFM Pe. Antônio Volkers MEPES Escola Família Agrícola de Marilândia</p>
Montanha	ES	<p>EEEFM Dom José Dalvit Instituto Federal Do Espírito Santo - Campus Montanha MEPES - Escola Família Agrícola de Vinhático EEEFM Dom José Dalvit</p>
Nova Venécia	ES	<p>ETEC - Escola Técnica - Unidade Nova Venécia MEPES Escola Família Agrícola de Chapadinha EEEM Dom Daniel Comboni EEEM Maria Dalva Gama Bernabé Instituto Federal do Espírito Santo - Campus Nova Venécia Faculdade Capixaba de Nova Venécia - Unidade Nova Venécia EEEFM José Zamprogno</p>
Pinheiros	ES	<p>EEEM Nossa Senhora de Lourdes</p>
Rio Bananal	ES	<p>EEEFM Bananal MEPES Escola Família Agrícola de Rio Bananal</p>
São Mateus	ES	<p>Centro Profissional e Tecnológico Conhecer Núcleo de Educação Profissional de São Mateus EEEFM Marita Motta Santos EEEFM Córrego de Santa Maria Escola Master Instituto Federal do Espírito Santo - Campus São Mateus SENAT – São Mateus Colégio Conhecer EEEFM Américo Silveiras Faculdade Vale do Cricaré EEEM Ceciliano Abel de Almeida EEEFM Santo Antônio EEEFM Nestor Gomes</p>

MUNICÍPIO	UF	INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
		Faculdade Norte Capixaba de São Mateus - Campus São Mateus Centro de Educação Profissional São Mateus Escola Técnica Samatec Empresa Norte Capixaba de Ensino Pesquisa e Extensão Centro de Educação Profissional Técnica de São Mateus
Vila Valério	ES	EEEM Atílio Vivácqua

Fonte: SISTEC – MEC, 2021.

Por fim, com relação à taxa de analfabetismo, os municípios de Guaratinga (36), Jucuruçu (32,8), Caatiba (31) e Vereda (30,3) são aqueles que apresentam as maiores taxas, enquanto João Neiva (6,8), Colatina (7,9), Linhares (9,1) e São Mateus (9,6), exibem os menores índices, conforme exibe o Quadro 4-18.

Nos chama a atenção as altas taxas de analfabetismo registradas nos municípios desta análise. O Brasil em 2019, segundo o IBGE, detinha a taxa total de 6,6% de sua população de analfabetos, o estado de Minas Gerais tinha 5,8%, Espírito Santo 5,3%, e o estado da Bahia, apresentava o alto índice de 13% de analfabetos. No universo dos municípios em avaliação, chegamos a índices de até 32% de analfabetismo em Jucuruçu/BA, 28,3% no município mineiro de Santo Antônio do Jacinto/MG e Montanha/ES com 17,2%, o que demonstra maior vulnerabilidade destas populações localizadas, graças a ausência da educação formal, principalmente entre Minas Gerais e Bahia.

Quadro 4-18: Taxa de analfabetismo na AEM.

MUNICÍPIO	UF	TAXA DE ANALFABETISMO (%)
Caatiba	BA	31,0
Caravelas	BA	26,4
Guaratinga	BA	36,0
Ibirapuã	BA	23,0
Itambé	BA	26,2
Itanhém	BA	23,8
Itapetinga	BA	14,6
Jucuruçu	BA	32,8
Lajedão	BA	24,2
Macarani	BA	28,8
Maiquinique	BA	27,3
Medeiros Neto	BA	23,8
Mucuri	BA	19,7
Planalto	BA	29,4
Poçoões	BA	26,2
Vereda	BA	30,3
Jacinto	MG	28,1
Jordânia	MG	22,3
Nanuque	MG	14,8
Santo Antônio do Jacinto	MG	28,3

MUNICÍPIO	UF	TAXA DE ANALFABETISMO (%)
Serra dos Aimorés	MG	19,5
Boa Esperança	ES	15,5
Colatina	ES	7,9
João Neiva	ES	6,8
Linhares	ES	9,1
Marilândia	ES	12,7
Montanha	ES	17,2
Nova Venécia	ES	11,8
Pinheiros	ES	15,6
Rio Bananal	ES	13,5
São Mateus	ES	9,6
Vila Valério	ES	13,5

Fonte: Taxa de analfabetismo segundo Município. Datasus, 2010.

4.5.2.1.6 Estrutura viária

A estrutura viária integra a rede viária multimodal existente na AEM, dentre as quais estão as ferrovias, as hidrovias, os portos e as rodovias relacionadas a seguir.

4.5.2.1.6.1 Ferrovias

A principal ferrovia identificada nas imediações próximas da diretriz preferencial da LT faz parte da rede logística, composta de ferrovias, navios e portos para o transporte de minério de ferro, calcário, carvão mineral, ferro-gusa, aço, coque, farelo de soja, escória, derivados de petróleo, cimento e celulose. Denominada Estrada de Ferro Vitória-Minas, a ferrovia é operada pela Vale, com trechos que cruzam o empreendimento, variando de 0 a 55,94 km de distância da LT, conforme ilustra a Figura 4-17.

LT 500 KV POÇÕES III – MEDEIROS NETO II – JOÃO NEIVA 2 E
SUBESTAÇÃO ASSOCIADA

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA
PROCESSO IBAMA 02001.001772/2021-17
AGOSTO/2021

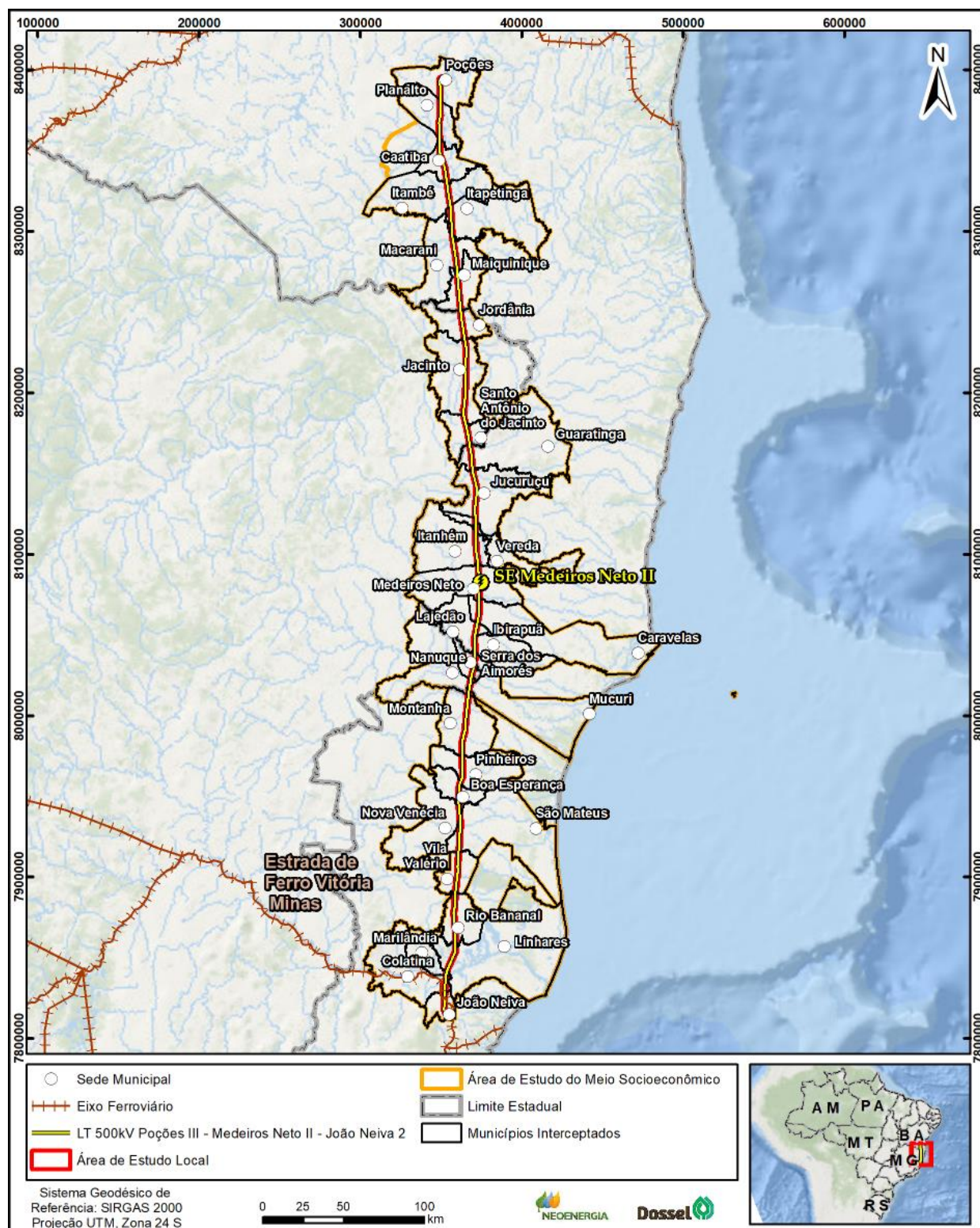


Figura 4-17: Ferrovias identificadas na AEM.

4.5.2.1.6.2 Hidrovias

No território da AEM o sistema hidroviário é representado pelas hidrovias Rio Doce (HDC-001), Rio Jequitinhonha (HJJ-001) e Rio Pardo (HPD-009), as quais interceptam o empreendimento nos municípios de Marilândia, Jacinto e na divisa do limites territoriais de Itapetinga e Macarani, respectivamente, conforme detalha o *status* das hidrovias no Quadro 4-19 e mostram a Figura 4-18 e a Figura 4-19.

Quadro 4-19: Hidrovias existentes na AEM.

NOME	PNV OFICIAL	SITUAÇÃO	OBSERVAÇÃO
Rio Doce	HDC-001	Trecho navegável principal	Intercepta a LT no município de Marilândia
Rio Jequitinhonha	HJJ-001	Trecho de navegação inexpressível	Intercepta a LT no município de Jacinto
Rio Pardo	HPD-009	Trecho de navegação inexpressível	Intercepta a LT na divisa dos municípios de Itapetinga e Macarani

LT 500 KV POÇÕES III – MEDEIROS NETO II – JOÃO NEIVA 2 E
SUBESTAÇÃO ASSOCIADA

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA
PROCESSO IBAMA 02001.001772/2021-17
AGOSTO/2021

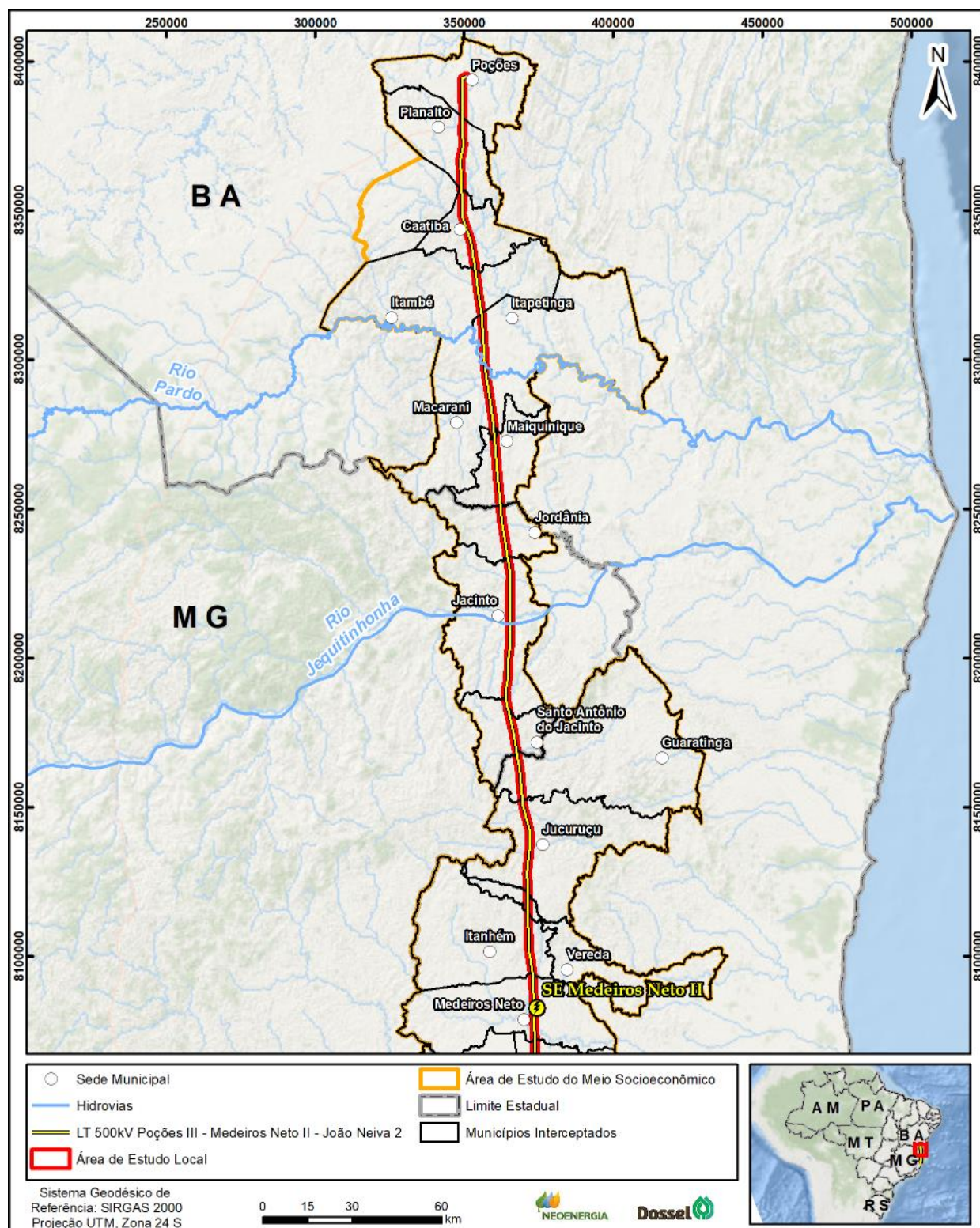


Figura 4-18: Hidrovias identificadas na AEM.

LT 500 KV POÇÕES III – MEDEIROS NETO II – JOÃO NEIVA 2 E
SUBESTAÇÃO ASSOCIADA

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA
PROCESSO IBAMA 02001.001772/2021-17
AGOSTO/2021

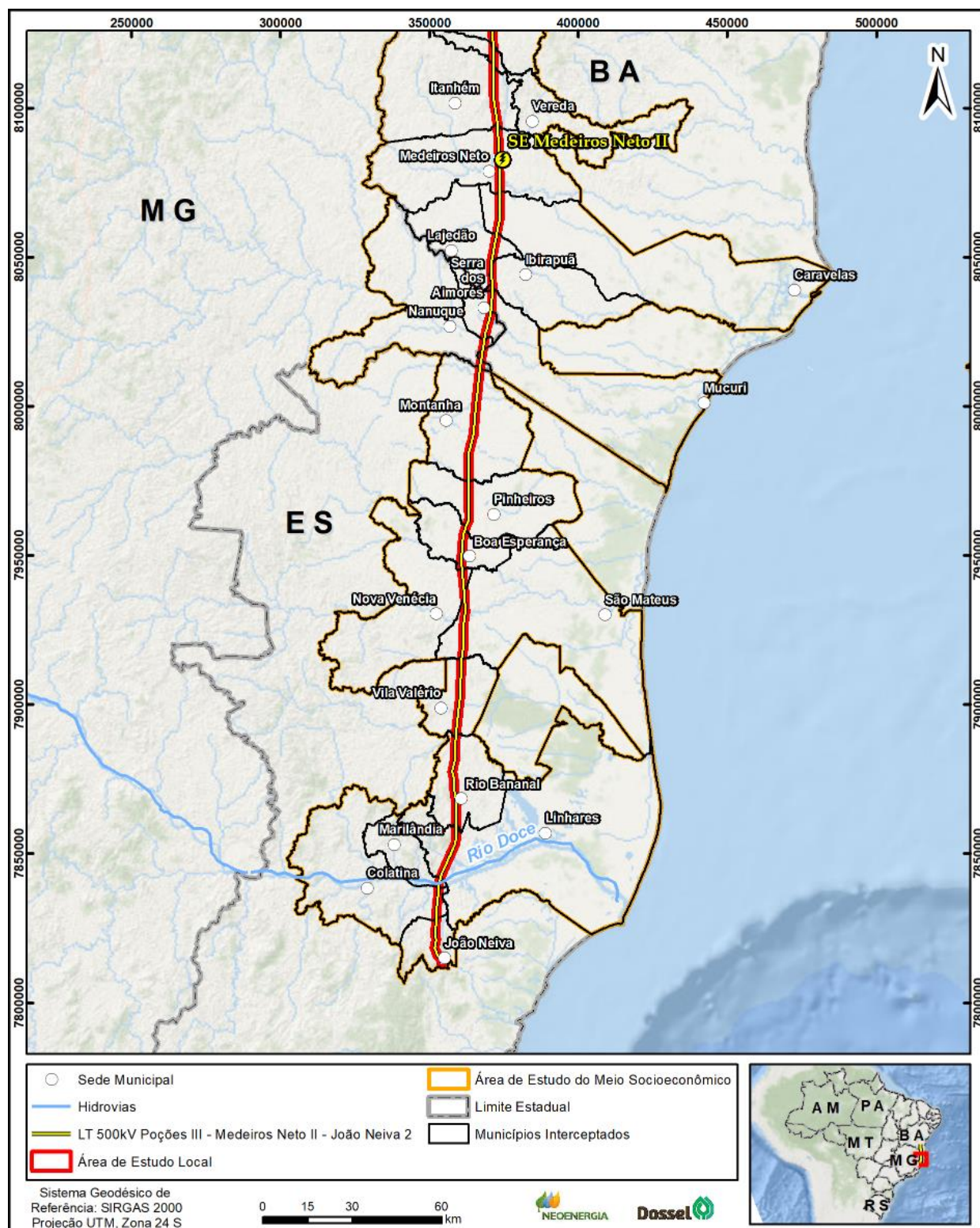


Figura 4-19: Hidrovias identificadas na AEM.

4.5.2.1.6.3 Portos

Na AEM, os portos condizem com as áreas à beira-mar utilizadas para atracação de barcos e navios. Situados nos municípios de Linhares, São Mateus e Caravelas, os três portos identificados na AEM encontram-se distantes 60,55 km, 61,37 km e 105,99 km, respectivamente, da LT, conforme detalha o Quadro 4-20 e ilustra a Figura 4-20.

Quadro 4-20: Portos identificados na AEM.

NOME	MUNICÍPIO	UF	CLASSE	AUTORIZAÇÃO	DISTÂNCIA DA LT (km)
Regência	Linhares	ES	Terminal marítimo	DNIT	60,55
TUP Norte Capixaba	São Mateus	ES	Terminais de uso privativo ANTAQ	Petrobras Transporte S.A. – Transpetro	61,37
TUP Aracruz	Caravelas	BA	Terminais de uso privativo ANTAQ	Aracruz Celulose S.A.	105,99

Fonte: PNLT, 2010.

LT 500 KV POÇÕES III – MEDEIROS NETO II – JOÃO NEIVA 2 E
SUBESTAÇÃO ASSOCIADA

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA
PROCESSO IBAMA 02001.001772/2021-17
AGOSTO/2021

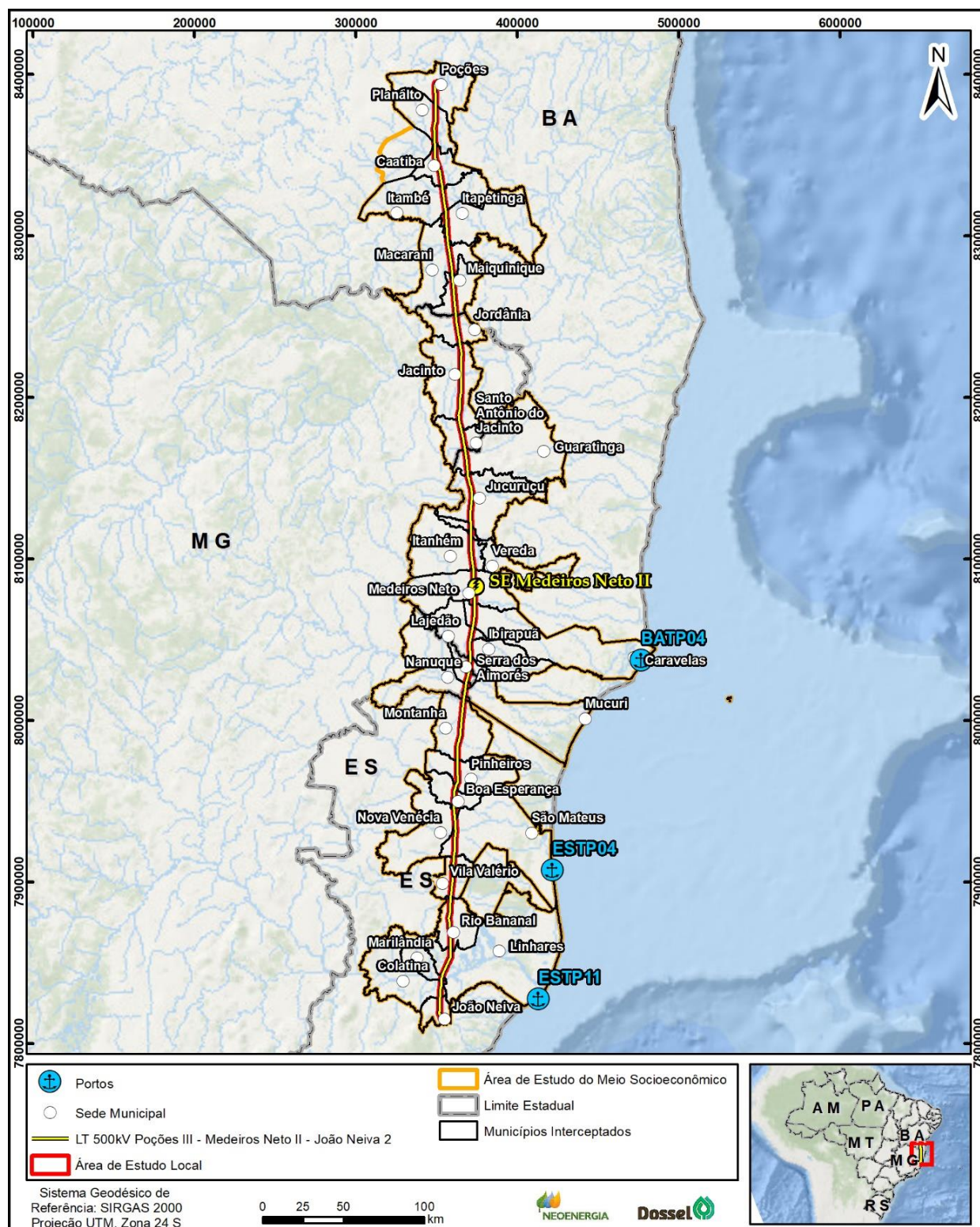


Figura 4-20: Portos identificados na AEM.

4.5.2.1.6.4 Rodovias

Nos limites da AEM a malha rodoviária se destaca pela presença de rodovias federais (7), estadual/distrital (24), municipal (1) e desconhecidas (3), totalizando 35 rodovias que permitem o tráfego de veículos de passeio, caminhões, ônibus e carretas com condições que variam entre os municípios.

Dentre as rodovias federais estão a BR-116, BR-259, BR-367, BR-381, BR-418 e LMG-634. Já sob a esfera estadual, são evidenciadas a BA-126, BA-130, BA-263, BA-270, BA-284, BA-290, BA-640, BA-643, BA-646, BA-690, BA-693, BA-699, BA-953, ES-130, ES-209, ES-245, ES-248, ES-313, ES-315, ES-344, ES-356, ES-358, ES-360 e MG-405 e outras não identificadas, conforme elenca o Quadro 4-21 abaixo e ilustram a Figura 4-21 e a Figura 4-22.

Quadro 4-21: Rodovias na AEM.

TIPO	JURISDIÇÃO	CÓDIGO
Outros	Desconhecida	–
Rodovia	Desconhecida	–
Rodovia	Desconhecida	–
Rodovia	Estadual/distrital	BA-126
Rodovia	Estadual/distrital	BA-130
Rodovia	Estadual/distrital	BA-263
Rodovia	Estadual/distrital	BA-270
Rodovia	Estadual/distrital	BA-284
Rodovia	Estadual/distrital	BA-290
Rodovia	Estadual/distrital	BA-640
Rodovia	Estadual/distrital	BA-643
Rodovia	Estadual/distrital	BA-646
Rodovia	Estadual/distrital	BA-690
Rodovia	Estadual/distrital	BA-693
Rodovia	Estadual/distrital	BA-699
Rodovia	Estadual/distrital	BA-953
Rodovia	Estadual/distrital	ES-130
Rodovia	Estadual/distrital	ES-209
Rodovia	Estadual/distrital	ES-245
Rodovia	Estadual/distrital	ES-248
Rodovia	Estadual/distrital	ES-313
Rodovia	Estadual/distrital	ES-315
Rodovia	Estadual/distrital	ES-344
Rodovia	Estadual/distrital	ES-356
Rodovia	Estadual/distrital	ES-358
Rodovia	Estadual/distrital	ES-360
Rodovia	Estadual/distrital	MG-405
Rodovia	Federal	–
Rodovia	Federal	BR-116
Rodovia	Federal	BR-259
Rodovia	Federal	BR-367

**LT 500 KV POÇÕES III – MEDEIROS NETO II – JOÃO NEIVA 2 E
SUBESTAÇÃO ASSOCIADA**

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA

PROCESSO IBAMA 02001.001772/2021-17

AGOSTO/2021



TIPO	JURISDIÇÃO	CÓDIGO
Rodovia	Federal	BR-381
Rodovia	Federal	BR-418
Rodovia	Federal	LMG-634
Rodovia	Municipal	–

LT 500 KV POÇÕES III – MEDEIROS NETO II – JOÃO NEIVA 2 E
SUBESTAÇÃO ASSOCIADA

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA
PROCESSO IBAMA 02001.001772/2021-17
AGOSTO/2021

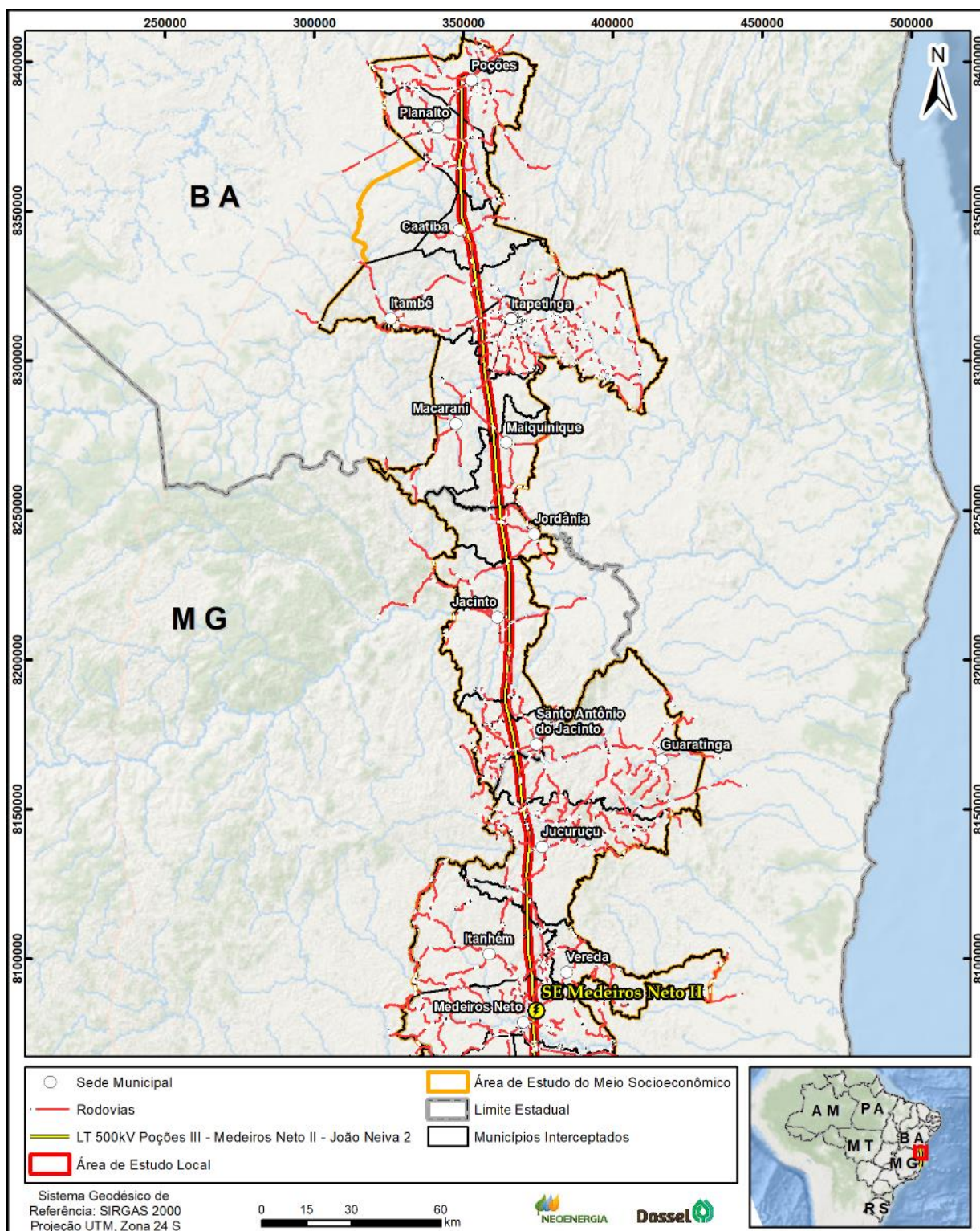


Figura 4-21: Rodovias identificadas na AEM.

LT 500 KV POÇÕES III – MEDEIROS NETO II – JOÃO NEIVA 2 E
SUBESTAÇÃO ASSOCIADA

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA
PROCESSO IBAMA 02001.001772/2021-17
AGOSTO/2021

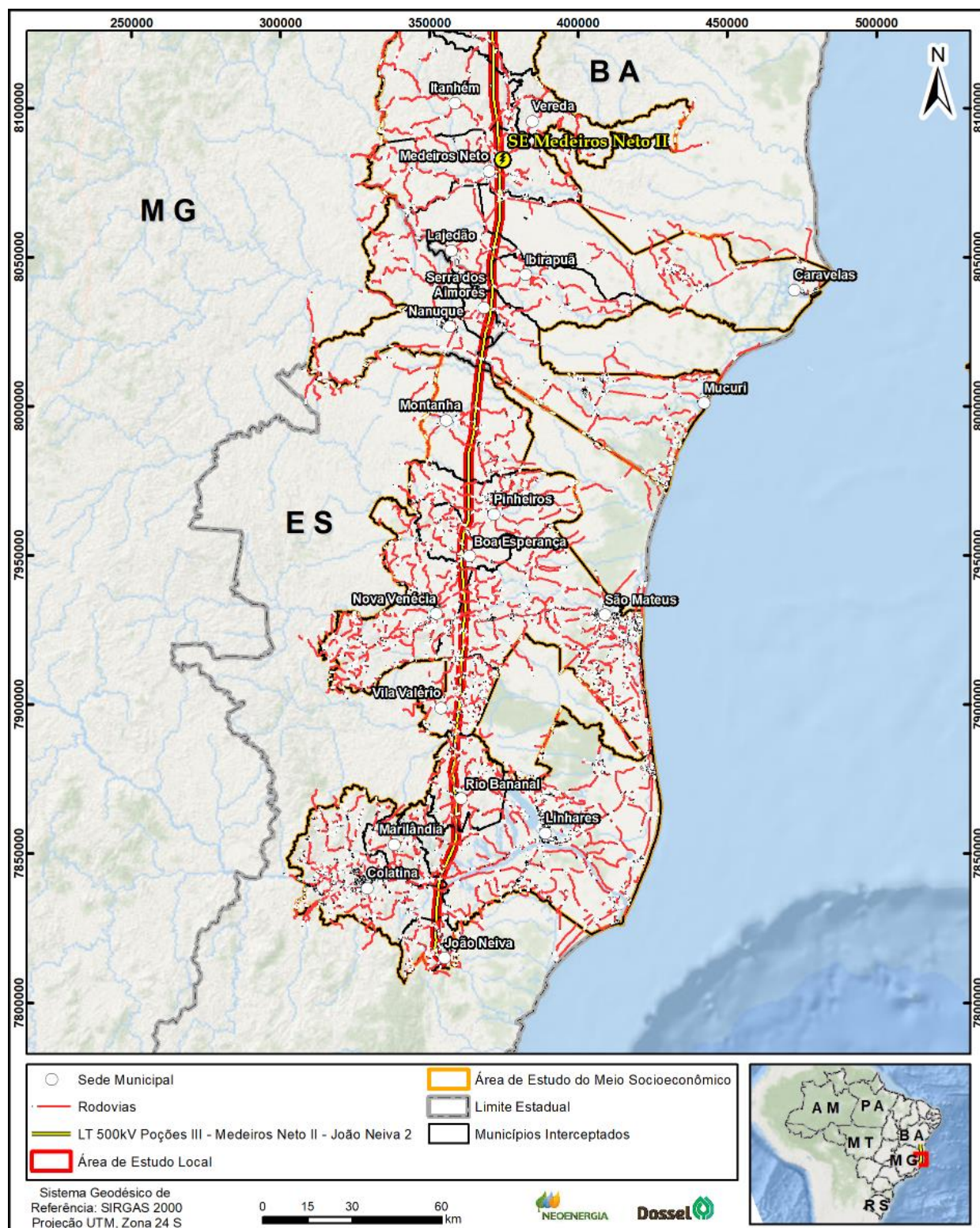


Figura 4-22: Rodovias identificadas na AEM.

4.5.2.1.7 *Comunicação e informação*

Os meios de comunicação e informação são caracterizados por instrumentos analógicos ou digitais que possibilitam transmitir conteúdos codificados, representados por textos, imagens, áudios, entre outros. Além dos meios de comunicação que fizeram parte da história, como o telefone, o rádio, a televisão e os jornais, atualmente, o processo de transmissão da informação conta com a internet como aliada, permitindo a troca de informações com rapidez e facilidade.

Considerando os meios de comunicação e informação em destaque na AEM, o presente diagnóstico registrou as informações a partir dos dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e dados primários coletados em campo. De acordo com MUNIC (2014), o mercado editorial encontra-se estruturado nos municípios da AEM, de forma atender às demandas do empreendimento por meio de jornais, revistas, rádios AM e FM e emissoras locais, conforme expõe os dados relacionados no Quadro 4-22.

LT 500 KV POÇÕES III – MEDEIROS NETO II – JOÃO NEIVA 2 E
SUBESTAÇÃO ASSOCIADA

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA
PROCESSO IBAMA 02001.001772/2021-17
AGOSTO/2021



Quadro 4-22: Meios de comunicação na AEM.

MUNICÍPIO	UF	JORNAL IMPRESSO LOCAL	REVISTA IMPRESSA LOCAL	RÁDIO AM LOCAL	RÁDIO FM LOCAL	RÁDIO COMUNITÁRIA	GERADORA DE TV	PROVEDOR DE INTERNET	CANAIS DE TV ABERTA CAPTADOS
Caatiba	BA	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	1
Caravelas	BA	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim	Mais de 5
Guaratinga	BA	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	3
Ibirapuã	BA	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	2
Itambé	BA	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	5
Itanhém	BA	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	3
Itapetinga	BA	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	4
Jacuruçu	BA	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Mais de 5
Lajedão	BA	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	2
Macarani	BA	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim	4
Maiquinique	BA	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	4
Medeiros Neto	BA	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim	4
Mucuri	BA	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim	3
Planalto	BA	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	4
Poções	BA	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	5
Vereda	BA	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	2
Jacinto	MG	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	3
Jordânia	MG	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Mais de 5
Nanuque	MG	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Mais de 5
Santo Antônio do Jacinto	MG	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	4
Serra dos Aimorés	MG	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim	4
Boa Esperança	ES	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Mais de 5

**LT 500 KV POÇÕES III – MEDEIROS NETO II – JOÃO NEIVA 2 E
SUBESTAÇÃO ASSOCIADA**

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA
PROCESSO IBAMA 02001.001772/2021-17
AGOSTO/2021



MUNICÍPIO	UF	JORNAL IMPRESSO LOCAL	REVISTA IMPRESSA LOCAL	RÁDIO AM LOCAL	RÁDIO FM LOCAL	RÁDIO COMUNITÁRIA	GERADORA DE TV	PROVEDOR DE INTERNET	CANAIS DE TV ABERTA CAPTADOS
Colatina	ES	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	4
João Neiva	ES	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	5
Linhares	ES	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Mais de 5
Marilândia	ES	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim	5
Montanha	ES	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Mais de 5
Nova Venécia	ES	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	4
Pinheiros	ES	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim	1
Rio Bananal	ES	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	2
São Mateus	ES	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	1
Vila Valério	ES	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Mais de 5

Fonte: MUNIC. IBGE, 2018.

Na AEM os principais jornais que veiculam as notícias locais e da região estão representados no estado da Bahia pelos jornais *Isto é Notícia* e *Jornal Alerta*, vinculando notícias do extremo sul do estado. Já no estado de Minas Gerais, a difusão da notícia é realizada, em especial, por intermédio do jornal *Em Tempo* e *Jornal do Vale Nanuque*. E, por fim, no estado do Espírito Santo, entre os jornais em destaque estão: o *Diário do Noroeste*, em Colatina; o *Diário de Notícias*, *Correio do Estado* e o jornal *O Pioneiro*, em Linhares; o *Norte Notícias*, em Montanha; o jornal *A Notícia NV*, em Nova Venécia; o jornal *O Capixaba*, em Pinheiros e região do extremo norte do estado; e a *Folha Acadêmica Notícias* e *Tribuna do Cricaré*, em São Mateus.

Dentre as principais rádios de frequência AM estão a Rádio Nova Jornal 660 AM e a Rádio Fascinação 1080 AM, em Itapetinga, e a Rádio SIM 1120 AM, em São Mateus. Entra as rádios com faixa de transmissão FM estão as seguintes: Rádio Melodia Conquista, em Caatiba, Rádio Comunitária Liberdade, em Ibirapuã, Rádio Luz FM 104.9, em Itambé, Rádio Vida Nova 104.9 FM, em Itapetinga, Associação de Radiodifusão Comunitária da Comunidade Cabocla do Distrito de Coqueiro, em Jucuruçu, Rádio Lajedão 104.9 FM, em Lajedão, Rádio Família FM 104.9, em Macarani, Rádio Maiquinique 104.9 FM, em Maiquinique, Rádio Liberdade 104.9 FM, em Medeiros Neto, Rádio Planalto FM 87.9, em Planalto, Rádio Comunitária Liberdade 87.9 FM, em Poções, Rádio Vereda 87.9 FM, em Vereda, Rádio Povo FM 87.9, em Jacinto, Rádio Alternativa 87.9 FM, em Jordânia, Rádio Social 104.9 FM, em Nanuque, Rádio Nova 87.9 FM, em Boa Esperança, Rádio Atitude 87.9 FM, em Linhares, Rádio Cidade 87.9 FM, em Marilândia, Rádio Montanha 87.9 FM, em Montanha; Rádio Faixa Comunitária 87.9 FM, em São Mateus; Caravelas FM Web Rádio, em Caravelas; Rádio Ibirajá FM, em Itanhém; Rádio Ativa Digital, em Itapetinga; Rádio Lajedão 104.9 FM, em Lajedão; Rádio Liberdade 104.9 FM, em Medeiros Neto; Rádio Abrolhos 104.5 FM, em Mucuri; Rádio Vereda 87.9 FM, em Vereda; Rádio Povo 99.5 FM, em Poções; Rádio Povo 87.9 FM, em Jacinto; Rádio Divisa 107.1 FM, em Jordânia; Rádio Nanuque 94.5 FM, em Nanuque; Rádio Aymores FM, em Serra dos Aimorés; Rádio Notícia 95.5 FM, em Boa Esperança; Rádio Massa 106.7 FM, em Colatina; Rádio SIM 106.1 FM, em Linhares; Rádio Cidade 87.9 FM, em Marilândia; Rádio Montanha 87.9 FM, em Montanha; Rádio Nova Onda 99.3 FM, em Nova Venécia; Rádio SIM 102.1 FM, em Pinheiros; Rádio Mania 87.9 FM, em Rio Bananal; e Rádio SIM 96.7 FM, em São Mateus.

No que tange à disponibilidade de provedor de internet, apenas os municípios de Ibirapuã, Lajedão, Vereda, Jacinto, Jordânia e Montanha não dispõem de provedor de internet. E, com relação ao número de canais TV aberta captados no município, cabe destaque para os municípios de Caatiba, Pinheiros e São Mateus, com uma única captação, e Caravelas, Jucuruçu, Jordânia, Nanuque, Boa Esperança, Linhares, Montanha e Vila Valério, com a detecção de cinco canais de TV. Porém a média de captação de canais na AEM é de aproximadamente 3,2 canais.

Por vez, a rede de telefonia móvel celular está disponível integralmente na AEM nas tecnologias 2G e 3G, enquanto a tecnologia 4G, que permite a conexão móvel de alta velocidade, inexistente nos municípios de Caatiba, Ibirapuã, Lajedão, Macarani, Vereda, Jordânia e Santo Antônio do Jacinto. Nesse segmento, as empresas de telecomunicação Claro, Nextel, Oi, Tim e Vivo são as prestadoras identificadas em operação na AEM, evidenciando os municípios de Itanhém, Jucuruçu, Maiquinique e Medeiros Neto com a atuação de somente uma operadora sobre seus territórios.

4.5.2.1.8 Terras indígenas

A Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) reconhece a contribuição dos povos indígenas e tribais à diversidade cultural, à harmonia social e ecológica da humanidade. Dessa forma, garante que esses povos deverão gozar plenamente dos direitos humanos e liberdades fundamentais, sem obstáculos nem discriminação, não permitindo o emprego de nenhuma forma de força ou de coerção que viole os direitos e as suas liberdades. Para isso, qualquer forma de contato deverá adotar medidas apropriadas, mediante acordos internacionais.

No Brasil, a autoridade governamental responsável pelas questões acerca da Convenção e por assegurar a garantia dos direitos dos povos indígenas encontra-se representada em especial pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que é igualmente encarregada das atuações garantidoras das políticas indigenistas.

Considerando as terras indígenas cadastradas no banco de dados da FUNAI, seis situam-se nas imediações do empreendimento, sendo a Terra Indígena (TI) Comboios, TI Maxacali e TI Caramuru/Paraguassu os territórios indígenas sob influência dos limites da AEM, e as TIs Tupiniquim, Krenak e Mundo Verde/Cachoeirinha, reveladas nas imediações da AEM, conforme ilustra a Figura 4-23 e a Figura 4-24.

A TI Tupiniquim, TI Comboios e a TI Maxakali, contudo, expõem-se como os territórios indígenas mais próximos da diretriz preferencial da LT, ainda assim, respectivamente afastadas 12,31 km, 27,33 km e 29,44 km da diretiva.

LT 500 KV POÇÕES III – MEDEIROS NETO II – JOÃO NEIVA 2 E
SUBESTAÇÃO ASSOCIADA

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA
PROCESSO IBAMA 02001.001772/2021-17
AGOSTO/2021

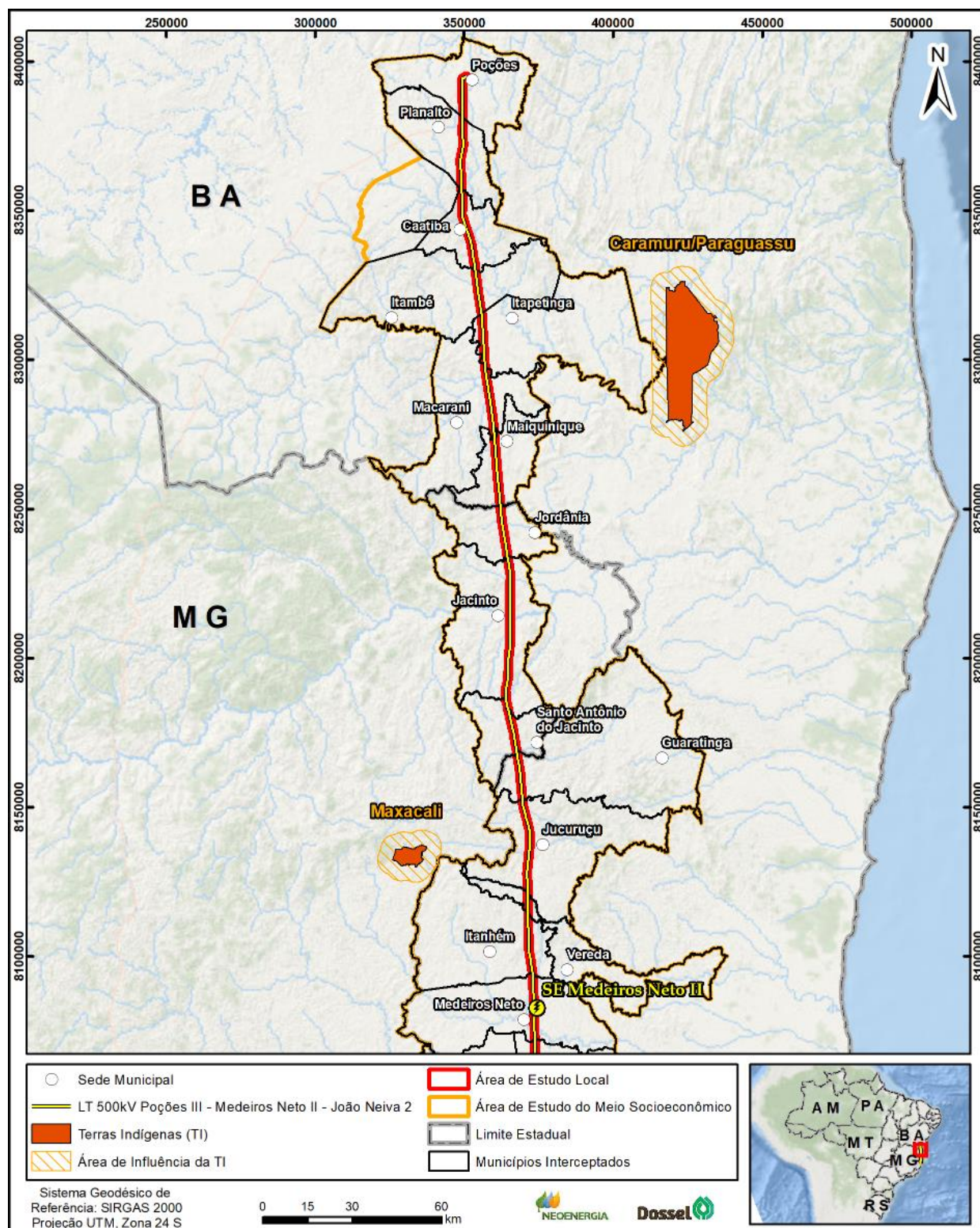


Figura 4-23: Territórios indígenas encontrados na AEM do empreendimento. Fonte: FUNAI, 2020.

LT 500 KV POÇÕES III – MEDEIROS NETO II – JOÃO NEIVA 2
SUBESTAÇÃO ASSOCIADA

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA
PROCESSO IBAMA 02001.001772/2021-17
AGOSTO/2021

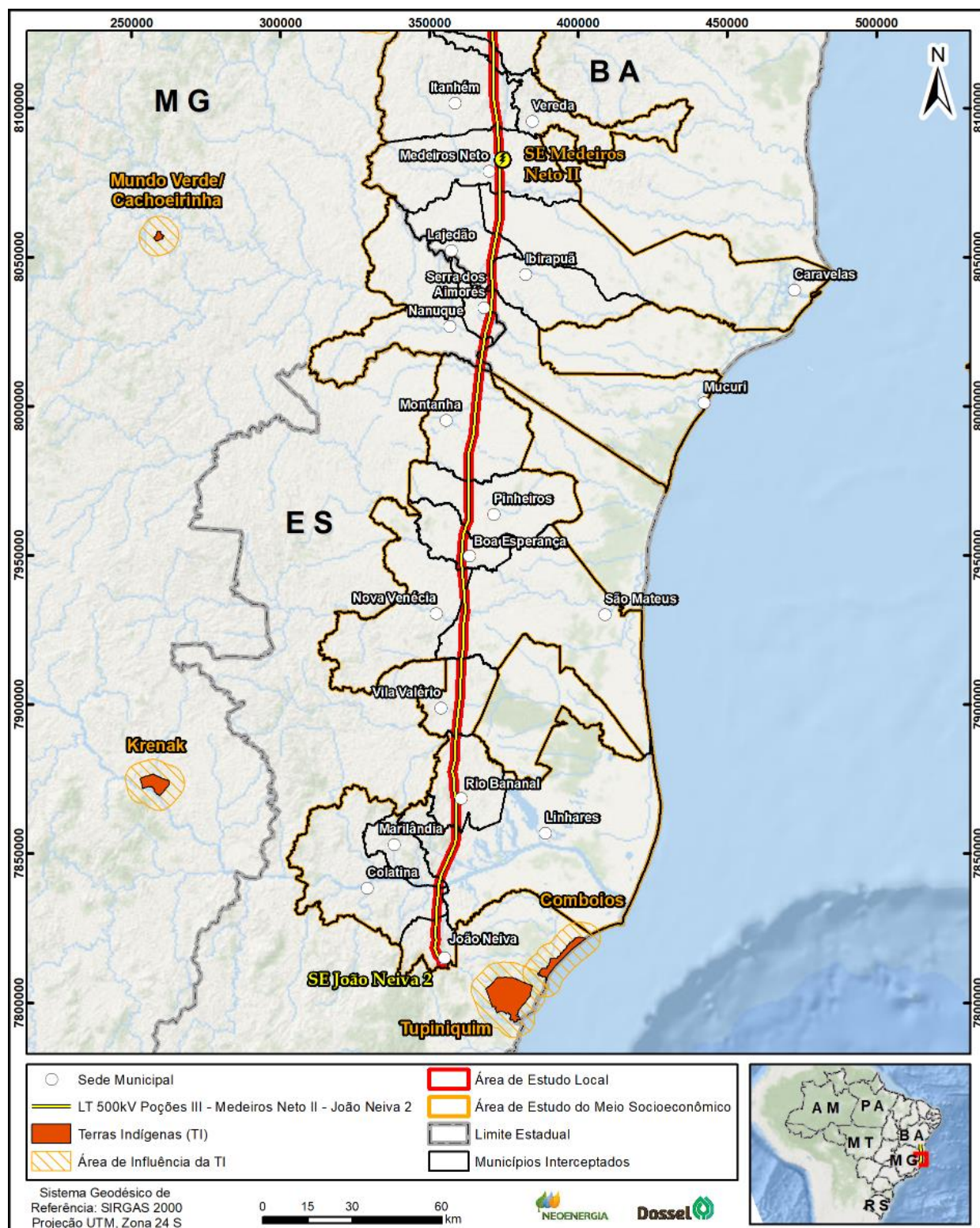


Figura 4-24: Territórios indígenas encontrados na AEM do empreendimento. Fonte: FUNAI, 2020.

Outros destaques relacionados aos territórios indígenas identificados na AEM e imediações do empreendimento e às distâncias da diretriz preferencial da LT seguem correlacionados no Quadro 4-23.

Quadro 4-23: Informações e distâncias dos territórios indígenas identificados mais próximos da AEM do empreendimento.

TERRA INDÍGENA	ETNIA	ÁREA (HA)	POPULAÇÃO	MUNICÍPIO	SITUAÇÃO	DISTÂNCIA DA LT (km)
Tupiniquim	Tupiniquim	14.282	2.464	Aracruz/ES	Registrada no CRI e/ou SPU	12,31
Comboios	Guarani e Tupiniquim	3.872	534	Aracruz/ES	Registrada no CRI e/ou SPU	27,33
Maxakali	Maxakali	5.305	1.555	Santa Helena de Minas/MG e Bertópolis/MG	Registrada no CRI e/ou SPU	29,44
RI Caramuru/Paraguassu	Pataxó Hã-Hãe	54.000	2.801	Pau Brasil/BA, Itaju do Colônia/BA e Camacan/BA	Reservada	52,78
Krenak	Krenak	4.039	343	Resplendor/MG	Registrada no CRI e/ou SPU	89,91
Mundo Verde/Cachoeirinha	Maxakali	606,1916		Teófilo Otoni/MG	Reservada	105,2

Fonte: Instituto Socioambiental (ISA), 2021.

4.5.2.1.9 Terras quilombolas

Valendo-se do que preconiza a mesma Convenção nº 169 da OIT, anteriormente citada, para os territórios quilombolas, atualmente a principal legislação de proteção ambiental para as comunidades quilombolas são os termos que preconizam a portaria interministerial nº 60 de 2015. Ademais, a partir do Decreto N° 10.252, de fevereiro de 2020 o INCRA também foi nomeado como o órgão interveniente responsável pelo processo de licenciamento ambiental de Territórios Quilombolas.

Nos termos do Decreto nº 4.887, de 20/11/2003, as comunidades quilombolas são “grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”. Sendo assim, a caracterização desses grupos é atestada mediante autodefinição da própria comunidade.

Nesse contexto, os territórios quilombolas “são terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural”, que, por sua vez, são identificadas, reconhecidas, delimitadas, demarcadas e tituladas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e assistidas e acompanhadas pela FCP, para fins de garantia da preservação da identidade cultural dos remanescentes de quilombos, bem como para subsídios a trabalhos técnicos quando houver contestação ao procedimento de identificação e reconhecimento previsto nesse decreto.

No que tange ao licenciamento ambiental, a Portaria Interministerial nº 60, de 24/12/2015, considera a terra quilombola aquela área ocupada por remanescentes das comunidades dos quilombos, devidamente reconhecida por um Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), documento que aborda informações cartográficas, fundiárias, agrônômicas, ecológicas, geográficas, socioeconômicas, históricas e antropológicas.

Na AEM do empreendimento foram identificadas seis comunidades quilombolas (CQs), porém somente duas, sem RTIDs emitidos, localizam-se a uma distância de até 5 km, a saber: CQ Santa Luzia – Barreado, situada no município de Montanha; e CQ Jussara, localizada em Caatiba.

Outras CQs são detectadas nas imediações da LT e, por vezes, apresentam suas respectivas áreas de influência sobre o território da AEM. Entre as CQs situadas nas imediações da LTE estão a CQ São Pedro, a CQ Serraria e São Cristóvão, a CQ Marobá dos Teixeira, a CQ São Domingos, a CQ São Jorge, a CQ Linharinho, a CQ Barreiro do Rio Pardo, a CQ Mumbuca, a CQ Velame, a CQ Marques e a CQ Iúna, conforme ilustra, a Figura 4-25 e a Figura 4-26.

As comunidades mais próximas ao empreendimento estão situadas a 1,4 km e 3,77 km de distância da diretriz preferencial da LT, sendo, nesta ordem, a CQ Santa Luzia – Barreado e a CQ Jussara. Porém, nenhuma das duas possui RTID devidamente publicado e assim não são enquadradas nos termos da portaria interministerial de nº 60 de 2015.

Popularmente conhecida como Barreado, a CQ Santa Luzia está localizada em Córrego Barreado, ainda distante da sede municipal de Montanha, onde vivem 15 famílias. O sistema produtivo de base agroecológica é praticado pela comunidade com o acompanhamento técnico do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER).

Por intermédio da Associação de Produtores do Quilombo Santa Luzia, os produtos da comunidade são vendidos na feira livre do município de Montanha, onde a banca do Quilombo Santa Luzia se destaca com a maior diversidade de alimentos e produtos agroecológicos. Atualmente, a meta da comunidade é alcançar o certificado orgânico, fornecendo alimentos saudáveis aos seus clientes (INCAPER, 2020).

Para fins de desenvolvimento local, em 2020 a CQ Santa Luzia recebeu da Agência de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedorismo do Estado (Aderes) um kit farinha contendo equipamentos para o beneficiamento da farinha de mandioca, possibilitando o aumento da produção e a da qualidade do produto, gerando trabalho e renda para a CQ Santa Luzia.

Por fim, localizada no município de Caatiba, a CQ Jussara tem aproximadamente 50 famílias habitando a pequena extensão territorial e poucas são as referências sobre essa comunidade.

Após a verificação das informações por meio secundário das comunidades, o empreendedor buscou detalhamento junto ao INCRA do processo de licenciamento, questionando se as comunidades acima descritas haveriam de ser estudadas por meio de ordenamento específico junto ao INCRA. Por meio da Carta C21-EKTT7-124 (SEI 8112825) o empreendedor apresenta a presença dessas comunidades e questiona o órgão acerca dos procedimentos necessários para o devido licenciamento. Frente à carta, o órgão emitiu **OFÍCIO Nº 44047/2021/GABT-1/GABT/GAB/P/SEDE/INCRA-INCRA (SEI 9450954) no dia 15/07/2021 manifestando: “[...] considerando o que estabelece a Portaria em pauta, este Órgão Agrário se manifesta pelo não óbice quanto ao prosseguimento do processo de licenciamento ambiental.”**

Portanto, apesar da presença das comunidades, como não possuem RTID, não poderá haver processo específico junto ao órgão, sendo a responsabilidade do empreendedor a garantia dos direitos dessas comunidades correlatas as demais reconhecidas e aferidas ao longo das atividades de campo. Sugere-se

que ambas as comunidades sejam tidas como prioritárias ao longo das atividades de programas ambientais.

Mais informações sobre as CQs identificadas na AEM e nas imediações do projeto da LT estão expressas no Quadro 4-24.

LT 500 KV POÇÕES III – MEDEIROS NETO II – JOÃO NEIVA 2 E
SUBESTAÇÃO ASSOCIADA

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA
PROCESSO IBAMA 02001.001772/2021-17
AGOSTO/2021

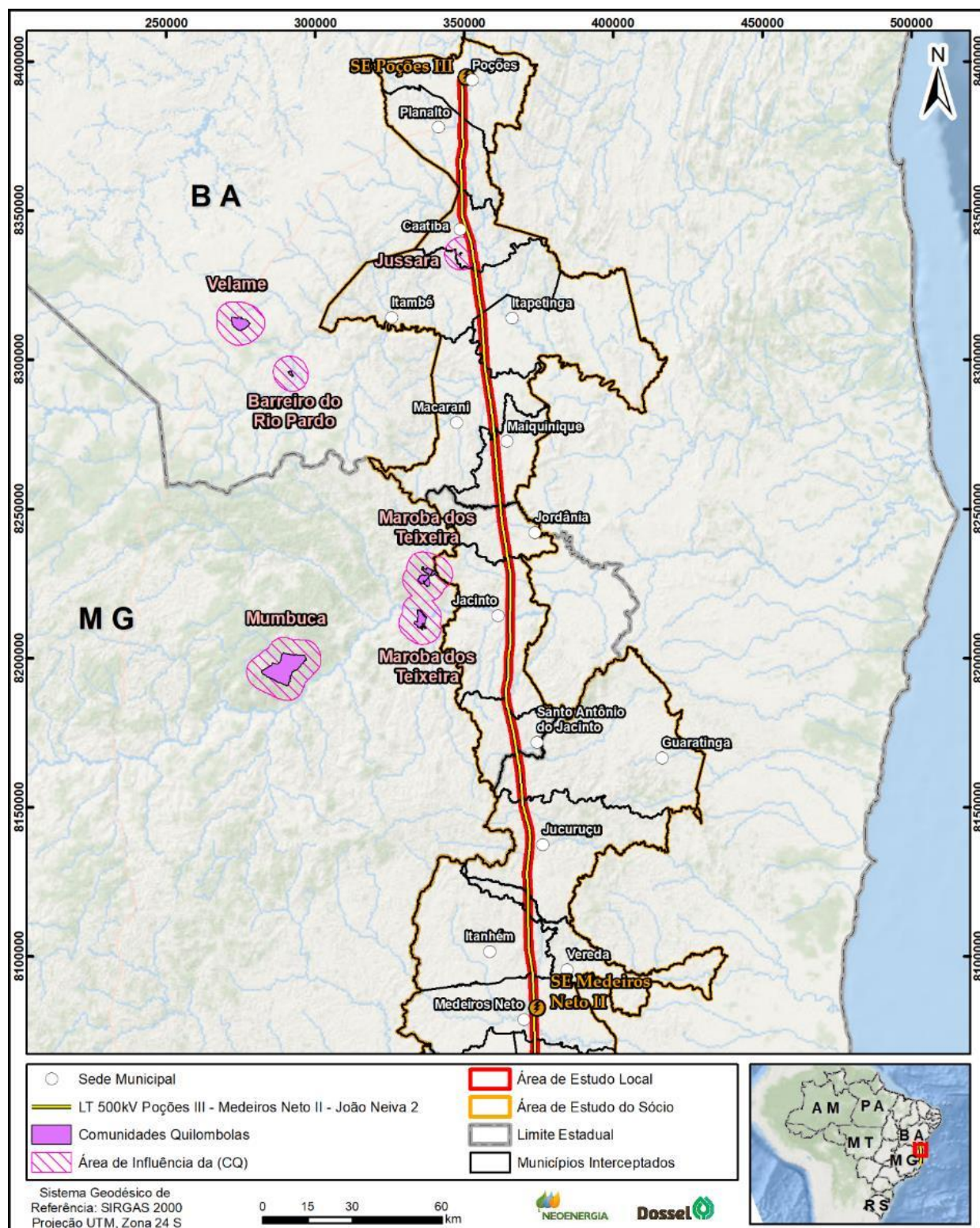


Figura 4-25: Comunidades quilombolas identificadas na AEM. Fonte: INCRA, 2020.

LT 500 KV POÇÕES III – MEDEIROS NETO II – JOÃO NEIVA 2 E
SUBESTAÇÃO ASSOCIADA

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA
PROCESSO IBAMA 02001.001772/2021-17
AGOSTO/2021

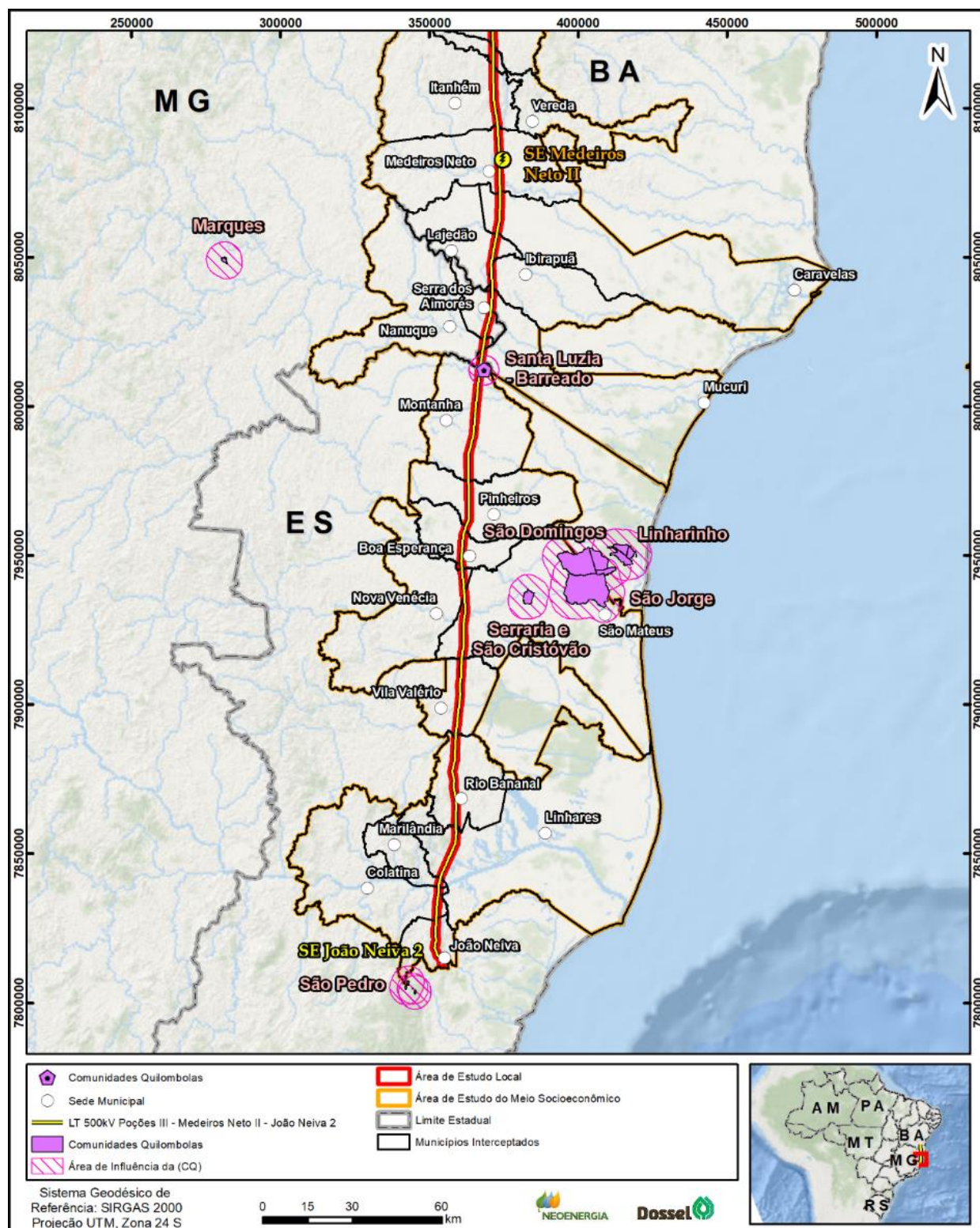


Figura 4-26: Comunidades quilombolas identificadas na AEM. Fonte: INCRA, 2020.

**LT 500 KV POÇÕES III – MEDEIROS NETO II – JOÃO NEIVA 2 E
SUBESTAÇÃO ASSOCIADA**

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA
PROCESSO IBAMA 02001.001772/2021-17
AGOSTO/2021



Quadro 4-24: Informações das comunidades quilombolas identificadas na AEM e nas imediações do empreendimento.

MUNICÍPIO	UF	COMUNIDADE	Nº PROCESSO NA FCP	DATA DA ABERTURA	ETAPA ATUAL PROCESSO FCP	Nº DA PORTARIA	DATA DA PORTARIA NO DOU	Nº PROCESSO INCRA	ETAPA DO PROCESSO DE TITULAÇÃO	DISTÂNCIA DA DIRETRIZ DA LT (km)
Montanha	ES	CQ Santa Luzia – Barreado	01420.004272/2016-76	05/05/2016	Certificada	90/2017	14/02/2017	–	–	1,40
Caatiba	BA	CQ Jussara	01420.013565/2014-82	23/10/2014	Certificada	19/2015	02/02/2015	–	–	3,44
Ibiraçu	ES	São Pedro	01420.000268/2006-67	10/02/2006	Certificada	08/2006	12/05/2006	54340.000584/2005-12	CDRU	12,63
Ibiraçu	ES	São Pedro	01420.000268/2006-67	10/02/2006	Certificada	08/2006	12/05/2006	54340.000584/2005-12	CDRU	12,77
Ibiraçu	ES	São Pedro	01420.000268/2006-67	10/02/2006	Certificada	08/2006	12/05/2006	54340.000584/2005-12	CDRU	12,95
São Mateus	ES	Serraria e São Cristóvão	01420.000167/2006-96	30/01/2006	Certificada	15/2006	28/07/2006	54340.000582/2005-15	Decreto no DOU	19,50
Almenara	MG	Marobá dos Teixeiras	01420.000056/2009-22	12/01/2009	Certificada	43/2009	05/05/2009	54170.000671/2009-94	RTID	24,06
Conceição da Barra e São Mateus	ES	São Domingos	01420.002150/2005-92	26/07/2005	Certificada	44/2005	06/12/2005	54340.000581/2005-71	RTID	12,63
São Mateus e Conceição da Barra	ES	São Jorge	01420.002077/2005-59	31/08/2005	Certificada	39/2005	30/09/2005-R	54340.000042/2005-31	RTID	12,77
Conceição da Barra	ES	Linharinho	01420.002079/2005-48	31/08/2005	Certificada	39/2005	30/09/2005	54340.001431/2012-11	RTID	12,95
Vitória da Conquista	BA	Barreiro do Rio Pardo	01420.015960/2011-57	30/11/2011	Certificada	229/2012	31/12/2012	54160.001343/2013-19	-	64,41
Jequitinhonha	MG	Mumbuca	01420.000657/2004-21	28/04/2004	Certificada	35/2004	10/12/2004	54170.003745/2005-11	RTID	67,60
Vitória da Conquista	BA	Velame	–	–	–	–	–	–	–	77,27
Carlos Chagas e Teófilo Otoni	MG	Marcos	01420.001695/2005-81	26/07/2005	Certificada	28/2005	12/09/2005-R	54170.001467/2006-48	Decreto no DOU	88,54
Lençóis	BA	Iúna	01420.002394/2005-75	03/10/2005	Certificada	44/2005	06/12/2005	54160.003870/2010-15	RTID	237,53

LT 500 KV POÇÕES III – MEDEIROS NETO II – JOÃO NEIVA 2 E
SUBESTAÇÃO ASSOCIADA

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA
PROCESSO IBAMA 02001.001772/2021-17
AGOSTO/2021



Fonte: Fundação Cultural Palmares, 2021.

4.5.2.1.10 Patrimônio histórico, cultural, arqueológico e paisagístico

O presente subitem pretende identificar e caracterizar as áreas de valor histórico, cultural, arqueológico e paisagístico existentes na área de influência indireta (AEM) da LT, reconhecidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), órgão público responsável pela preservação e divulgação do patrimônio material e imaterial do país.

Para melhor compreensão das tratativas exercidas com o IPHAN, visando o atendimento ao Termo de referência específico, segue abaixo segue o histórico do processo referente ao Projeto em questão: 03/03/2021 - O empreendimento em questão foi enquadrado, em função de suas características e de acordo com o Termo de Referência Específico Nº 13 CNL/GAB PRESI/PRESI (SEI IPHAN 2512299), como empreendimento Nível IV para fins do licenciamento do componente cultural; 23/03/2021 – Protocolo do Projeto de Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico – PAPIPA – (SEI IPHAN 2570099); 16/04/2021 – Despacho nº 212/2021 COPEL/CNA/DEPAM (SEI IPHAN 2611039) aprovando o PAPIPA; 16/04/2021 – Publicação no Diário Oficial da União da Portaria nº 27, de 16 de abril de 2021 (SEI IPHAN 2616852); e por fim, em 27/04/2021 – A Coordenação Nacional de Licenciamento (CNL) enviou para o empreendedor e coordenador do projeto o Ofício Nº 1866/2021/CNL/GAB PRESI/PRESI-IPHAN (SEI IPHAN 2627077), no qual há a manifestação quanto a aprovação do projeto e publicação de portaria.

4.5.2.1.10.1 Patrimônio histórico

O Decreto-Lei nº 25, de 30/11/1937, considera o patrimônio histórico e artístico nacional como sendo “o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”.

Entre os patrimônios históricos de relevância listados oficialmente pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), não há registro de qualquer patrimônio material tombado na AEM.

Entretanto, o Sítio Histórico do Porto de São Mateus foi tombado pelo Conselho Estadual de Cultura (CEC) por meio da Resolução nº 01/1976, cuja regulamentação das diretrizes para as intervenções nos espaços públicos, lotes e edificações integrantes da Área de Proteção do Ambiente Cultural (APAC) de São Mateus se encontram descritas na Resolução CEC Nº 001/2010 (Foto 4-153 e Foto 4-154). O referido Sítio histórico dista cerca de 45 km do traçado proposto para o empreendimento.



Foto 4-153: Ruínas da Igreja Velha. Sítio Histórico do Porto de São Mateus. São Mateus, Espírito Santo. Data: 13/03/2021. Coordenadas: -18° 42' 55,91", -39° 51' 30,19".



Foto 4-154: Ruínas da Igreja Velha. Sítio Histórico do Porto de São Mateus. São Mateus, Espírito Santo. Data: 13/03/2021. Coordenadas: -18° 42' 55,91", -39° 51' 30,19".

4.5.2.1.10.2 Patrimônio cultural

No âmbito do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), realizado pelo IPHAN (2009) para a identificação dos bens culturais imateriais, o município de São Mateus/ES se destaca na AEM por meio do INRC – Comunidades Quilombolas do Norte do Espírito Santo e INRC – Jongo no Sudeste.

O INRC – Comunidades Quilombolas do Norte do Espírito Santo, o qual abrange o território quilombola Sapê do Norte, o Sertão de Itaúnas e o Sertão de São Mateus, evidencia ainda um conjunto de localidades, entre as quais estão Divino Espírito Santo, Serraria e São Cristóvão, São Jorge, Nova Vista e Chiado, Dilô Barbosa (município de São Mateus), Comunidade das Barreiras, Porto Grande e Córrego do Alexandre, Roda d'Água, Povoado de Santana, Linharinho, Comunidade Quilombola de São Domingos, Quilombo do Angelim, Córrego do Sertão e Sertão de Itaúnas (Santa Isabel e Dona Guilherminda), situado no município de Conceição da Barra.

Além disso, entre os bens vinculados às celebrações no INRC Comunidades Quilombolas do Norte do Espírito Santo estão o Baile dos Congos de São Benedito/Ticumbi e Reis de Bois, assim como os saberes tradicionais das Casas de Farinha, com a produção artesanal de farinha e beiju.

Por outro lado, o INRC – Jongo no Sudeste (IPHAN, 2005) faz referência aos grupos de jongo de São Mateus, entre outros, que traduz uma forma de expressão afro-brasileira que integra percussão de tambores feitos a partir de troncos de madeira e couro de animais, dança coletiva rodando, pulando ou arrastando os pés, e práticas de magia, que geralmente acontece nas festas dos santos católicos e divindades afro-brasileiras, festas juninas, no Divino e em 13 de maio, Dia da Abolição da Escravatura. É também considerado como uma forma de louvação aos antepassados, consolidação de tradições e afirmação de identidades.

4.5.2.1.10.3 Patrimônio arqueológico

O patrimônio arqueológico é protegido pela Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, e considera os seguintes bens materiais de natureza arqueológica: as jazidas de qualquer natureza, origem e finalidade; os sítios nos quais se encontram vestígios de ocupação pelos paleoameríndios, tais como grutas, lapas e abrigos sob rocha; os sítios como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou aldeamento com vestígios humanos; e as inscrições rupestres ou sulcos de polimentos de utensílios, entre outros vestígios de atividades de paleoameríndios. Sendo assim, os sítios arqueológicos têm proteção legal e, quando reconhecidos, devem ser cadastrados no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA).

Na AEM 100 sítios arqueológicos são identificados dentro dos limites municipais sob influência do empreendimento, conforme relaciona o Quadro 4-25 e ilustram a Figura 4-27 e a Figura 4-28.

Quadro 4-25: Sítios arqueológicos identificados na AEM.

CNSA	NOME DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO	MUNICÍPIO	UF	DISTÂNCIA DA LT (km)
ES00325	Mangueiras	Marilândia	ES	0,29
BA00756	Cachoeira Catabriga	Itanhém	BA	4,39
BA00712	Juracitaba	Medeiros Neto	BA	9,03
ES00324	Platô Verde	Linhares	ES	9,77
BA00751	Duas Barras	Vereda	BA	12,64
BA00722	Jucuruçu I	Jucuruçu	BA	13,73
BA00725	Jucuruçu II	Jucuruçu	BA	13,83
BA00550	Senzala da Fazenda de Benjamin Piro	Mucuri	BA	19,78
BA00547	Cachoeira Numerada	Ibirapuã	BA	22,08
BA00549	Cemitério da Fazenda Caixa de Pedra	Ibirapuã	BA	23,42
ES00212	Dilô Barbosa	São Mateus	ES	23,70
ES00202	Boa Esperança	São Mateus	ES	26,43
ES00342	Graciosa	Linhares	ES	26,85
ES00078	Perobas	Linhares	ES	27,98
BA00718	Santa Clara 1	Vereda	BA	28,38
ES00166	Fazenda Tabatinga	São Mateus	ES	30,16
BA00719	Santa Clara 2	Vereda	BA	31,14
BA00546	Fazenda Jacaré	Mucuri	BA	31,56
ES00073	Córrego Jacarandá V	São Mateus	ES	32,17
ES00103	Córrego Jacarandá I	São Mateus	ES	32,70
ES00071	Córrego Jacarandá III	São Mateus	ES	32,74
ES00072	Córrego Jacarandá IV	São Mateus	ES	32,87
ES00070	Córrego Jacarandá II	São Mateus	ES	32,97
ES00322	Córrego do Sapato 1	São Mateus	ES	35,98
ES00236	Ocorrência São José	São Mateus	ES	38,39
ES00161	São Jorge I	São Mateus	ES	40,99
ES00074	São Jorge II	São Mateus	ES	41,71
ES00159	Dois Irmãos	São Mateus	ES	42,29
ES00129	Fazenda Córrego Grande	São Mateus	ES	43,69
ES00158	BR	São Mateus	ES	44,37
ES00157	Lagoinha	São Mateus	ES	44,74

**LT 500 KV POÇÕES III – MEDEIROS NETO II – JOÃO NEIVA 2 E
SUBESTAÇÃO ASSOCIADA**ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA
PROCESSO IBAMA 02001.001772/2021-17
AGOSTO/2021

CNSA	NOME DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO	MUNICÍPIO	UF	DISTÂNCIA DA LT (km)
ES00130	Rancho de Telha	São Mateus	ES	45,55
ES00156	Cedro	São Mateus	ES	45,74
ES00132	Colônia 2	São Mateus	ES	46,29
ES00131	Fazenda Pardo Suíço	São Mateus	ES	46,48
ES00128	Colônia 1	São Mateus	ES	46,57
ES00155	Fazenda São Paulo 1	São Mateus	ES	46,61
ES00127	Três Porteiras	São Mateus	ES	46,77
ES00091	Fazenda São Paulo 2	São Mateus	ES	47,25
ES00125	Água Preta	São Mateus	ES	47,28
ES00160	Fazenda Cerejeira 1	São Mateus	ES	47,42
ES00170	Açaí	São Mateus	ES	47,50
ES00122	Sapucaia 1	São Mateus	ES	47,67
ES00117	Córrego Chiado 1	São Mateus	ES	48,29
ES00136	Fazenda Rio Preto 1	São Mateus	ES	48,37
ES00138	Fazenda Rio Preto 3	São Mateus	ES	48,40
ES00199	Rio Preto I	São Mateus	ES	48,82
ES00137	Fazenda Rio Preto 2	São Mateus	ES	48,82
ES00106	São Francisco	São Mateus	ES	48,96
ES00107	Santa Bárbara 1	São Mateus	ES	48,99
ES00109	Do Meio	São Mateus	ES	48,99
ES00101	Aeroporto 1	São Mateus	ES	49,29
ES00108	Santa Bárbara 2	São Mateus	ES	49,32
ES00093	Fazenda Cerejeira 3	São Mateus	ES	49,36
ES00123	Sapucaia 2	São Mateus	ES	49,38
ES00090	Canela	São Mateus	ES	49,44
ES00154	Coimex 3	São Mateus	ES	49,46
ES00119	Coimex 1	São Mateus	ES	49,54
ES00110	Do Macaco 1	São Mateus	ES	49,81
ES00140	Fazenda Estância São Mateus 2	São Mateus	ES	49,94
ES00094	Fazenda Cerejeira 4	São Mateus	ES	49,96
ES00102	Aeroporto 2	São Mateus	ES	50,05
ES00089	Fazenda Barro Novo 3	São Mateus	ES	50,13
ES00124	Sapucaia 3	São Mateus	ES	50,26
ES00088	Fazenda Barro Novo 2	São Mateus	ES	50,52
ES00111	Do Macaco 2	São Mateus	ES	50,56
ES00171	Beira Rio	São Mateus	ES	50,59
ES00112	Do Macaco 3	São Mateus	ES	50,77
ES00146	Oiterinho	São Mateus	ES	50,78
ES00118	Córrego Chiado 2	São Mateus	ES	51,06
ES00115	Porto Alegre 3	São Mateus	ES	51,08
BA00720	Cantagalo 1	Guaratinga	BA	51,08
ES00187	Fazenda Estância São Mateus 1	São Mateus	ES	51,21
ES00121	Do Macaco 5	São Mateus	ES	51,23

**LT 500 KV POÇÕES III – MEDEIROS NETO II – JOÃO NEIVA 2 E
SUBESTAÇÃO ASSOCIADA**

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA

PROCESSO IBAMA 02001.001772/2021-17

AGOSTO/2021



CNSA	NOME DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO	MUNICÍPIO	UF	DISTÂNCIA DA LT (km)
ES00120	Coimex 2	São Mateus	ES	51,36
ES00149	Fazenda Rio Doce	Linhares	ES	51,44
ES00139	Fazenda Barro Novo 1	São Mateus	ES	51,47
ES00314	Suruaca 20 (registro atualizado)	Linhares	ES	51,57
ES00113	Do Macaco 4	São Mateus	ES	51,65
ES00092	São Miguel	São Mateus	ES	51,79
ES00239	Ocorrência Barro Novo	São Mateus	ES	51,84
ES00208	Sítio dos Neves	São Mateus	ES	51,85
ES00114	Porto Alegre 2	São Mateus	ES	51,87
ES00087	Porto Alegre 1	São Mateus	ES	52,01
ES00315	Lagoa Bonita 24 e 25 (registro atualizado)	Linhares	ES	52,57
ES00116	Bonominho	São Mateus	ES	53,41
ES00317	Lagoa Bonita 06 – Morro do Mutum (registro atualizado)	Linhares	ES	53,55
ES00143	Dona Ana Duarte	São Mateus	ES	55,93
ES00141	Bom Jesus	São Mateus	ES	56,08
ES00098	Brejo Velho	São Mateus	ES	56,16
ES00142	Ostolino	São Mateus	ES	56,30
ES00100	Oitizeiro	São Mateus	ES	56,41
ES00096	Dona Rosa	São Mateus	ES	56,42
ES00095	Ilha Preta 1	São Mateus	ES	56,60
ES00099	Califórnia	São Mateus	ES	56,90
ES00097	VVV	São Mateus	ES	57,24
ES00144	Ranchinho	São Mateus	ES	57,34
ES00238	Ocorrência Fazenda da Ponta	São Mateus	ES	59,40
ES00206	Sítio Ponte da Suruaca	Linhares	ES	65,05
BA00556	Bom Conforto	Mucuri	BA	69,18

Fonte: IPHAN, 2021.

LT 500 KV POÇÕES III – MEDEIROS NETO II – JOÃO NEIVA 2 E
SUBESTAÇÃO ASSOCIADA

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA
PROCESSO IBAMA 02001.001772/2021-17
AGOSTO/2021

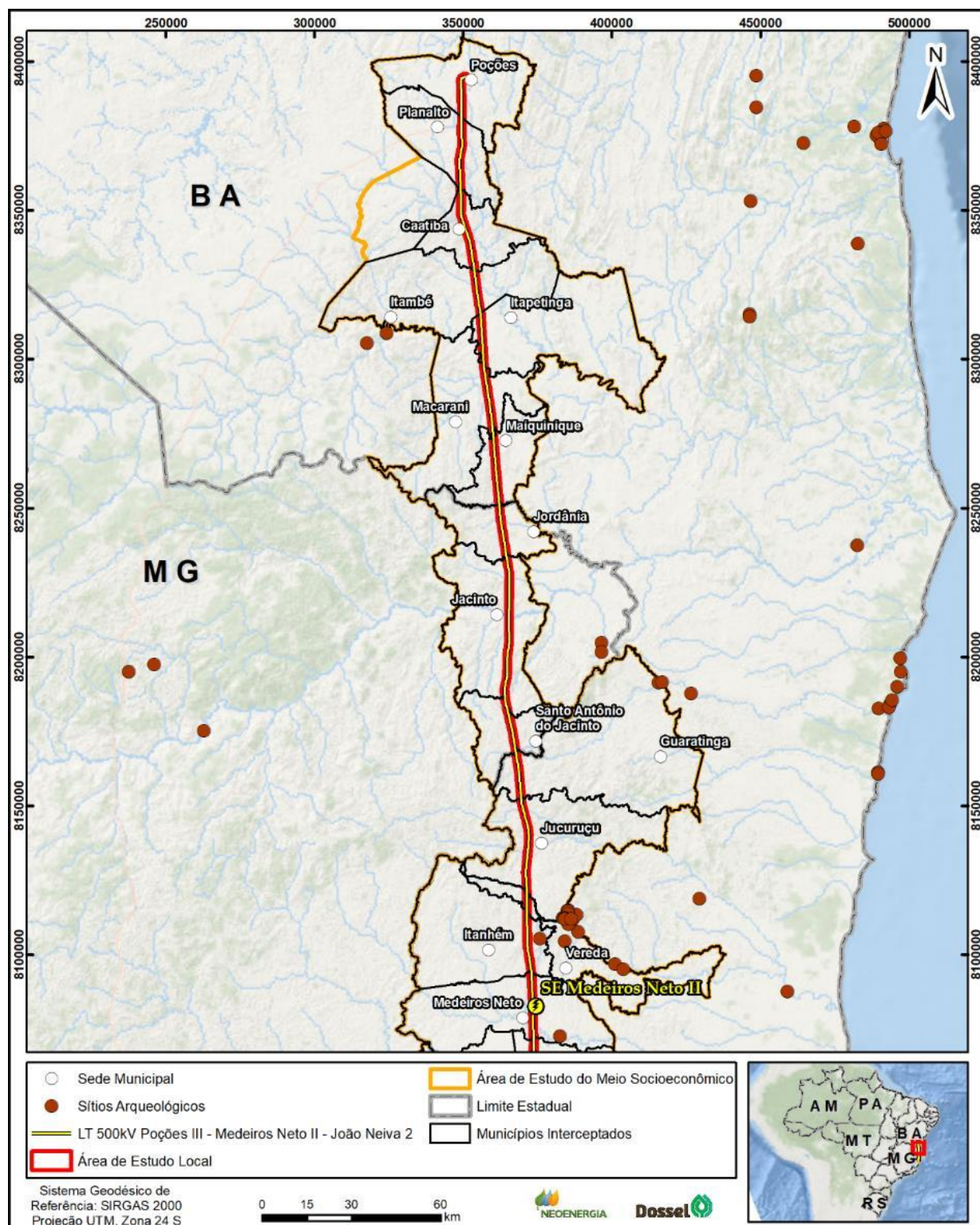


Figura 4-27: Sítios arqueológicos identificados na AEM. Fonte: IPHAN, 2021.

LT 500 KV POÇÕES III – MEDEIROS NETO II – JOÃO NEIVA 2 E
SUBESTAÇÃO ASSOCIADA

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA
PROCESSO IBAMA 02001.001772/2021-17
AGOSTO/2021

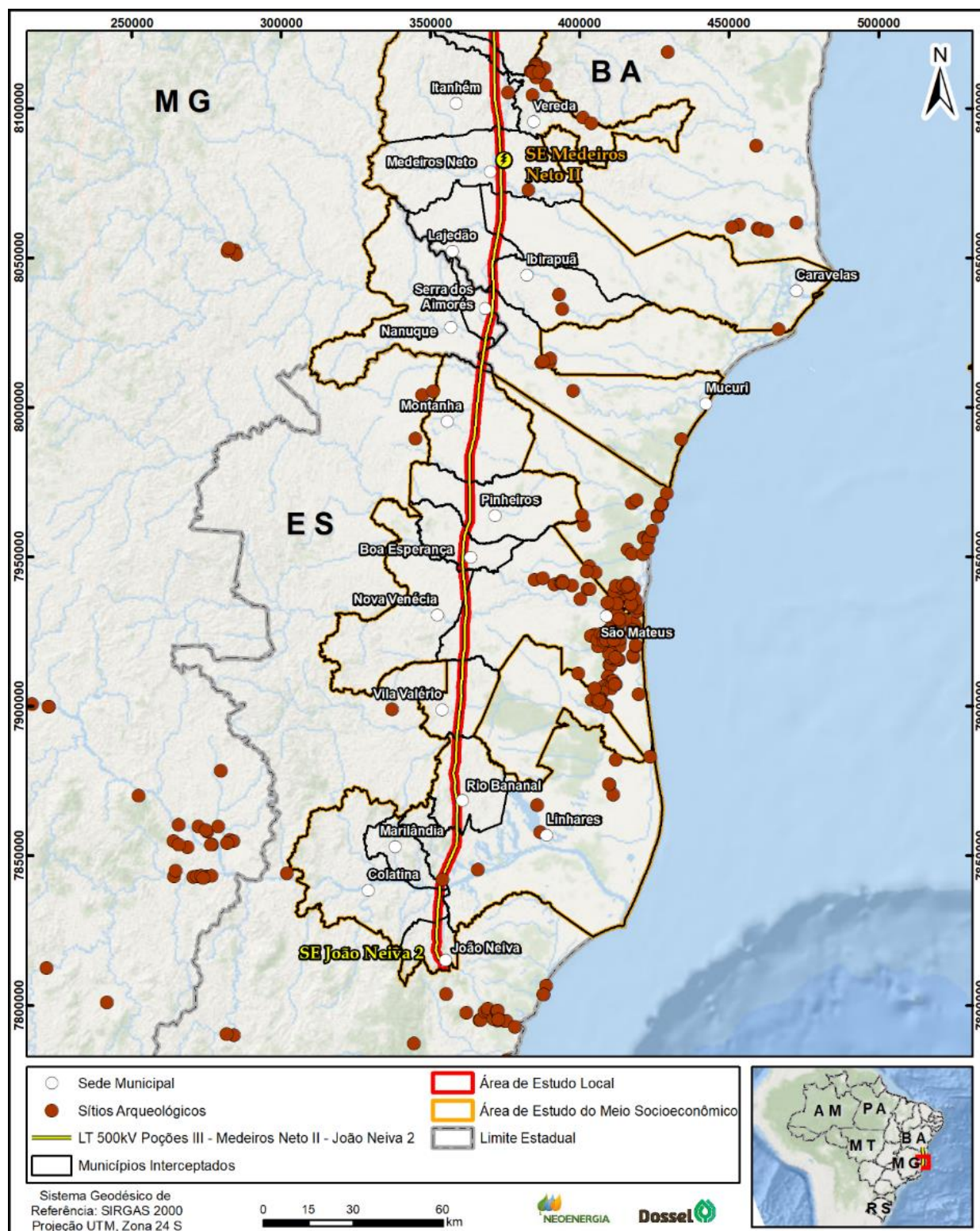


Figura 4-28: Sítios arqueológicos identificados na AEM. Fonte: IPHAN, 2021

Considerando que a maior parte dos sítios arqueológicos estão situados no município de São Mateus, em contraponto, os sítios mais próximos encontram-se sobre o território Marilândia/ES e Itanhém/BA.

Denominado Mangueira, o sítio arqueológico de Marilândia/ES está a 0,29 km da diretriz preferencial da LT, onde se destacam resquícios lito-cerâmicos Tupi-Guarani, situado próximo de uma nascente e a 2,6 km sentido sul do rio Doce. A área apresenta vasta ocorrência de cerâmica pintada, corrugada e digitada em superfície, tal como bordas e fundos em associação com material lítico em menor quantidade.

Inscrito sob o CNSA ES00325, o sítio arqueológico Mangueira está posicionado em área de plantio dentro de uma propriedade privada e é reconhecido pelo IPHAN como um local arqueológico de alta relevância pelos vestígios da ocupação pré-colonial.

Por sua vez, o sítio arqueológico Cachoeira Catabriga, localizado em Itanhém/BA e inscrito sob o CNSA BA00456, é descrito como uma oficina para polimento de lâminas de machado, situado em um lajedo de gnaisse na margem esquerda do rio Água Fria, no topo da Cachoeira Catabriga.

Sobre uma área de 2 m², o sítio arqueológico Cachoeira Catabriga está localizado em uma fazenda e trata-se de um sítio tipo polidor e de forma linear, com vestígios pré-coloniais, considerado também pelo IPHAN um sítio de alta relevância.

4.5.2.1.10.4 Patrimônio paisagístico

De acordo com a lista de bens tombados em andamento no IPHAN (2018) está o processo de tombamento como patrimônio natural o Jardim das Guttatas, localizado em Linhares/ES, uma região que fica dentro da Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) do Degredo, no litoral de Linhares. O referido bem tombado, o Jardim das Guttatas dista aproximadamente de 66 km do traçado proposto para o empreendimento.

Criada em 2002 por meio da Lei nº 2.322, de 5 de dezembro de 2002 (art. 34), a ARIE do Degredo possui 2.500 hectares de extensão e fica entre Pontal do Ipiranga e Povoação, cuja vegetação de restinga abriga centenas de espécies de orquídeas e bromélias selvagens, além de ser uma importante área de desova de tartarugas marinhas. Somente em 2011 foi regulamentada pelo Decreto nº 1.122, de 16 de novembro de 2011.

Na AEM também é identificada a Pedra do Elefante, situada no município de Nova Venécia, localizado a aproximadamente 15 km da LT em questão, é um monumento natural que teve seu tombamento em 1984 por meio da Resolução nº 04 do Conselho Estadual de Cultura (CEC) e integra um conjunto de afloramentos rochosos de granito que faz lembrar a cabeça de um elefante quando avistado da estrada ES-381, principal acesso da cidade de Nova Venécia.

Outras referências paisagísticas identificadas na AEM são constituídas por locais de encontro da beleza cênica e de monumentos naturais, por vezes frequentados por turistas e pela população local nos momentos de lazer.

Entre os pontos que futuramente poderão ser enquadrados como patrimônio paisagístico estão: o Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, o Parque Natural Municipal Maria e Amélio Siquara, o rio Caravelas e a trilha do Marobá, em Caravelas; a Cachoeira do Trançador, a Pedra do Oratório, o Parque Nacional do

Alto Cariri e a Pedra Grande, em Guaratinga; o rio Jucuruçu, conhecido como “Pantanal Baiano”, em Jucuruçu; a Passarela Ecológica do Gigica, o Parque Ecológico do Rio Mucurizinho, o Estuário do rio Mucuri e a Lagoa Azul, em Mucuri; a Barragem de Morrinhos e o rio das Mulheres, em Poções; as praias do rio Jequitinhonha e a Serra Misteriosa, em Jacinto; a Ilha do Sol em Nanuque; a cachoeira Rivuada, em Jordânia; o Morro das Torres, a Pedra do Fritz, e a Pedra das Torres, em Serra dos Aymorés; o Parque Estadual Serra da Boa Esperança e a Pedra da Botelha, em Boa Esperança; a localidade São Pedro Frio, a Serra da Cangalha, a Pedra “Baleia”, o Ninho das Garças e a Foz do Rio Santa Joana, em Colatina; a Gruta dos Morcegos, as Cachoeiras do Triunfo, do Poção, do Lea, Catabriga, Paraíso e João Neiva, e o Jequitibá Rosa Gigante na Vila do Triunfo, em João Neiva; as Lagoas Juparanã e Nova, a praia de Regência, a Reserva Biológica de Comboios, a Floresta Nacional de Goytacazes, a Linha Verde (Lagoa do Meio e Aviso), a Lagoa do Aguiar, a Barra Seca, o mirante Alto da Bela Vista, a Reserva Natural de Linhares e a cachoeira De Angeli, em Linhares; a Pedra do Cruzeiro e a Lagoa do Óleo, em Marilândia; a Barragem da cidade, em Montanha; a APA Pedra do Elefante, em Nova Venécia; a Reserva Biológica de Córrego do Veado, o Morro do Oratório e a Barragem Engenheiro Valter Matiello, em Pinheiros; o mirante da cidade, a Lagoa Jesuína, as cachoeiras São Jorge, Primavera, Capivara e Ataíde e a Bica d'Água Gineli, em Rio Bananal; as praias de Guriri, Barra Nova e do Bosque, em São Mateus; e, por fim, a Rampa do Veinho, a cachoeira do Rio Barra Seca e o Flamboyant florido na estrada de Vila Valério.

As referências paisagísticas, bem como outros pontos locais de turismo e lazer na AEM estão listadas no Quadro 4-26 abaixo.

Quadro 4-26: Referências paisagísticas, de turismo e lazer na AEM.

MUNICÍPIO	UF	PRINCIPAIS PONTOS TURÍSTICOS E ATIVIDADES DE LAZER E CULTURA
Caatiba	BA	Barragem da cidade Cachoeira na região Estádio Municipal Arthur Leite Teatro Glauber Rocha Igreja Matriz
Caravelas	BA	Parque Nacional Marinho dos Abrolhos Praias Centro Histórico de Caravelas Co-Catedral Santo Antônio Monumento Caravelas 500 anos Instituto Baleia Jubarte Igreja Nossa Senhora da Conceição Parque Natural Municipal Maria e Amélio Siquara Rio Caravelas Trilha do Marobá Passeio de catamarã Mergulhos
Guaratinga	BA	Cachoeira do Trançador Assentamento Lajedo Bonito Pedra do Oratório Parque Nacional do Alto Cariri Vista da Pedra Grande Prática de esportes radicais (rapel, paraquedismo)

LT 500 KV POÇÕES III – MEDEIROS NETO II – JOÃO NEIVA 2 E
SUBESTAÇÃO ASSOCIADA

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA
PROCESSO IBAMA 02001.001772/2021-17
AGOSTO/2021



MUNICÍPIO	UF	PRINCIPAIS PONTOS TURÍSTICOS E ATIVIDADES DE LAZER E CULTURA
Ibirapuã	BA	Igreja Matriz Ginásio Poliesportivo Praça Geraldo Chácara Praça da Prefeitura Parque do Vaqueiro Euzébio Ribeiro
Itambé	BA	Museu Justino Russolilo
Itanhém	BA	Ginásio de Esporte Parque de Exposição de Itanhém Estádio de Futebol O Teixeirão Santuário Jesus Misericordioso
Itapetinga	BA	Museu de Artes e Ciência de Itapetinga Parque Poliesportivo da Lagoa
Jucuruçu	BA	Rio Jucuruçu, conhecido como “Pantanal Baiano” Praças públicas Quadras poliesportivas Pista de skate Áreas com brinquedos para crianças Coreto
Lajedão	BA	Pedra do Lajedão Cabanha Maanaim
Macarani	BA	Quadra Poliesportiva Jesuíno Alves dos Santos Vista da Torre de Televisão Praças
Maiquinique	BA	Praça William Farias Valadão Praça Lomanto Júnior
Medeiros Neto	BA	Praças Rio Alcobaça Parque e uma academia sustentáveis Campo de futebol
Mucuri	BA	Passarela Ecológica do Gigica Parque Ecológico do Rio Mucurizinho Estuário do rio Mucuri Lagoa Azul Praias Passeios de barco
Planalto	BA	Grafite dos Tatus Quadra Poliesportiva Valmir Gomes de Brito Quadra Poliesportiva Boaventura Ferreira da Silva
Poções	BA	Barragem de Morrinhos Rio das Mulheres Balneário e Pesque-Pague Bernardino Balneário Águas do Sertão
Vereda	BA	Praça central Coreto Igreja Matriz
Jacinto	MG	Praias do rio Jequitinhonha Serra Misteriosa

**LT 500 KV POÇÕES III – MEDEIROS NETO II – JOÃO NEIVA 2 E
SUBESTAÇÃO ASSOCIADA**

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA
PROCESSO IBAMA 02001.001772/2021-17
AGOSTO/2021



MUNICÍPIO	UF	PRINCIPAIS PONTOS TURÍSTICOS E ATIVIDADES DE LAZER E CULTURA
Jordânia	MG	Cachoeiras (Rivuada)
Nanuque	MG	Lagoa dos Namorados Museu do Vaqueiro Memorial Doutor Ivan Claret Circuito Turístico das Pedras Preciosas Museu de Ecologia Festa do Vaqueiro Ilha do Sol
Santo Antônio do Jacinto	MG	Parque dos Ipês Espaço Recanto Verde Cachoeira de Dominginhos Estádio Municipal Santanao
Serra dos Aimorés	MG	Morro das Torres Pedra do Fritz Pedra das Torres (Vila Capixaba) Atividades de trekking Esportes radicais (base jump, paraquedismo de montanha) Antiga estação da Ferrovia Bahia-Minas Aymorés Aqua Clube
Boa Esperança	ES	Parque Estadual Serra da Boa Esperança Pedra da Botelha Esporte de aventura (trilha, escalada, rapel) Prainha do Areia Rancho Bela Vista Quadra Poliesportiva
Colatina	ES	Cristo Redentor Ponte Florentino Ávidos Rio Doce Praça Municipal Biblioteca Pública Municipal São Pedro Frio ("Suíça colatinense") Serra da Cangalha Pedra "Baleia" Catedral do Sagrado Coração de Jesus Ninho das Garças Clube do Tiro de Colatina Foz do rio Santa Joana Rancho Esperança Instituto Rural Metodista

MUNICÍPIO	UF	PRINCIPAIS PONTOS TURÍSTICOS E ATIVIDADES DE LAZER E CULTURA
João Neiva	ES	<p>Rota do Queijo</p> <p>Círculo turístico Demétrio Ribeiro (Museu do Imigrante, Casa de Pedra, Igreja de Santo Antônio, Casarão dos Violinos, Circuito turístico Demétrio Ribeiro Itália Mia, festa tradicional de cultura e agroturismo)</p> <p>Localidade Barra do Triunfo (Festa do Queijo e Agrofesta Barra do Triunfo)</p> <p>Gruta dos Morcegos</p> <p>Cachoeira do Triunfo</p> <p>Cachoeira do Poção</p> <p>Cachoeira do Lea</p> <p>Cachoeira Catabriga</p> <p>Jequitibá Rosa Gigante no Vale do Triunfo</p> <p>Localidade Monte Negro (vista da cidade João Neiva e Ibraçu, capela Nossa Senhora da Penha e Santa Bárbara)</p> <p>Cachoeira do Paraíso (gruta com inscrições rupestres)</p> <p>Sítio Cachoeirinha</p> <p>Cachoeira João Neiva</p>
Linhares	ES	<p>Lagoa Juparanã</p> <p>Lagoa Nova</p> <p>Balneário de Pontal do Ipiranga</p> <p>Praias (Regência)</p> <p>Projeto Tamar</p> <p>Reserva Biológica de Comboios</p> <p>Floresta Nacional de Goytacazes</p> <p>Linha Verde (Lagoa do Meio e Aviso)</p> <p>Lagoa do Aguiar</p> <p>Barra Seca</p> <p>Pesque e Pague Venturini</p> <p>Mirante Alto da Bela Vista</p> <p>Porto do Rio Doce</p> <p>Círculo de Agroturismo São Rafael</p> <p>Círculo Ecológico Degredo</p> <p>Reserva Natural de Linhares (CVRD)</p> <p>Cachoeira De Angeli</p> <p>Lagoa Juparanã (Praia do Minotauro)</p> <p>Casa do Artesão</p> <p>Ponte Getúlio Vargas</p> <p>Antiga Casa da Câmara</p> <p>Igreja Velha</p> <p>Praça 22 de Agosto</p> <p>Museu de Taxidermia Lorenzutti</p> <p>Agroturismo (Nívea Lazer Rural, Sítio Tucanos, Sítio da Fazenda, Cantinho da Roça, Sítio Santa Clara, Sítio Vila Vital e Fazenda Glória)</p>
Marilândia	ES	<p>Pedra do Cruzeiro</p> <p>Cabana Água Viva</p> <p>Lagoa do Óleo</p> <p>Igreja Matriz Nossa Senhora Auxiliadora</p> <p>Agroindústrias (Produtos Milanesi, Perim, Cocadas da Dircélia, Parada Suela)</p> <p>Praça 15 de Maio</p>

**LT 500 KV POÇÕES III – MEDEIROS NETO II – JOÃO NEIVA 2 E
SUBESTAÇÃO ASSOCIADA**

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA
PROCESSO IBAMA 02001.001772/2021-17
AGOSTO/2021



MUNICÍPIO	UF	PRINCIPAIS PONTOS TURÍSTICOS E ATIVIDADES DE LAZER E CULTURA
Montanha	ES	Barragem da cidade Estádio Municipal Otto Lothar Reuter Lima Teatro Municipal Oswaldo Lopes Igreja Central Santuário do Imaculado Coração de Maria
Nova Venécia	ES	Capela Nossa Senhora de Monte Serrat Igreja Santo Antônio – Patrimônio do XV APA Pedra do Elefante
Pinheiros	ES	Parque da Vaquejada Reserva Biológica de Córrego do Veado Morro do Oratório Paróquia São João Evangelista Praça Bayana Mercado Municipal Barragem Engenheiro Valter Matiello
Rio Bananal	ES	Igrejas de Santo Antônio e São Sebastião, São Jorge de Tiradentes e de São Paulo Mirante da cidade (Cruzeiro) Cenário da Paixão de Cristo (“Jerusalém Capixaba”) Seminário de Rio Bananal Lagoa Jesuína Cruzeiros das Torres Cachoeiras (São Jorge, Primavera, Capivara, Ataíde) Bica d'Água Gineli Agroturismo Pagoto Ginásio Poliesportivo
São Mateus	ES	Sítio Histórico do Porto de São Mateus (Casa da Cultura, Igreja Velha) Circuito do beiju nas comunidades Divino Espírito Santo, Santa Luzia e Bom Pastor Praias (Guriri, Barra Nova, do Bosque) Igreja Matriz de São Mateus Igreja de São Benedito Museu Aberto das Tartarugas Marinhas (Projeto Tamar) Guriri Beach Acqua Park Porto de São Mateus Museu Municipal de São Mateus Praça do Mirante Museu Intercontinental África Brasil Museu da Saúde Museu de Arte Eclesiástica Religiosa Casa da Estrada de Ferro Museu da Imagem e do Som Teatro
Vila Valério	ES	Rampa do Vinho Festas típicas Prática do voo livre Cachoeira do Rio Barra Seca Cavalgada de Barra Seca Igrejas Nossa Senhora das Graças e de Confissão Luterana Flamboyant florido na estrada de Vila Valério

Nesse contexto, cabe destacar o município de Linhares com a maior riqueza ecológica e paisagística da AEM, assim como as áreas sensíveis às interferências da LT, como o Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, o Parque Natural Municipal Maria e Amélio Siquara, o Parque Nacional do Alto Cariri, a Passarela Ecológica do Gigica, o Parque Ecológico do Rio Mucurizinho, o Parque dos Ipês, o Parque Estadual Serra da Boa Esperança, a Reserva Biológica de Comboios, a Floresta Nacional de Goytacazes, a Reserva Natural de Linhares, a APA Pedra do Elefante e a Reserva Biológica.